

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, STRICTO SENSU, EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTOURADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

DAYANA BOMBASSARO

**AS MULHERES E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM *CHOVE SOBRE MINHA
INFÂNCIA***

FOZ DO IGUAÇU - PR
2021

DAYANA BOMBASSARO

**AS MULHERES E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM *CHOVE SOBRE MINHA
INFÂNCIA***

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus Foz do Iguaçu, para obtenção do título de mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-graduação, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade.

Orientadora: Profa. Dra. Cleiser Schenatto Langaro.

FOZ DO IGUAÇU - PR
2021

DAYANA BOMBASSARO

AS MULHERES E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM *CHOVE SOBRE MINHA INFÂNCIA*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus Foz do Iguaçu para obtenção do título de mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-graduação, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade.

Orientadora: Profa. Dra. Cleiser Schenatto Langaro.

Foz do Iguaçu

Membros componentes da Banca de Dissertação

Profa. Dra. Cleiser Schenatto Langaro (Orientadora - Unioeste)

Profa. Dra. Luciana Vedovato (Titular - Unioeste)

Profa. Dra. Juliana Cristina Salvadori (Titular Externo - Universidade do Estado da Bahia -UNEB)

Prof. Dra. Denise Rosana da Silva Moraes (Suplente - Unioeste)

Profa. Dra. Camila Kamilotti (Suplente Externo - UTFPR – Pato Branco)

Com todo meu amor à família amada, em especial para eles, Valdemir, Leonardo e Alissa pela importância de estarem comigo nesta caminhada, e pela possível compreensão da minha existência feminina, enquanto luta, enquanto sonha, enquanto busca e conquista a liberdade de ser mulher.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, por ser pouso em momentos de cansaço, por ser amor paciência e compreensão nos momentos de ausência.

À Deus, pela força transcendental que me faz acreditar nas possibilidades e nos caminhos da vida.

Aos meus pais, que diante das dificuldades sempre incentivaram, oportunizaram e requereram a evolução acadêmica para a independência enquanto filha mulher.

As minhas amigas, pela importância da companhia, do incentivo, do apoio e das comemorações onde juntas nos sentimos capazes e fortes.

À Profa. Dra. Cleiser Schenatto Langaro pela orientação na construção deste trabalho, uma grande mulher, de sensibilidade inenarrável, que levarei sempre como exemplo de garra, força, determinação e empatia.

Às professoras e professor que gentilmente aceitaram o convite para a composição da banca nas etapas que antecederam esta defesa, pelas valorosas contribuições de mulheres que lutam pela sociedade em suas diferenças, respeitando a subjetividade humana.

*...Tenho a arte de todas as escolas
Tenho alma para todos os gostos
Colhei a flor de meus rostos
Bebei minha boca e não minha voz
Não procureis outra coisa:
Ninguém aí vive com clareza nem mesmo
eu.*

*Nossos amores não são iguais
Para que vos estenda a mão
Sois apenas machos ingênuos
Eu sou o Eterno Feminino!
Meu fim perde-se nas estrelas!
Sou eu a Grande Isis!
Ninguém me arregaçou o véu
Pensai somente em meus oásis...
Simone de Beauvoir*

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar situações que reverberam violência simbólica que atinge mulheres, principalmente no âmbito familiar. Como objeto de pesquisa priorizou-se a obra da literatura brasileira contemporânea *Chove sobre minha infância* (2014), de Miguel Sanches Neto. A narrativa apresenta as vivências cotidianas de uma família em cenário rural do interior do Paraná. A partir de uma pesquisa teórica interdisciplinar entre a psicologia e a literatura, buscou-se a leitura crítica e interpretativa com vistas às práticas sociais e culturais vinculadas a reprodução de um modelo fundamentado no poder e no domínio masculino. Justifica-se a relevância da problematização sobre a violência simbólica, inclusive aquela enraizada no comportamento naturalizado dos personagens, na memória e nos costumes familiares alicerçados na cultura das estruturas sociais, pois todos os dias as mulheres são vítimas dessa violência e se faz urgente o debate para contribuir com a tomada de consciência e mudança de atitudes nas relações sócio-histórico-culturais. As reflexões aqui apresentadas visaram à compreensão e análise de como e sob quais formas ocorrem situações de violência simbólica relacionada às mulheres e sua representação na família. Nesse intuito, foram analisadas as relações familiares, os conflitos, o modo de vida e de trabalho das personagens Nelsa, Carmem Escobar, Carmem Sanches, Gasparina, “mulheres pintadas”, Miguel Sanches, Sebastião e Zé-Zabé. Assim como as relações que se entrelaçam nas práticas que perpassam o tempo e o espaço, as quais são reprodutoras do capital simbólico que legitima as crenças patriarcais, autoritárias e opressoras às mulheres. Recorreu-se ao potencial do conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu (2014) e ao suporte teórico de Beauvoir (2016), Engels (2001), Freyre (2013) e Lane (1989) para demais análises, dentre outros estudiosos. O estudo evidenciou que nas relações da família representada na obra instauram-se situações cotidianas de violência simbólica, as quais remetem aos resquícios das condutas e ideias do modelo patriarcal, além de constatar que é frequente a reprodução de tais práticas, muitas vezes silenciosas e ou não percebidas pela mulher. A partir das personagens femininas constataram-se comportamentos de dedicação, submissão e reprodução de padrões sociais que atendem expectativas para a união familiar, em meio a situações de violência simbólica naturalizadas em ações do cotidiano.

Palavras-chave: Violência Simbólica; Dominação Masculina; A Mulher nas Relações Familiares.

ABSTRACT

This research aims to analyze situations which reverberates symbolic violence against women, particularly in the family scope. As a research purpose, priority was given to a work of contemporary Brazilian literature, *Chove sobre minha infância* by Miguel Sanches Neto (2014). The narrative brings in its content the familiar daily experiences, in a rural setting in the countryside of Paraná. From an interdisciplinary theoretical research between psychology and literature, critical and interpretative reading were sought aiming at social and cultural practicing linked to a model's reproduction based on male dominance and power. It is justified to the problem's relevance of symbolic violence, including the unnoticed one yet identified on the character's behavior, on familiar memories and habits consolidated by culture, because everyday women are victims to gender-violence and the contest to contribute to awareness and attitudes changing, man and woman, is urgent. Reflections here presented focused on understand how and under which conditions symbolic violence situations against woman and her place in the family can happen. To this end, familiar relationships, conflicts, lifestyle and workstyle of the characters Nelsa, Carmem Escobar, Carmem Sanches, Gasparina, "painted women", Miguel Sanches, Sebastião and Zé-Zabé were analyzed. Just like relationships entwining practices beyond time and space, which reproduce symbolic capital legitimizing patriarchal, authoritarians and oppressing believes against women. Resorted to symbolic violence concept's potential by Pierre Bourdieu, and to Beauvoir, Engelsm, Freyre and Lane's theoretical support to other analysis among other studios. This study bespoke that in the family relations represented in the work daily symbolic violence situations are established and these refers to behavior's traces and ideas from patriarchal models, besides finding such practices reproduction quite often, many times silent and or not noticed by a woman. From these female characters, compliance behaviors and social patterns reproduction which meet expectations to family unit were observed, in the middle of symbolic violence situations acclimated in daily actions.

Keywords: Symbolic Violence; Male Domination; The Woman in Family Relations;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A FAMÍLIA, O ESPAÇO SOCIAL E O PODER SIMBÓLICO.....	18
1.1 As mulheres no sistema do patriarcado.....	34
1.2 A reprodução de crenças e a violência simbólica.....	45
2. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA A PARTIR DA CENA LITERÁRIA.....	58
2.1 A construção sócio - histórica e o domínio masculino.....	73
2.2 As simbologias da estrutura familiar e social “lugar de mulher é na cozinha”.....	85
3. REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: RITOS, COSTUMES E A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR.....	99
3.1. O casamento, a maternidade e a família patriarcal.....	106
3.2 Mulheres na luta em Chove sobre minha infância.....	109
3.3 A violência simbólica e as mulheres.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como objetivo analisar e refletir acerca das situações de violência simbólica nas vivências das mulheres no ambiente familiar. Como objeto de pesquisa priorizou-se a obra da literatura brasileira contemporânea *Chove sobre minha infância* (2014), de Miguel Sanches Neto, a qual traz as vivências cotidianas da família, em um cenário rural do interior do Paraná. O suporte teórico amparou-se nos conceitos de Pierre Bourdieu (2014), Beauvoir (2016), Engels (1984), Lane (1989), Del Priori (1994), dentre outros estudiosos. A partir de uma pesquisa teórica interdisciplinar, entre a psicologia e a literatura, buscou-se a leitura crítica e interpretativa sobre a representação das mulheres na obra, com o suporte ideológico para análise e para compreender as práticas sociais e culturais vinculadas à reprodução de um modelo de estrutura familiar fundamentado no poder e no domínio masculino.

Chove sobre minha infância, é um romance do escritor paranaense Miguel Sanches Neto. A obra é constituída pela trama ambientada inicialmente na cidade de Bela Vista do Paraíso, posteriormente na cidade de Peabiru, ambas localizadas na região Norte do Estado do Paraná. A história é narrada pelo personagem principal e apresenta a perspectiva masculina sobre as mulheres, algo que nos motivou a analisar haja vista que o foco é compreender como ocorrem as práticas sociais de reprodução de violência relacionadas a elas. Outro aspecto trazido pela obra e que também foi chave para a escolha é o fato de narrar aspectos da vida familiar no interior do estado, pois nesses espaços mais reservados, normalmente, a problematização da opressão às mulheres ainda é pouco discutida.

Apesar de que cada região tem suas características culturais próprias, também entendemos que alguns aspectos culturais são comuns às vivências familiares independente do meio ou região. A manutenção de práticas, hábitos, ideias e costumes se perpetuam pelas gerações, reproduzindo a legitimidade do comportamento masculino e do feminino, muitas vezes sob a influência do patriarcalismo, sistema fundamentado no poder do patriarca e na submissão das mulheres.

A escolha deste texto literário para análise deu-se com vistas ao detalhamento das vivências narradas no ambiente familiar e de trajetórias que valorizam os costumes, reproduzem¹ crenças culturais da família camponesa. O livro nos apresenta a imagem das mulheres a partir da visão de um homem, concepções que nos trazem os fatos para as análises e reflexões desta constituição do ser feminino pelo olhar masculino.

Tais aspectos remetem a Bourdieu (2014), pois ele observa que a sociedade se organiza a partir de uma perspectiva masculina, centrada no homem, considerando as influências dos comportamentos masculinos no desempenho das mulheres na sociedade, num contexto de estruturas históricas de dominação. Neste sentido e sob essa perspectiva, analisar a obra, os personagens e fatos selecionados a partir do olhar da pesquisadora mulher, contribui para compreender as práticas normatizadas pelo senso comum e a violência sofrida, historicamente, pelas mulheres.

Considerando as relações reproduzidas na família, instituição social de poder singular na formação cultural, nos interessa as trajetórias marcadas pelo relacionamento entre os homens e as mulheres na obra, as quais serão analisadas sob a reprodução do capital simbólico do poder e do domínio no espaço social.

As relações humanas quando transformadas em comportamentos de submissão, pela existência de vínculos afetivos, trazem efeitos de violência simbólica, os quais, muitas vezes, não são percebidos por serem reproduzidos e sustentados pelas crenças sociais. O envolvimento dos agentes neste “efeito mágico” se institui através de meios de percepção para a elaboração e a compreensão do que está posto, sob as formas de serem seguidas e respeitadas como regras (BOURDIEU, 1996).

Sendo assim, justifica-se a relevância da problematização sobre a violência simbólica, tendo como suporte a compreensão de Bourdieu (1996), pois conforme sua análise ela nem sempre é percebida pelos envolvidos, porém pode ser identificada nos comportamentos. Diante desse entendimento, buscou-se olhar criticamente para os personagens da narrativa selecionada e para aspectos da memória e costumes familiares alicerçados pela cultura do grupo social. Neste contexto, buscou-se analisar mecanismos da violência simbólica e de que modo ela

¹ Proposto por Marx (1987), processo de reprodução simples quando as “saídas” (output) são estáveis e não afetam a estrutura do sistema.

é realizada/percebida na representatividade feminina em família, no espaço em que o campo de domínio masculino se sobressai, considerando situações do cotidiano.

Destaca-se, ainda, que o levantamento nos bancos de teses e dissertações da CAPES – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em bancos de dados de artigos científicos, constatou que existem poucos estudos publicados sobre a obra *Chove sobre minha infância*. Não encontramos estudos com objetivos similares aos aqui definidos, as buscas foram realizadas a partir das palavras chaves: *Chove sobre minha infância*; Violência simbólica; Dominação masculina; A mulher nas relações familiares.

Diante dessa constatação, optou-se por estudar as relações familiares, haja vista que é relevante partir das representações simbólicas de um grupo específico, pois ao atribuir valor e significados essas relações precisam daqueles que detém o poder e em conjunto com os que fazem valer as crenças. Bourdieu (2014), ao abordar as distinções entre o feminino e o masculino, menciona e analisa o jogo da aparência natural e normal quanto às diferenças que são instauradas no mundo social, dispensando justificativas quanto à força e o domínio que são alicerçadas na divisão sexual do trabalho, sendo as diferenças dos sexos o fator biológico, a diferença natural inscrita na sociedade.

A pesquisa visou, portanto, compreender as representações do ambiente familiar, com ênfase às personagens mulheres nos papéis de Nelsa como mãe do personagem Miguel, Carmem Escobar a avó paterna, Carmem Sanches a irmã, Gasparina a mulher do avô, as mulheres que não trazem nomes, as “mulheres pintadas”, assim denominadas pelo autor/narrador, referenciadas pelo trabalho que desempenham, as que vendem os prazeres do corpo.

Ressaltamos a carga simbólica atribuída nas formas e imagens representadas no cotidiano e o envolvimento dos homens, como o pai do narrador/personagem Miguel, Miguel Sanches, Sebastião como padrasto, Zé - Zabé o avô materno e em alguns fragmentos a participação de personagens descritos como amigos que fizeram parte da infância. No decorrer da pesquisa, portanto, foi necessário refletir sobre as condutas masculinas, haja vista a existência dos vínculos na instituição familiar e particularidade de termos um narrador masculino.

Para mim, enquanto pesquisadora a princípio havia o interesse de realizar uma pesquisa de campo, com mulheres que residem na área rural e participavam do

projeto social, da Secretária Municipal de Assistência Social de Medianeira – PR. Como psicóloga, atuo junto a ações da prática do acolhimento psicológico e da psicoterapia na Unidade Básica de Saúde, do referido município. A pesquisadora, na sua prática de acolhimento psicológico das mulheres, se depara com relatos sobre diferentes tipos de violência, dentre elas situações concretas onde a violência simbólica está presente e em sua maioria aparentemente despercebida por elas. Para aderir ao projeto as famílias precisariam estar cadastradas em programas sociais do Governo Federal, a partir do Cadastro Único, o qual identificaria e localizaria famílias de baixa renda, público alvo do projeto social ofertado pelo município.

No entanto, devido às possibilidades da pesquisa interdisciplinar do Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras, optou-se em estudar a representação feminina e a violência simbólica relacionada às mulheres a partir da obra literária, a qual traz as relações que se estabelecem num contexto familiar típico do ambiente rural. A literatura também atua como um efeito de representação e transformação dos valores sociais, de comportamentos e condições socioculturais, devido sua capacidade de recriar e representar a memória e a história da sociedade (CANDIDO, 2006).

Por meio da literatura foi possível analisar de que forma a violência simbólica existe e atua na sociedade quando relacionada ao papel das mulheres na família, no trabalho e nos espaços sociais ocupados por ela. Por isso, analisaram-se os núcleos familiares e o trabalho como meio de sobrevivência, assim como as relações que revelam o poder simbólico, em suas faces sobre a violência simbólica.

Reflexões acerca da violência, em seus diferentes tipos, são necessárias e indispensáveis para a sociedade, principalmente a atual, na qual ocorrem todos os dias inúmeras formas e ações de violência que atinge mulheres de diversas maneiras. Ressalta-se que o domínio masculino, as ideias, posicionamentos, atitudes, crenças, ritos e todo o sistema simbólico do espaço social, manipulam comportamentos idealizados para a representação e conduta de mulheres na sociedade, gerando assim a existência da violência simbólica conforme analisa Bourdieu (2017).

Os limites impostos pelo sistema simbólico correspondem aos interesses sociais manifestos nas representações mentais direcionadas por questões étnicas e

regionais, de reconhecimento cultural, que resultam no consenso entre os grupos. Neste sentido “a fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento da realidade segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes” (BOURDIEU, 1989, p. 114).

Sobre a formação familiar e o domínio masculino, Gilberto Freyre (2013) descreveu a família patriarcal colonial brasileira, na qual o homem detém o poder sobre os que circundavam o seu meio, exercendo relações de autoritarismo dentro de uma unidade política, econômica e social que contribuiu para a história da família brasileira. O valor atribuído a todo o sistema simbólico esteve imbricado e fundamentado pelas crenças culturais, assim a reprodução de vivências tendo como referência o modelo de família patriarcal marca a história e contextualiza na contemporaneidade alguns aspectos destacados e analisados nesta pesquisa.

Como parte da família, a imagem da mulher foi sendo construída historicamente. Del Priori (1994) aponta para as influências advindas da igreja relacionadas às proibições, pecados e deveres essencialmente femininos como a manutenção da família, a propagação da fé católica, dos cuidados com a casa, a submissão da mulher, a complacência ao homem, atributos simbólicos que vislumbravam a produção de paradigmas da mulher ideal.

Em contrapartida a esta concepção de mulher alguns autores advogam afirmando que “não há, no entanto, consenso dos autores eruditos sobre a posição da mulher” (DEL PRIORI, 1994, p.19), mas que a dialética usualmente empregada entre as diferenças para a dominação e opressão precisam ser revistas de modo a pensar na mulher, fundamentando-se em suas manifestações de tempo e espaço.

Neste sentido, buscou-se contextualizar e analisar o espaço social da mulher de uma família que reside no interior do Estado do Paraná, com características de seu ambiente e de seu espaço social, que se volta e aos cuidados do lar, dos filhos, na responsabilidade de educá-los na moral e nos bons costumes. Além disso, analisar sua postura diante do marido, de bem servi-lo e mantê-lo com boa aparência, funções assumidas por elas que também exerciam o trabalho na colheita do café, conforme observa Sanches Neto (2014). Tais reflexões e a problematização dessas reações e atribuições mostra-se uma importante ação no percurso de questionamentos às relações opressoras comuns às mulheres.

A metodologia da pesquisa observa a construção interdisciplinar entre a Psicologia e a Literatura, diferentes áreas e concepções que contribuem para as análises de questões históricas e sociais. A interdisciplinaridade envolve a concepção de homem enquanto ser e sujeito biopsicossocial, fundamentalmente importante para o estudo dos determinantes culturais e sociais.

Por ser uma pesquisa interdisciplinar destaca-se a amplitude e a complexidade, haja vista que o próprio conceito é complexo e, para tentar aproximá-lo de uma definição, menciona-se a existência das diferenças teóricas, num campo que se permitem diálogos entrelaçados no conhecimento de cada área, mesclando a importância e a contribuição de cada uma. Para Pombo (2008) a interdisciplinaridade está em desenvolvimento, tanto para a definição do seu termo como para a abrangência quanto às pesquisas que envolvem esse tipo de estudo, ao tempo que unem, se cruzam e se convergem.

A interdisciplinaridade considera as diferentes áreas do conhecimento para a discussão de um objeto de estudo, não como objetivo de findar as possibilidades, mas no sentido de progredir cientificamente. Ao ponto que a contribuição de diálogos sobre diferentes disciplinas pode levar a considerações mais próximas da realidade e a descobertas novas dentro da própria área, resultam em avanços e desdobramentos que podem superar as limitações encontradas, “esta também é uma realidade nova que exige de nós a capacidade para encontrar formas mais alargadas de pensar, e que, muito provavelmente, tem haver com as questões que se dão a pensar sob a palavra interdisciplinaridade” (POMBO, 2008, p. 32). Nesse sentido, de forma ampla, traz-se este aspecto de inovação para as possibilidades de pensar na ciência, a partir de concepções de que suas fronteiras podem ser superadas, reformuladas, reinventadas.

Refletir, com base em Bianchetti (2011), sobre a interdisciplinaridade na construção histórica social do indivíduo, por exemplo, é visualizar o sujeito não sob uma única perspectiva filosófica, mas de forma afirmativa ter um olhar sobre a filosofia do sujeito, onde ele é objeto de estudo na sua própria ação, autônomo e único na construção do pensamento e do conhecimento. Importa para os estudos a visão interdisciplinar para explorar conteúdo da existência humana, nas relações sociais, em suas determinações históricas e nos acontecimentos cotidianos que contribuem para práticas reflexivas.

Para a interdisciplinaridade o homem é sua relação com a história, é a ação e a teoria que se movimenta para os questionamentos elaborados para o entendimento deste sujeito, ainda que toda esta mobilização

se refira à história dele, e a concepção ontológica que o direciona para as escolhas que tendem a serem ignoradas ou consideradas. A interdisciplinaridade é o confronto das possibilidades existentes, bem como as diferentes formas de conhecimentos que podem contribuir em prol do sujeito em ação, contextualizadas nas ligações com as estruturas sociais, que podem ser inovadoras (FAZENDA, 1995).

A relevância da pesquisa a partir da obra literária traz nuances de discussões interdisciplinares acerca das manifestações nas relações sócio-histórico-culturais, perceptíveis nos movimentos de construção e desconstrução das vivências, das reflexões acerca do comportamento humano, no caso aqui dos personagens, em suas manifestações históricas de poder e domínio, da submissão às formas veladas de violência contra mulheres. Os limites do sujeito ao produzir os significantes da própria vida estão ligados a produções ideológicas próprias da cultura, ainda que mais crítico da realidade for o sujeito ele não é capaz de assimilar o conhecimento em sua completude. A estrutura social determina os comportamentos implicados nas representações no seio social, como traz a pesquisa, o cotidiano familiar, influência e reproduz posturas autoritárias e patriarcalistas de violência simbólica.

Na estrutura formal, o texto da dissertação subdivide-se em três partes. Inicialmente discorre sobre a família, o espaço social e o poder simbólico, o feminino no sistema do patriarcado, a reprodução de crenças e a violência simbólica. Na segunda parte da pesquisa as análises trazem a violência simbólica a partir da cena literária, aspectos da construção social e histórica e os efeitos do domínio masculino, assim como a representação da mulher na família e as relações estabelecidas com a alimentação.

A terceira parte contempla reflexões mais específicas sobre a reprodução da violência simbólica nas vivências das mulheres: ritos, costumes e a organização familiar. As análises abarcam algumas questões retratadas na Obra, sobre o casamento e a maternidade, das personagens que compunham o sistema familiar, bem como referências as “mulheres pintadas”, as quais no contexto da obra não estariam contemplando as funções sociais esperadas para uma mulher. Na

complexidade da instituição familiar e social, analisamos a reprodução de uma cultura e de crenças que direcionam comportamentos, na reprodução cotidiana para o que está naturalizado em situações de violência simbólica.

1. A FAMÍLIA, O ESPAÇO SOCIAL E O PODER SIMBÓLICO

Logo teu pai estava endividado logo tua mãe morava em casa alugada, sem poder costurar pra fora porque o marido não permitia, e logo tornava-se viúva
Sanches Neto

No intuito de refletir sobre a violência simbólica vivida pela mulher no ambiente familiar e social, este estudo realizou análises sobre aspectos da vida e relações em família. Para isso, foi necessário compreender melhor como o poder simbólico se constitui nas relações de poder. Desse modo, buscamos amparo em estudiosos e suas compreensões históricas sobre a família e a sociedade, dentre eles destacamos Engels (2001), Freyre (2013), Bourdieu (1996). Compreender os processos históricos que constituem a família, uma das instituições sociais que se mantém fortalecida com o passar dos tempos, contribui para que possamos entender as construções históricas relacionadas à mulher, principalmente nas relações desta com o homem e a família. Esta questão é significativa, pois é de nosso interesse pensar os processos de reprodução da violência simbólica relacionada às mulheres. Na base dessa realidade está o poder simbólico e o domínio masculino.

Sobre a família, Engels (2001) cita Bachofen, do livro “*Direito Materno*”, e aponta a decadência do direito materno como uma das causas da perda histórica do feminino, questão alterada a partir da passagem entre o matrimônio por grupos ao matrimônio sindiásmico. O autor aponta ainda que não se sabe exatamente quando aconteceu essa revolução entre os povos cultos, pois remonta aos tempos pré-históricos. O que antes era assegurado à descendência pela linha feminina, consanguíneos maternos, lhe eram prestados os direitos dos bens, não acontece mais desse modo, sendo substituído pela filiação e o direito hereditário masculino/paterno.

Conforme Engels (2001), o domínio masculino culmina no surgimento da família patriarcal, onde os membros estavam subordinados ao poder paterno do chefe da família, no caso o homem. Historicamente, os filhos homens que tivessem pai falecido, herdavam também da mãe o direito a herança. Com o aumento das riquezas o homem passou a assumir posição superior à da mulher no grupo familiar.

Assim, nas regras da herança “[...] foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituído pela filiação masculina e o direito hereditário paterno” (ENGELS, 2001, p. 59). Com isso, o homem passou a dominar a mulher na questão econômica estando ela subjugada à libertinagem masculina, vista apenas como objeto de reprodução.

Mesmo que com materialidades diferentes, Gilberto Freire (2013), em sua obra *Casa Grande & Senzala*, descreve a família patriarcal² no Brasil tendo como chefe o homem, que possuía o domínio sobre a esposa, os filhos, e netos, os quais eram representantes principais. E como representantes secundários estavam os filhos não legítimos, parentes, amigos, serviçais, afilhados, agregados e escravos, e no comando de ambos os grupos estava o patriarca que gerenciava, comandava e defendia a honra e os negócios da família.

Das práticas que se movimentam no contexto social e cultural, estruturado pelo modelo patriarcal, as relações de poder e domínio que o homem concebe perante a mulher são fatores que constituem a violência simbólica, conforme Bourdieu (2014), traduzida pelo efeito suave e envolvente. Essa forma de dizer que a violência simbólica é exercida de forma sutil, com efeito suave e envolvente, gera muitos questionamentos, pois quando falamos de violência, seja ela em qualquer de suas distintas maneiras, não podemos compreendê-la como leve e suave. Situações de violência resultam certamente em prejuízos e sofrimentos, são processos dolorosos. No caso do patriarcado o sistema está estruturado e articulado para manter as relações de poder aos homens e quando as mulheres tentam sair desse enredo, sofrem também com a violência física.

Para Bourdieu (2014) violência simbólica é histórica, ela constitui as bases para a reprodução e os encargos masculinos de contribuir para tal violência, dentre outras formas. O papel social designado ao homem em sua trajetória histórica concede a ele esta força e vigor de autoridade, bem como suas ações de reprodução que contam com a família, as instituições, as igrejas, escolas e o estado, legitimando e naturalizando comportamentos. O passar dos tempos não contribuiu para abolir esses comportamentos da sociedade, mas sim aperfeiçoá-los, sendo que perduram disfarçados e suavizados.

² Para entender melhor sobre o patriarcalismo buscou-se fontes como Freyre (2013) e Beauvoir (2016) e Costa (2018) Os críticos corroboram a ideia de que o sistema patriarcalista existe e se constitui na sociedade para estruturar de forma naturalizada o domínio masculino, reconhecido socialmente na definição dos papéis que cada um tende a desempenhar na sociedade.

A opressão econômica relacionada à mulher advém da desigualdade legal, sendo que no lar comunista o comando era atribuído a ela, como uma tarefa necessária e importante tanto quanto a do homem, destaca Engels (2001). Com o modelo de família patriarcal ocorre a desvalorização do trabalho feminino, o qual não era considerado um trabalho social, logo não visava uma remuneração, ela permanecia confinada ao lar. Se a mulher fosse buscar a independência financeira fora do ambiente doméstico, não daria conta das obrigações do lar. Neste modelo de família o homem é que busca os meios econômicos para o sustento, assumindo uma posição dominadora, gerando vínculo de dependência para a mulher.

Para compreender melhor as questões pontuadas por Engels (2001) e outros estudiosos, optou-se pela obra literária do escritor Miguel Sanches Neto, intitulada *Chove sobre minha infância* (2014). A obra traz ao leitor representações de aspectos históricos que se entrelaçam ao contexto familiar, lugar em que as representações sociais da mulher evidenciam a opressão pelas relações de poder e de domínio masculino.

O escritor paranaense Miguel Sanches Neto, nasceu em 1965, na cidade de Bela Vista do Paraíso, região Norte – Central do estado do Paraná. Em 1969 a família passa a residir na cidade de Peabiru, onde Miguel vive a sua infância. Escritor, romancista, professor universitário e crítico literário, publica em 2000 a obra *Chove sobre minha infância*, seu primeiro romance, o qual foi aclamado internacionalmente e traduzido para língua espanhola. Essa narrativa é um romance que alude a tendências de produções contemporâneas da escrita de si ou também denominadas de obra autoficcional³. Considerado um escritor da atualidade, é reconhecido pela originalidade e por trazer para o debate temas da cultura brasileira, com contribuições importantes para literatura nacional e paranaense.

³ A obra caracterizada como autoficcional, considera a biografia do autor, traz fatos verídicos de sua vida para a ficção, bem como lacunas que supostamente são contempladas com ideias que não correspondem a realidade, mas sim recriadas e entrelaçadas entre o que é real e o que é ficcional. Este encontro traz uma característica essencial que é a ambiguidade e a dúvida sobre o que foi real e o que é apenas ficcional, o que leva o leitor aos questionamentos que são induzidos pelo escritor. A criação de incorporações através da arte da escrita, na produção autoficcional envolve o leitor e atua, para o escritor, como um caráter terapêutico. A escrita do romance denominado autoficcional reproduz também vivências negativas, de sentimentos dolorosos expressos através da escrita, com tendências a serem reestruturadas e ou compreendidas sob outros aspectos, considerando ainda a não essencialidade terapêutica como característica autoficcional (FAEDRICH, 2015). No entanto, não é intuito desta pesquisa abordar essa questão neste momento.

A obra foi selecionada para esta análise por ser contemporânea, valer-se de um cenário típico rural, da região Norte do Estado do Paraná, onde a subsistência decorre principalmente da cafeicultura. A cidade de Bela Vista do Paraíso, território inicial da história de vida familiar, teve sua emancipação política quando foi desmembrada do município de Sertanópolis. Como movimento econômico e cultural, as atividades eram de predomínio agrícola, no cultivo da soja, milho e trigo (ALMEIDA, 2016).

Interessa analisar vivências das personagens mulheres que fazem parte de cenários similares, pois conforme mencionado na introdução a pesquisadora atua diretamente com esse público no serviço de psicoterapia clínica. Essas mulheres da vida real, que no cotidiano vivem relações de uma ordem social dominante, relatam situações muito similares as que ficam subentendidas a partir dos relatos feitos pelo narrador personagem.

A pesquisa estabelece reflexões sobre as relações de poder, sobre aspectos norteadores dos discursos de dominação masculina, valores morais e ideológicos presentes no contexto específico da narrativa de Miguel Sanches Neto. O cenário das relações entre familiares revela fronteiras simbólicas nutridas pelos valores culturais que se perpetuam com todo vigor de domínio nas retóricas simples, estruturadas, estruturantes e socialmente determinadas.

A obra traz uma escrita autoficcional, os fatos cotidianos vividos pelos personagens foram inspirados na vida do autor da obra assim como alguns nomes, experiências detalhadas que implicam o entendimento das angústias e sentimentos produzidos nas relações familiares. O narrador traz os nomes verídicos das pessoas que compunham o meio social e familiar do escritor Miguel Sanches Neto, bem como das cidades que residiu e que percorreu no movimento de sua trajetória histórica empírica.

O personagem Miguel Sanches, desde a infância, demonstrava o gosto pela escrita, em meio às contradições de seu contexto que o direcionava para o trabalho braçal. Ao tornar-se escritor pode trazer narrativas de lutas diárias como forma de romper com o silêncio que habitava a história familiar, pode realizar o sonho da mãe que se manteve desde a infância “calada”, em consequência das ideologias do grupo e da condição social da família.

Nelsa sonhava e acreditava nos desejos e no sucesso do filho, de fazer sua existência um percurso diferente do que a família propunha cotidianamente, diferente da própria trajetória onde foi criada pela avó, a qual não permitiu sua frequência na escola, pois seria incompatível e de certa forma desnecessário para uma mulher.

Para o escritor Miguel Sanches Neto (2014), narrar, por meio da ficção, a sua história de vida⁴, com a propriedade da escrita, dos afetos e desafetos, tornou-se esclarecedor diante da condição da classe de seus antepassados. Autor e narrador puderam encontrar na escrita a condição de exteriorizar memórias e com a liberdade de expressar percepções a partir da literatura e, enquanto adulto, falar das mazelas da infância. Relatos da vida dignos de “desentalar um osso da garganta”, expressão dita pelo escritor. Saber que a obra analisada decorre da ficcionalização de vivências empíricas do autor contribui para a contextualização dos espaços e atualização dos acontecimentos, embora a potência da literatura independa de ser contemporânea ou autoficcional para que se possa entender e analisar a cultura, a história e a imagem da mulher.

A história da narrativa autoficcional selecionada perpassa e se entrelaça nas relações familiares, neste sentido se faz relevante compreender o espaço social dessas interações, sendo a família a unidade de convivência, onde na estrutura familiar nos interessa o tipo de vínculo que une essas pessoas, sejam “vínculos de afinidade e de consanguinidade, de casamento e de descendência” (SARACENO; NALDINO, 2003, p. 28).

Considerações acerca de como se estabelece essa convivência em meio às diferenças de sexo, homem e mulher, bem como as reproduções de uma cultura geracional permitem compreender o vínculo familiar, conforme Saraceno e Naldino (2003). Para as autoras existem diferenças nos termos *estrutura* e *relações*, a

⁴ Estudos revelam um contexto crítico marcado por reflexões de diferentes teóricos da teoria literária, conforme Faedrich (2015), na definição de uma obra como autoficcional. Ela menciona Foucault, pois ele define o próprio autor como algo inventado para intencionalmente produzir efeitos em suas histórias, não sendo o verdadeiro sujeito desta existência fantasiosa. Além disso, pontua as ideias que devem ser consideradas sobre a intencionalidade do autor em narrar com veracidade fatos de sua história para assim conservá-las e compreender questões do passado. Em Doubrovsky “a autoficção não é invenção, é matéria inteiramente autobiográfica em forma de romance” (FAEDRICH, 2016, p.7), ao tempo que se contradiz, renova o conceito afirmando que uma autoficção é uma história que não é verdadeira, mas assim como os sujeitos sócio históricos se modificam com o tempo, em termo a complexidade da palavra autoficção, revelam alterações e variantes para a compreensão da mesma.

primeira refere-se às regras para a convivência familiar, como se estabelecem e se modificam, também quanto à disposição e a dimensão dessas estruturas, já a segunda refere-se às relações de autoridade e de afetos existentes no grupo familiar.

Considerando a análise de família proposta por Engels (2001), na obra encontramos a *família monogâmica* onde a existência da união entre um homem e uma mulher. No entanto, a narrativa mostra que a ele era permitido, e aceito como um direito, ocasionais adultérios, mas para ela as determinações rigorosas da fidelidade. Conforme Engels (2001), a monogamia foi o caminho da servidão do feminino para com o masculino, a primeira divisão de classes e a opressão da mulher. Os serviços do lar destinados a ela seriam serviços privados da família não podendo contribuir na produção pública social e, por isso, sem uma remuneração pelo trabalho.

Carmem Sanches, irmã de Miguel e confidente da mãe Nelsa, expõe a condição desta ao relatar sobre o pai, hora falecido:

Ele também teve várias amantes durante o casamento, chegava em casa com marcas e batom na roupa e a mãe aguentava essas coisas em silêncio, não reclamava para vó Carmem, porque não queria que ninguém mais sofresse, por isso nunca contou para você e nem terá coragem de contar (SANCHES NETO, 2014, p. 249).

O adultério é evidente neste contexto familiar descrito pela obra, assim como a submissão da mulher. A filha dividia com a mãe o sofrimento em meio ao silêncio com relação ao filho homem. O marido saía de casa para o trabalho e a esposa exercia o trabalho privado no lar, relações que podem ser pensadas a partir do poder simbólico e da opressão.

Nas interações percebidas na obra de Miguel Sanches Neto, as reproduções das relações demonstram verdades por vezes inquestionáveis em meio a crenças culturais e familiares, em destaque o conceito da família que representa “um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação)” (BOURDIEU, 1996, p.124). Descrição esta que referencia o modelo de família tradicional, segundo padrões da sociedade com aspectos de dominação e de legitimidade, mostrada no fragmento textual:

As pessoas tem cada ideia, acham que vou fazer como as mulheres de agora, que por qualquer coisinha já falam mal do marido, já brigam, já arrumam outro. Fui educada no respeito do pai e do marido, mas não sinto raiva de nada (SANCHES NETO, 2014, p. 23).

A avó de Miguel mostra-se leal, submissa e conformada com o reconhecimento do capital cultural de herança familiar, assegurado pela lealdade ao “sangue, solo, raça, passado, pátria e tradição...” (BOURDIEU, 2017, p. 27). Observa-se a reprodução de comportamentos esperados de uma mulher, relativos à manutenção da família, de concepção construídas socialmente e compartilhadas pela coletividade, cumprindo com a obediência aos representantes masculinos, com demonstração de tolerância a eles e de críticas às mulheres que não aceitam o que advém de uma ordem masculina.

Assim, a avó expõe por meio de aprendizagens da cultura considerada legítima por seu grupo familiar, corroborando Bourdieu (2017), fatos que perpassam gerações para o reconhecimento da identidade social, a qual reproduz e transmite os valores morais da família, e da palavra de ordem para esta manutenção. Tais direcionamentos partem normalmente do homem, considerado do chefe da família, assim como a ideia de que o que se passa no interior das relações familiares é de sua naturalidade que seja assim.

O poder que emana da convivência familiar, no espaço social, revela a disputa, a luta perante a hierarquia de posição e ocupação, a partir do sistema simbólico, das distinções que se constroem nesta relação de força (BOURDIEU, 1989). Sebastião, o padrasto, tenta impor sua visão de mundo para a família de Miguel, o qual se encontra no processo para o reconhecimento deste poder, porém luta contra as imposições dominantes:

Ir para Ponta Grossa seria me libertar da casa paterna e de seu poder. Mas digo pra mãe que estou, sim, pensando em ser padre (SANCHES NETO, 2014, p. 134).

Sebastião passa a ocupar o espaço que para Miguel seria dele, o menino parece reconhecer a posição autoritária do padrasto, assim como sua mãe Nelsa. Ela busca a harmonia da família, mesmo entre a disputa de poder Sebastião/Miguel,

revelando através do silêncio a reprodução social da estrutura familiar, a qual a coloca como inferior aos homens da casa. Miguel desejava liberta-se do poder exercido pelo padrasto, sair de casa era também uma solução para a questão, assim como encontrar outros modos de sobrevivência.

Todas as vivências da família acontecem num espaço não somente físico, mas também em espaço social, o qual foi definido por Bourdieu (1996) como ambiente de construção e de reprodução, assumidos pelos agentes entremeio a distintas posições relacionadas às praxes e aos bens culturais, econômicos, sociais.

As distinções das classes e ou dos agentes envolvidos representam o *habitus*, que para o autor condiciona o reconhecimento unificado de estilo de vida, individual e coletivo, a partir da própria diferenciação que classifica e que, como denomina Bourdieu (1996), são categorias de percepção do meio social, de divisão e de visão sejam elas de práticas, de bens, de gostos, de maneiras e de opiniões que ao fim resultam de diferenças simbólicas.

O espaço social organiza as práticas e as representações dos agentes, construindo classes distintas a partir da posição ocupada por cada integrante, ao tempo que se agrupam pelas diferenças, por estarem próximas em propriedades e disposições. As construções sociais tendo em vista as percepções dos agentes constituem o capital simbólico dotado de crenças culturais e valores, a influência, a imagem e o reconhecimento que válida também outras espécies de capital: o capital físico, econômico, cultural e social, reconhecidos e valorizados por eles como verdades universais partilhadas e aceitas no grupo.

Bourdieu, ao falar sobre os sentimentos assertivos para garantir a unidade familiar, ressalta que os “ritos de instituições visam construir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo estável, constante, indiferente as flutuações dos sentimentos individuais” (BOURDIEU, 1996, p. 129).

Carmem quer manter a família unida, o que é percebido ao afirmar que “não sente raiva” do pai e do marido. No entanto, subentende-se que situações de conflito lhe causaram mágoas e mesmo raiva, sentimento de impotência à submissão. A estrutura simbólica mostra as diferenças quanto à permissividade ao masculino, a violência velada que constrói percepções da vó diante da experiência vivida. A cultura que ela internalizou do seu meio social levam-na a rejeitar e negar sua condição e sofrimento em prol do amor fraternal, amor pelo marido, pelos filhos e

pelo próprio pai, logo a tolerância ao comportamento do homem, pela moral e pela manutenção da família, revelam mais um atributo aos encargos femininos.

As experiências compartilhadas pela família, sob o conceito do capital cultural de Bourdieu (1996), recorrem a categorias de percepção, ou seja, para uma crença ter seu valor de reprodução e reconhecimento, bem como serem mantidas pela estrutura simbólica, é necessário que seja aceita por todos os envolvidos neste meio social. O domínio simbólico constitui-se numa marca da luta pelas posições sociais, e nesta luta a ação do Estado⁵ contribui para os princípios que direcionam a práxis social, conforme o sexo e a idade.

Assim, é possível pensar em família como um lugar de reprodução das condições de produção capitalista. As mulheres, no interior da família, passavam de um lugar de propriedade (filhas) para outro de (esposas), mas sempre privadas de liberdade, de funcionamento integral. As famílias para as mulheres sempre estiveram sobre o julgo da guarda de um homem.

No domínio do simbólico, os sujeitos são indissociáveis das produções e reproduções que fundamentam a vida social e, através do *habitus*, compartilham o que de fato está prescrito através de estruturas cognitivas que legitimam as crenças, ainda que a própria legitimação não deriva de atos livres e sim do poder simbólico enraizado nas estruturas que são assimiladas pelos sujeitos (BOURDIEU, 1996).

Nesse sentido, temos também a representação do Estado que funciona enquanto materialidade de uma formação ideológica e a ele é atribuído o poder, em si o domínio de uma classe sobre a outra. E que ainda determinam e asseguram, *sob* percepções e simbologias, as normas, os princípios, afetos, privilégios culturais, econômicos e simbólicos. No entanto, a discussão sobre as interferências que decorrem do poder do Estado nas relações não será aprofundada neste momento, ainda que estejam presentes e direcionam o sistema de ideias que legitimam o poder.

Neste contexto, apontamentos sobre as representações do domínio presentes nos fatos narrados, identificados na relação do personagem Miguel ao retratar as recordações com a avó paterna:

⁵ Compreender o poder do Estado ao tempo que é produto da sociedade, enquanto há existência de contradições nele mesmo, oposições implacáveis que não se consegue afastar. Se faz necessário o poder posto acima da sociedade para manter os limites da ordem para que as classes com interesses econômicos não se consumam na luta (ENGELS,2001).

Abraçados, íamos à missa, saíamos para passear em minhas poucas visitas. Se eu não tinha o capital econômico para saldar a dívida paterna que ela assumira, tinha um capital afetivo que estava à disposição (SANCHES NETO, 2014, p. 29,30).

As lembranças dos momentos afetuosos com a avó estão relacionadas aos padrões de conduta familiar, compartilhadas com a preocupação da dívida deixada pelo falecido pai, a qual a avó assumira a responsabilidade, em nome da honra do filho na sociedade. Miguel, na adolescência, não dispunha do capital econômico para findar o compromisso da avó, mas tinha uma relação de respeito, companheirismo e acolhimento. Essa relação parece contemplar os anseios do momento.

A estrutura simbólica que envolve a família como lugar dotado de regras, determina a Miguel que a dívida precisa ser paga, orientam as representações e as atitudes da ordem social (BOURDIEU, 1996, p. 129), num trabalho para a construção simbólica de um “espírito de família, gerador de devoção, de generosidades e de solidariedades”.

Para Bourdieu (1996), o capital simbólico principal da família é o “nome”, aspecto que pode ser percebido no episódio que demonstra a preocupação da avó para honrar o sobrenome da família e pagar a dívida deixada pelo filho. Assim, busca a união com o neto, constrói na formação social o *habitus* de honrar a dívida, o compromisso. Ao mesmo tempo nota-se a consagração da família, visando à união e a simbologia revelada no capital econômico, que após a morte ainda precisa ser quitada. Construções em forma de reconhecimento e valores, preocupações, investimentos, cuidados econômicos e afetivos, heranças materializadas nas condições de existência na família.

Distintas simbologias constroem o significado da palavra “família” enquanto construção social, no sentido amplo de ser uma instituição que busca padronizar comportamentos típicos e aceitos, concepções e crenças de um ambiente sagrado, reservado, secreto e protegido pelo domínio íntimo da estrutura familiar, sendo para Bourdieu (1996) a categoria social que mais apresenta aspecto de naturalidade.

A casa, referência da família, simboliza socialmente um espaço de estabilidade, de segurança, onde agentes estão envolvidos e comprometidos entre si, agindo e compartilhando modelos de relações, fraternas e propagadas como

confiáveis, reproduzidas nos significados de uma ordem que corresponde à realidade coletiva.

Conforme Bourdieu (1996), ao papel da família também compete a disseminação e a manutenção do patrimônio econômico, como no caso dos casamentos que são arranjados entre pessoas que pertencem ao grupo familiar, prática histórica que ainda acontece em algumas regiões do país e em alguns núcleos familiares.

No fragmento abaixo analisamos que Sebastião, pretendente de Nelsa, é filho do irmão de Gasparina, atual companheira do pai de Nelsa, observa-se a existência desta ligação. A família enquanto lugar de reprodução social orienta a unidade doméstica a se organizar de forma que o conjunto de bens materiais seja perpetuado e esta união tende a favorecer os interesses mútuos. Essa cultura pode ser percebida quando o pai de Nelsa propõe a ela um novo casamento:

Nelsa, você sabe que agora o Sebastião está desquitado, não sabe? Ele é um homem trabalhador, sofreu muito no primeiro casamento... Uma mulher nova não pode ficar muito tempo sozinha. Precisa de alguém que eduque os filhos e faça o papel do pai... Já falei com ele e agora estou falando com você, eu faria muito gosto (SANCHES NETO, 2014, p.69).

A família de Miguel segue o modelo de família patriarcal e Zé - Zabé, como patriarca, afirma que uma mulher não pode ficar sozinha, referindo-se ao fato de Nelsa não ter marido e um pai presente para os filhos. Viver desse modo não condiz com a unidade familiar tradicional patriarcalista, por isso o pai arranja outro marido para Nelsa, homem trabalhador como ele que poderá cuidar da família e manter o capital.

Para tanto, família é uma das instituições que mais forma o *habitus*, que na teoria bourdiana é esclarecida como as vivências cotidianas, onde o comportamento social que foi aprendido/ensinado é estruturado nas ações diárias, revelando a trajetória dos agentes em relação ao coletivo.

A reprodução do *habitus* é determinante de experiências para a vida, assim a união e ou o casamento são acordos que valorizam a figura masculina, pois estruturam uma ordem de submissão e aceitação por parte das mulheres. No contexto da obra, verificamos em outras situações onde as personagens se casam a

partir de arranjos realizados por homens para outros homens. Os direcionamentos são dados pelos homens e eles não consideram que a mulher seja capaz de gerenciar a família sem um companheiro. Tais situações tendem a fundamentar a reprodução de um padrão cultural, observado, percebido e assimilado para a formação dos filhos.

A partir do excerto mencionado, podemos pontuar, com base em Engels (2001), que desde a antiguidade eram os pais que firmavam os enlaces matrimoniais, aos envolvidos apenas o conformismo de aceitar a escolha, enquanto o sentimento de amor tornava-se secundário, como um encargo que se somava ao matrimônio.

Assim, sabendo dos encargos sociais esperados da esposa, Nelsa passa pela segunda experiência matrimonial, nas duas a posição ocupada por ela revela comportamentos tímidos, inseguranças, medo e a obediência ao homem diante de situações conflituosas. O lugar ocupado pela mulher na família de Miguel apresenta o envolvimento para a conservação e perpetuação de sentidos e comportamentos que asseguravam a união familiar. Conforme Bourdieu (1996) a mulher tem papel relevante como mantenedora desta união, a zelar pelo marido e filhos, para que todos tenham entre si inclinações para as trocas afetivas, comportamentos generosos e solidários.

Tais comportamentos oriundos das relações cotidianas revelam essa percepção:

A mãe mataria um frango, a comida de que ele mais gostava, e haveria um almoço ou um jantar em família, ele contando com alegria de sempre tudo o que fizera, os lugares por onde andara, os negócios, falando entre uma porção de comida e outra (SANCHES NETO, 2014, p.15).

Percebemos os laços entre familiares, a espera pelo pai, mediados pelas ações da mulher, que prepara o alimento preferido na tarefa de unir e servir bem ao homem da casa. O pai compartilhara de seus momentos de liberdade para os negócios com a família, o que demonstra práticas sociais organizadas pelos esquemas de percepção e pensamento, ao tempo que se diferem pelas condições de existência das classes nos limites da condição social.

Os esquemas de percepção revelam os efeitos da dominação masculina sobre os corpos femininos, construção reconhecida na família, a qual indica comportamentos reprodutores que conferem aos personagens homens os direcionamentos familiares.

O grupo apresenta *habitus* para condutas que conservam a relevância do trabalho, do aumento do capital, do conservadorismo das tradições específicas. Nas reproduções da história da família, na manutenção da estrutura a partir do casamento, nas obrigações dos filhos homens nos trabalhos solicitados pelo pai e nos direcionamentos domésticos para as filhas mulheres, aspectos que ressaltam o domínio do homem, à importância dele para se perpetuar e progredir nos negócios.

Os agentes, neste espaço social, se agrupam nas condições materiais para a existência, podendo assim compreender que são nas diferenças que se identificam enquanto grupos, ocupando distintas posições e formando o que Bourdieu (1989) denomina de campo do poder. Entremedio essas relações de exploração e dominação, os agentes ocupam posições diferentes e têm interesses diferentes ocasionando um campo de forças, possível de gerar mudanças bem como a manutenção da estrutura social. E no grupo, quanto mais estiverem em equilíbrio, mais coeso será o grupo e tendencioso ao sucesso.

Neste sentido, parte-se da análise de Bourdieu (1989) sobre as estruturas sociais onde se encontram as diferenças e as formas de domínio, as quais estão presentes, através do poder simbólico. Esse foi o conceito que ele elaborou para definir aspectos de relações de poder que permeiam a sociedade de formas distintas. Para o sociólogo este poder se faz presente de forma invisível e envolvente, sendo que os sujeitos não estão dispostos a entender o que está oculto nas relações ou então eles não percebem a existência de um poder simbólico que os circunda.

Essas relações simbólicas se organizam através de estruturas definidas como sistemas simbólicos, que são representações advindas de instituições sociais como a religião, o mito, a arte, a ciência e ou a língua, as quais exercem funções de produção social que direcionam para uma ordem ideológica dominante. Para Bourdieu (1989) esse universo simbólico de representações, de sentidos prontos, integra grupos sociais na presença do poder, *sob* formas naturalizadas de compreensão da prática e das condições sociais específicas. O poder simbólico é

instrumento que legitima a dominação de uma classe sobre a outra e que resulta em violência simbólica.

O seu avô tinha os defeitos dele, mas quem é que não tem? diga pra mim filho, quem não faz besteiras de vez em quando? Um dia uma vizinha perguntou, achando que eu ia reclamar do meu marido, que todo mundo sabia que era mulherengo, se ele tinha sido bom companheiro (SANCHES NETO, 2014, p.23).

O capital simbólico e cultural está garantido no reconhecimento que pessoas do grupo social tinham do esposo, de ser “mulherengo” e a imagem da mulher refletida e violentada pelo comportamento do marido, assegurado pelas percepções dela que mesmo diante de ter conhecimento das práticas do homem ainda o considerava um bom companheiro. A avó justifica a infidelidade do marido, como algo que é natural e universal no comportamento do homem, logo, passível de ser aceito, com isso oprime suas queixas, para manter o casamento e ter um homem como chefe da família.

Saffioti (1976) explica a condição da mulher nesses sistemas, a qual decorre das tradições locais e de determinações do sistema capitalista, tendo desvantagens sociais pela pouca valorização de suas capacidades. Neste sentido, muitas vezes aceita e justifica crenças que contribuem para a soberania masculina. Tais crenças revelam-se barreiras para a integração da mulher no meio social, suportando sob o silêncio e a opressão, padrões patriarcais para a organização da família.

Na teoria bourdiana, o sentido de classe social define-se pela identificação dos indivíduos nas relações próximas, que são estabelecidas entre pessoas de um mesmo espaço social, em função do capital (econômico e social) que possuem. Seriam para Bourdieu (2017) probabilidades de pessoas terem práticas e comportamentos compatíveis.

Neste sentido, O espaço social dimensiona a posição dos agentes, considerando o capital em sua estrutura e volume, ou seja, econômicas e culturais, progredindo para a formação das classes que na teoria bourdiana equivale ao:

[...] conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em posições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, tem, como toda a probabilidade, atitudes, interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de decisões semelhantes (BOURDIEU, 1989, p. 136).

Somos naturalmente desiguais, nos diferenciando a partir da classe, dos gostos e das disposições do meio social, contudo as relações se estabelecem geralmente com pessoas do mesmo meio social, que se encontram nas distinções, mas se assemelham enquanto um grupo instituído de valores, preferências, práticas. Considera-se aqui o rito instituído socialmente, o casamento, que na obra literária é importante para a cultura manter e perpetuar esta condição, muitas vezes arranjado por familiares, se encontra numa fração de classe:

Casou, não apenas com meu pai, mas também com minha avó e com o irmão do meio, que saíram do sítio para viver com o Toninho (SANCHES NETO, 2014, p. 20).

Nelsa residia na área rural com seus familiares, casou-se com homem que também residia neste meio, consideravelmente estavam mais próximos no espaço social, por disposições e gostos. Levados sob a estratégia do matrimônio e interesses econômicos, Nelsa e Miguel se casam. A mulher segue com o marido, a mãe dele e o irmão, vivência comum. Aceita e segue com naturalidade a zelar pelo bem-estar da família.

Nessas relações, envolventes e pertinentes a esta cultura, o poder simbólico se organiza nas concepções de divisões sexuadas, vindas da realidade biológica do próprio corpo imbricadas nas relações de dominação do mundo social, legitimadas em fatos do que pertence ao masculino e ao feminino. Definições sociais que marcam a necessidade de destacar a virilidade, a qual é de certa forma esperada e ou cobrada do homem que seja assim. São aspectos de uma sexualidade considerada pelo sistema patriarcal como superior, baseada na força e na permissividade.

Diferenças se estendem ao vestuário feminino, bem como ao comportamento social de boa mãe, boa esposa, boa dona de casa, boas maneiras, valores morais que enaltecem a soberania do homem pela escolha. Ainda que sejam eufemismos para diferenciá-los, com oposições que subestimam a mulher, como quente/frio, alto/baixo, seco/úmido, são simbologias inscritas nos corpos que organizam uma ordem social de poder e domínio (BOURDIEU, 2014).

Bourdieu analisa as relações simbólicas entre a mulher e o mundo, ele observa que “[...] pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica [...]” (BOURDIEU, 2014, p.50). Isso leva a análise de que a mulher tem seus espaços definidos, tanto para o trabalho como para a sua capacidade mística para os sentidos, as intuições, para a compreensão do outro, mais do que compreender a si própria.

Sobre essa perspectiva histórica, Beauvoir (2016) afirma que os homens sempre acreditaram na soberania, na ideia de que o mundo sempre pertenceu a eles e assim a importância de manter a mulher em situação de dependência. Para a feminista, o homem não tem domínio sobre a natureza, logo ele tenta se apropriar dela e nesta luta sente-se solitário, ele nutre a esperança de “[...] realizar-se como ser possuindo carnalmente um ser, ao mesmo tempo que consegue confirmar-se em sua liberdade através de uma liberdade dócil. Nenhum homem consentiria em ser uma mulher, mas todos desejam que haja mulheres” (BEAUVOIR, 2016, p. 201). O homem, decorrente da leitura de que é dono, proprietário, geralmente compreende a mulher como sua propriedade, ela é como um instrumento privilegiado que o aproxima do domínio da natureza.

No percurso para compreender o poder simbólico e como ele se constitui, Benbeniste, Delfino e Vitale (2006) buscaram contribuições de Max Weber sobre o poder. As reflexões levam a compreensão de que nas relações sociais o poder se dá por meio de imposições uns sobre os outros, essas disposições podem se diferenciar na medida em que envolvem questões afetivas, cognitivas, históricas e sociais. São formas de vínculos que se estabelecem desde o nascimento, as quais necessitam de estruturas para que aconteçam, sendo a comunicação o primeiro contato social humano que se dá através da mediação nas primeiras necessidades humanas.

Para Bourdieu (2004) as estruturas sociais e simbólicas independem das vontades dos sujeitos, são construções de realidades diárias individuais e coletivas, que podem ser modificadas ou conservadas. Essas estruturas, pelas quais ocorre a aprendizagem sobre o mundo, são possíveis de serem visualizadas a partir da posição ocupada no contexto e nas percepções do *habitus*. Nas lutas que organizam

a vida social num campo de poder, as relações simbólicas são marcadas pelo autoritarismo do homem, revelando a posição ocupada por ele e definida socialmente, legitimada pelo senso comum e pelo reconhecimento do seu domínio e de todo aparato simbólico garantido pelas reproduções do poder culturalmente a ele concedido.

As análises e reflexões estabelecidas neste estudo contribuíram para investigar as relações de poder relacionadas ao homem e a mulher, além dos atos de violência simbólica. Desse modo, corroboramos a definição de Weber citado por Eslabão (2011), sobre a forma de domínio patriarcal nas relações familiares, matrimoniais e culturais, as quais podem ser percebidas na obra literária. Assim, a análise das vivências das personagens literárias contribui para as reflexões sobre a perpetuação de costumes, crenças e valores que mantêm o domínio sob a óptica do masculino.

No caso da obra analisada, destacam-se as imposições dos personagens masculinos, suas posturas, pensamentos e comportamentos que influenciam, determinam e repercutem nas ações, pensamentos e comportamentos das mulheres. Na maioria estão relacionados aos pensamentos de obediência e revelam uma compreensão de que a mulher está e deve ficar em posições subalternas.

1.1 As mulheres no sistema do patriarcado

Aspectos do regime patriarcal e suas ligações históricas com a representação da mulher na sociedade contribuem para o entendimento de algumas questões que permanecem nas relações entre homem e mulher na contemporaneidade. Sociólogos, historiadores, pesquisadores se debruçaram sobre a questão para compreender melhor as sociedades e relações mediadas por esse regime dentre eles Engels, Freyre e Saffioti.

Gilberto Freyre (2013) apresenta um panorama geral do patriarcalismo no Brasil, sendo *Casa Grande e Senzala* uma referência. Conforme apontamentos desse pesquisador, o regime patriarcal consiste num sistema onde a família é chefiada por um patriarca que detém o poder sobre os seus filhos e a esposa, agregados e escravos.

Também Souza (2011) abordou a discussão, a partir da concepção freiriana sobre a família patriarcalista, e destacou algumas questões relevantes sobre a condição da mulher no casamento, na maternidade, na monogamia, na poligamia dentre outras que podem ser estudadas a partir da história. Sobre o regime patriarcal agrário traz as conformidades que se estabeleciam nas diferenças entre os sexos e os interesses masculinos em acentuar essas diferenças. Além disso, outras formações sociais como a liberdade do homem para ações e contatos públicos e às mulheres as limitações do espaço doméstico, as obrigações com os filhos, as relações com os parentes, concepções que ainda permanecem no sistema da sociedade brasileira atual.

No Brasil o patriarcalismo colonial estabeleceu regras e normas, as quais se consolidaram no entendimento do senso comum sobre a constituição da família brasileira. Os grandes latifundiários do campo firmaram um modelo de família que também se estendeu à família burguesa urbana. Com o deslocamento das famílias patriarcais do campo para a formação das cidades, as relações entre homens e mulheres, independente das camadas sociais e econômicas, assimilaram alguns comportamentos e pensamentos de superioridade do homem em relação à mulher, comuns aquele sistema colonial.

Saffioti (1987) afirma que o patriarcado não se define somente pela dominação masculina, mas também como um produto de exploração econômica da mulher. Para a autora tanto as atividades domésticas quanto o trabalho assalariado fora de casa são meios de exploração do trabalho feminino no âmbito familiar. Ao homem atribui-se a imagem de que ele supre as necessidades familiares, cabendo-lhe o trabalho fora do ambiente doméstico e ao vender sua força de trabalho recebe uma remuneração, assim se impõe enquanto chefe da família haja vista que detém o controle do poder econômico.

A divisão do trabalho entre homens e mulheres determina seguramente os papéis sociais de cada um deles, “cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa” (ENGELS, 2001, p. 178). Tal observação, contextualizada na contemporaneidade e observada na obra, revela concepções e definições para as funções com propósitos de naturalizar os espaços na dimensão sociocultural.

O sistema do patriarcado estabelece a soberania e o poder do homem sobre a família, instaurando a ideia de inferioridade da mulher neste âmbito e em suas funções com pouco ou nenhum reconhecimento e ou valorização social. Para Saffioti (1987, p.14), muitas vezes sem perceber as mulheres assumem certa inferioridade com relação ao homem. O ditado popular “lugar de mulher é em casa”, por exemplo, enquanto construção social, expressa a ideologia predominante de estereótipos e limites quanto à ocupação social da mulher. Esse pensamento está enraizado na cultura social, propagado para manter o homem em posição considerada superior.

Saffioti (1987) ressalta, ainda, que o domínio do homem sobre a mulher não é uma exclusividade estruturada pelas relações no sistema do patriarcado, mas que a supremacia masculina perpassa todas as classes seja dominante ou subalterna, onde a sujeição feminina encontra-se em situações de salários inferiores. Por exemplo, a existência do controle da vida reprodutiva feminina, haja vista que determinados locais de trabalho não contratam mulheres em idade fértil ou propícias a terem filhos, além de inúmeros relatos e fatos comprovados em que sofrem assédio sexual ou são obrigadas, para não serem despedidas, a prestar serviços sexuais aos patrões e não faltam ameaças, formas de coação, exploração, entre outras.

Ao analisar a sociedade e suas práticas culturais construídas no sistema patriarcalista, percebemos que a identidade feminina, em muitas situações, é colocada em posição considerada subalterna. Desse modo, é o preconceito e a opressão contra as mulheres que mantém e sustentam as relações desiguais (SAFFIOTI, 1984). Neste contexto, percebemos que a construção social relaciona a identidade da mulher a um ser mais sensível, dócil, que precisa de proteção, que é passiva às situações de domínio masculino, até mesmo sustentando o papel de sofredora e por vezes boicotando o prazer físico para confirmar o que a sociedade espera dela.

Em *Chove sobre minha infância*, Nelsa ficou órfão ainda na infância, assim fora criada pela avó materna. Esta, religiosa, devota, que seguramente lhe ofereceu direcionamentos que sufocaram nela a liberdade feminina:

Pensei que estivesse engasgada com as lágrimas que não chorei, com as lamentações guardadas, com a dor de ter abandonado a escola, o casamento com um homem inteligente e o serviço na

cidade. Minha avó tinha me tirado tudo isso e eu não podia fazer nada (SANCHES NETO, 2014, p.59).

As identidades de ambas, semelhantes entre si, aparecem na submissão ao papel de serem mulheres, na cumplicidade de não romper o paradigma moral ou “a ideologia machista, que considera o homem um ser superior a mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos” (SAFFIOTI, 1984, p. 34). Podemos objetivamente identificar essa transmissão de valores, de comportamentos na maneira como a avó organiza as vivências da neta. Desse modo é possível perceber os estereótipos que contemplam a moral que o grupo compartilha. Caso a neta rompesse com eles, haveria o risco de ser excluída pela família e pela sociedade, por isso Nelsa não expressa seus sentimentos e o silêncio novamente revela a passividade ao grupo familiar e ao sistema patriarcalista.

Compreender as concepções do regime patriarcal e suas interferências na formação identitária feminina tende a contribuir significativamente para analisar as influências deste regime na reprodução de práticas sociais e culturais vinculadas ao poder e ao domínio masculino que geram violência simbólica contra a mulher ainda nos tempos atuais.

Freyre (2013), ao refletir sobre aspectos históricos na constituição da imagem da mulher perante a família e a sociedade no tempo do Império, do século XIX, revela que as mulheres matriarcas assumiam posições de domínio na sociedade, executavam tarefas com força e vigor, contrariando estereótipos de fragilidade, docilidade e de condutas consideradas domésticas. No entanto, os estereótipos relacionados à condição física e moral da mulher seguiram contribuindo para a submissão sob as questões econômicas, sociais e culturais, que foram se definindo pelos interesses do homem e da sociedade estruturada para a sua soberania.

A história aponta sobre as semelhanças entre os sexos, desde a sociedade primitiva, dos indígenas e feudais, porém ocorreram mudanças frente a essas tendências. Foi no sistema patriarcal que se destacaram as diferenças entre homens e mulheres, sendo ele a deter domínio e prestígio perante a mulher e a sociedade.

Os caminhos e percalços na relação entre homens e mulheres na história, longos e temerosos, ajustados aos fatores econômicos, históricos e sociais, fragilizaram e ajustaram a figura feminina aos interesses dominantes do homem,

principalmente delimitando a divisão dos trabalhos. Os domésticos foram atribuídos a elas e os dos espaços públicos a eles. No sistema patriarcal os valores apontam como problemática e vergonhosa as semelhanças entre os sexos, seguindo de apropriações para prevalecerem as diferenças e o poder do homem, como assevera Beauvoir (2016).

Essas diferenças submeteram a mulher a exploração e desvalorização. Na obra, a personagem Antônia, mãe de Nelsa, fora desprezada por Zé - Zabé nos primeiros dias após o casamento. No fragmento o tio Lindolfo traduz o sentimento da mãe, que perdera a filha:

Enterramos a Antônia com o vestido do casamento, que ainda servia bem nela. A mãe não chorava. Ela já tinha sofrido demais no dia do casamento, e entre uma vida de escrava e a morte, preferia ver a filha descansando (SANCHES NETO, 2014, p. 51).

O sofrimento de Antônia, normatizado, silenciado, calado pela união da família, a violência simbólica no cotidiano de subordinação, opressão, de dependência emocional bem como financeira, levam a mãe da personagem pensar na morte como possibilidade do descanso.

O aparente conformismo com a condição, sob a negação dos anseios e dos medos, as formas de violência que fragilizavam a autoestima, contribuem, conforme explica Freyre (2013), para manter a estrutura patriarcal. Além disso, o pouco ou nenhum cuidado com o próprio corpo ou vaidades próprias, talvez fossem motivos para mantê-las afastadas da competição do domínio político e econômico.

Ajustá-las a uma representação de formas e tamanhos, para subestimar a figura feminina e prevalecer a masculina, foram práticas culturais relacionadas ao corpo da mulher e aos trabalhos da mãe e esposa. Tais fatores estabeleceram limites para o seu espaço, construindo sua imagem e identidade.

A mãe do Levi é uma mulher feia e gorda, anda com vestidos velhos e ele acha que a mãe é melhor do que as putas. Mas nunca que é (SANCHES NETO, 2014, p.36).

O discurso de Miguel evidencia estereótipos sociais sobre o corpo da mulher, tanto da mãe do amigo quanto sobre o das “putas”. A primeira que não apresentava vaidades, feia, as outras vaidosas, bonitas em excesso. Conforme Freyre (2013), a

negação e ou os mínimos cuidados com o corpo da mulher revelam formas de explorar, subestimar e limitar a função feminina ao lar, desvalorizando ou desconsiderando as necessidades de cuidados pessoais, negação em vista a dedicação exclusiva a família e a questão econômica, pois os cuidados implicam em gastos, dinheiro que normalmente não estava ao alcance delas.

A exploração do corpo feminino pelo homem é outro aspecto analisado por Feyre (2013), normalmente para satisfazer interesses do gozo físico e a procriação, tendo elas a obrigação de aceitar e estar sempre à disposição deles para o ato sexual. Além disso, a obrigação de cuidados com os filhos, com a casa, com os trabalhos a elas atribuídos.

A mulher ainda é visualizada pelo homem como objeto de desejo e de posse, devendo satisfazê-lo prontamente, sendo que os desejos dela pouco importam. Nas últimas décadas, testemunhamos algumas mudanças no sentido de leis que asseguram a ilegalidade quanto aos atos sexuais cometidos sem o consentimento da mulher, inclusive na relação do matrimônio, como analisa Saffioti (1984). No entanto, a violência sexual é recorrente em nossa sociedade. É do senso comum o entendimento de que a mulher casada deve prestar serviços sexuais quando o homem solicitar ou quiser, ato denominado como dever conjugal.

Além desses aspectos, Engels (2001) observa que ligado à família monogâmica, o relacionamento extraconjugal de homens casados mostra-se tolerado e praticado na sociedade. Os julgamentos a tais condutas recaem sobre as mulheres, sendo estas desprezadas e condenadas, culpadas pelo ato do homem, devido à supremacia masculina.

Na obra, o narrador personagem conta sobre a frequência das putas em sua casa, devido ao serviço de costura que lhes era prestado por Nelsa e revela o julgamento social, “os meninos da rua, quando tem mulher em casa, dizem que as putas são sujas” (SANCHES NETO, 2014, p. 34). Esse tipo de serviço prestado por mulheres recebe julgamentos degradantes, como o sentido de serem sujas. Conforme Engels (2001), a desvalorização está também imbricada na construção da imagem de mulher para mulher, com severas críticas e julgamentos quanto ao próprio sexo.

Sobre estas questões, Costa (2018) apresenta reflexões acerca da opressão feminina, observando que estão interligadas com formas opressoras do sistema

capitalista. A partir de conceitos elaborados por Marx a pesquisadora traz a alienação como fator para a compreensão da organização e da estrutura da sociedade, sendo o trabalho forma de produção e manutenção da alienação. Este estado de alienação se dá pelas condições em que o sujeito deixa de agir livremente, deixa sua subjetividade e passa a atuar forçado pelas circunstâncias da própria sobrevivência, animal e física.

Desta forma a alienação influencia toda a estrutura das relações sociais, incluindo a construção histórica e social de ser homem e de ser mulher em uma sociedade capitalista. Nas famílias, conforme Marx, citado por Costa (2018), a divisão do trabalho foi marcada pela forma desigual entre os homens e mulheres, e foi marcada pela capacidade da mulher para a procriação, disposição natural seguida da divisão pelo trabalho, da força física e biológica que naturalizam a divisão da capacidade quanto aos sexos.

As desigualdades entre os sexos acontecem no âmbito familiar, não podendo ser a família vista sob uma forma generalizada, uma vez que a sociedade é marcada por diferentes concepções de famílias. Costa (2018) explica que para os proletários, por exemplo, a própria condição de sua existência, assegura o homem, a mulher e os filhos como instrumentos de trabalho, usurpando a exploração do trabalho manual. Essa questão também pode ser analisada em narrativas do romance:

Este não se esforça porque a mãe dele dá de tudo. Com o dinheiro que ganha na costura, está estragando o filho. Mas dinheiro meu ele não vê, tem que saber quanto custa, vejam os tios dele, receberam todas as terras do Zé - Zabé e já estão quase sem nada. Não souberam a dureza que é ganhar o dinheiro. Só que este rapazinho tem que saber que não terá herança, que se não conseguir trabalho vai passar fome. O pai dele só deixou dívida, e eu não vou deixar nada. Ou melhor, vou deixar uma enxada, grande e pesada (SANCHES NETO, 2014, p. 124).

O personagem narrador relata os conflitos com o padrasto e menciona as críticas severas atribuídas a mulher que ajuda o filho. Sebastião julga o ser incorreto o comportamento de Nelsa, pois entendia que o menino precisava usar de sua força física para ser recompensado financeiramente. Essa questão também está relacionada aos desejos de Miguel à leitura e a escrita, aspecto que não era bem quisto no meio familiar, pois o que realmente tinha valor para o chefe da família era

o trabalho braçal, da enxada e da terra. O que vemos é o filho e a mãe em uma posição subalterna e o comando familiar do homem que orienta para os sentidos do grupo.

Conforme Costa (2018), o trabalho que a mulher do proletário realiza não aparece, mas é condição fundamental para que o homem consiga ser assalariado de outro, desta forma o trabalho em casa ou mesmo na propriedade colabora para o capitalismo. A mulher, na sua história de desvantagens, recebe as marcas da invisibilidade e da exploração de sua força de trabalho.

O eterno feminino de Beauvoir (2016) associa às representações da mulher a sua história de subordinação econômica e social, distante de posturas autônomas na sociedade, por estarem ambientadas a grupos onde homens ocupam posições consideradas superiores, enquanto ela encontra-se forçada a passividade, aos valores definidos e ao lar.

Associados a valores socioculturais, que asseguraram representações ideais para a conduta feminina, estão a instituição social do casamento, a maternidade, a vida social e o caráter de ser mulher. Essas questões estão evidentes na obra:

A mãe continuava com os serviços da casa, a avó ajudando...
Era o jeito dele; fazer tudo ao mesmo tempo, alegre com seu poder de sustentar a família, mesmo nos dias que só trazia mantimentos comprados em suas várias contas pela cidade (SANCHES NETO, 2014, p.14,15).

As mulheres a zelar pelas atribuições femininas, os homens com o “poder” de sustentar a família. A narrativa mostra a definição dos papéis, aceitos no modelo patriarcalista de família, os quais decorrem das práticas culturais do poder masculino sobre a mulher e os filhos.

Compreendemos que transformações ocorreram na história da sociedade, porém determinadas condutas masculinas ainda apresentam domínio sobre suas parceiras. Saffioti (2004) observa a divisão de dois termos conceituais para o poder: a potência e a impotência, sendo este segundo termo relacionado às distinções sexuais, políticas e concepção de que a mulher é objeto de posse em estruturas de poder e tradicionalismo.

A personagem Nelsa, na adolescência, teve vivências que lhe permitiram conhecer novos modos de vida, outros valores e comportamentos, outros espaços sociais, e aprendeu a obter sobrevivência pela costura:

Quando a mãe foi morar em Bela Vista para cuidar da saúde, a Nelsa foi de companhia e se fez costureira. Saía com as amigas, ia ao cinema, andava sempre bem vestida, graças a costura. Já moça era namorada e tinha sempre alguém interessado nela. O teu pai se apaixonou logo, mas não quis casar em seguida (SANCHE NETO, 2014, p.52).

Comportamentos de independência, de cuidados com a aparência, com seu bem-estar, momentos prazerosos com as amigas, a liberdade de namorar, passear, fez parte da vida de Nelsa na juventude. Mas após o casamento sua vida foi adequada às exigências sociais refletidas na conduta de como deve se comportar uma mulher casada, sendo o lar um espaço para definir-se mulher, nos serviços domésticos, nos agrados ao marido e cuidados com os filhos, e tornar-se uma exemplar esposa como analisa Costa (2018). Nelsa passou por essas adequações para atender condutas da família patriarcal, manter as tradições deste coletivo social.

As desigualdades existentes entre homens e mulheres, segundo Saffioti (2004), são resquícios de um passado de primazia do domínio masculino do patriarcado que, mesmo modificado com o tempo, ainda está presente nas relações sociais, não restritos apenas na família, mas em toda a sociedade. Para a estudiosa suavizar o conceito de patriarcado, utilizando-se do termo dominação masculina é apenas naturalizar acontecimentos vistos na divisão sexual do trabalho, na desvalorização do trabalho da mulher em relação ao do homem.

Saffioti (2004) considera o conceito de Bourdieu sobre o *habitus* e traz o entendimento quanto à permanência, no sentido de que o novo e o velho prevalecem nas relações sociais, destacando essa mistura nas vivências familiares, onde se constroem novos olhares para a vida cotidiana, mas ao mesmo tempo não desaparecem as marcas históricas das divisões.

Mas meu vô, é mesmo uma peste. Atormenta todo mundo, principalmente a Dona Gasparina. Um menino da minha rua vendo uma mulher pintada entrando em casa, disse aquela é a amante do seu avô. Conteí isso pra mãe e ela ficou em silêncio. O que mais me deixa pensativo é que a mãe tinha dito que o vô não amava ninguém, então como é que ele podia ter uma amante (SANCHES NETO, 2014, p.45).

O homem tem relacionamentos extraconjugais, condutas permitidas no sistema de estruturas patriarcais enquanto a esposa permanece silenciada no âmbito familiar. Ela não tem espaço para expressar insatisfação sobre a infidelidade do marido. O silêncio de Nelsa revela a passividade, a estrutura do *habitus*, conforme Bourdieu (2014), que modela as percepções do contexto, para a soberania do homem e a violência velada ao sexo feminino.

Relacionamentos extraconjugais da mulher no matrimônio monogâmico são severamente repreendidos e inaceitáveis na família e sociedade patriarcal. Engels (2001, p.66) observa que ao homem é permitida a infidelidade conjugal, enquanto para “a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior”. Da mulher, casada legalmente e denominada de legítima, se espera a complacência ao marido e de si a fidelidade conjugal rigorosa. Gasparina representa esse papel, pois tolera calada a infidelidade do esposo. Sobre as relações extraconjugais do marido:

As injunções continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres, ao menos tanto quanto os explícitos apelos à ordem, a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis prescrições e proscricções arbitrárias que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos (BOURDIEU, 2014, p.84).

As questões imbricadas ao sistema material, simbólico, social, de existência histórica, econômica e do próprio corpo, são complexas e muitas vezes a mulher não compreende, nem aceita, nem silencia: ela não tem outro modo de existir. Destacamos que pode até haver a materialização de atitudes de resistências, mas o ideológico que a interpela é absolutamente funcionante. Enquanto forma de dizer e posição sujeita, ela está alinhada com o saber que a determina, mas não porque ela compreende, mas sim porque ela não sabe ainda. Conforme Bourdieu (2014), a hierarquia do sexo extraconjugal é *habitus* aceito, e visualizado no grupo com naturalidade.

O caráter histórico do patriarcado na economia doméstica revela a condição da mulher como objeto sexual de satisfação do homem, na reprodução dos filhos bem como do trabalho (SAFFIOTI, 2004), não obstante ele ainda busca a satisfação extraconjugal. No fragmento subscrito da obra literária, entende-se que a estrutura

da sociedade prepara a mulher para a aceitação dessas diferenças quanto aos direitos do homem, onde “a civilização patriarcal destinou a mulher à castidade” (BEAUVOIR, 2016, p. 126), enquanto eles possibilidades de terem quantas mulheres quiserem, pois o homem é considerado na sociedade um ser autônomo e completo, amparado no trabalho que fornece à coletividade. Para a mulher estereótipos inertes ao feminino, os quais são percebidos no cotidiano das representações delas na obra.

Para Beauvoir (2016), o homem, na ânsia de satisfazer seus desejos e reproduzir sua existência, visualiza na mulher uma figura indispensável, vinculada ao casamento legítimo. Espera dela o comportamento dócil e casto, representações estruturadas pelas ideologias religiosas que historicamente subestimaram a mulher, classificando-a como incapaz, submissa e impotente perante o casamento. Mas, há outras relações que se estabelecem na relação entre os sexos, pois não são todas as mulheres vistas por esta perspectiva pelos homens, pois para eles existem mulheres para casar e as mulheres para os “casos”, as quais não são ideais para a construção da família tradicional.

Em razões do contexto social, a obra traz vivências construídas inicialmente entre pessoas que residiam em área rural, revelando o estilo dominante deste grupo e classe social na utilização do corpo para a reprodução das atividades agrícolas e da própria existência, definindo as identidades e a propensão para o domínio masculino. Desse modo, entende-se o que Bourdieu (2017) afirma no que se refere à utilização e reprodução de vivências num determinado contexto.

No sistema patriarcal, parte do domínio masculino é atribuído ao poder político, de tomar decisões que influenciam a sociedade, cabendo à mulher uma pequena parcela desta participação política. A dedicação feminina é visualizada no trabalho informal, doméstico em domicílio, sendo as trabalhadoras rurais discriminadas de maneiras mais severas, pois renunciam aos próprios direitos para não envergonhar o marido. O trabalho dedicado a ele, no preparo do alimento, na limpeza, na organização, é considerado essencialmente feminino e advém de ideologias machistas de um sistema de exploração (SAFFIOTI, 1987).

Ao refletir sobre a instituição familiar na formação identitária da mulher, se torna relevante compreender que esta formação também se dá para o homem, que reproduz crenças, costumes geracionais:

Assim a família é certamente uma ficção, um artefato social, uma ilusão no sentido mais comum do termo, mas uma ilusão 'bem fundamentada', já que, produzida e reproduzida com a garantia do Estado, ela sempre recebe do Estado os meios de existir e de subsistir (BOURDIEU, 1996. p.135).

A família enquanto espaço normatizador, de constantes representações simbólicas e econômicas, tende a garantir os seguimentos, a ordem. As percepções que são construídas pelo indivíduo a partir do *habitus*, estruturam sentimentos que garantem as incorporações dos sentidos sobre família bem como a reprodução da ordem social. Neste sentido, a problematização do domínio masculino, presente no modelo de família, anuncia a tendenciosa reprodução histórica da pouca valorização feminina.

Entende-se que no modelo de família monogâmica, o papel da mulher agrega exigências cercadas pela opressão, conflito instaurado entre o feminino e o masculino, ele no seu papel de alimentar a família, ganha o prestígio de domínio, pois "na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário" (ENGELS, 1984, p.80). Essas divergências só terão seus significantes modificados na sociedade quando ambos tiverem direitos iguais. Para isso a família deverá progredir, sofrer modificações na compreensão social.

1.2 A reprodução de crenças e a violência simbólica

Para Bourdieu (1996) a família se instaura como uma poderosa instituição, de valores, regras, segredos, de domínio íntimo dos que a compunham, em um ambiente dotado de vínculos de afetos, representações e ações. Nela se instauram simbologias do que é adequado, certo, correto e aceito contemplando as crenças de normalidade para a representação de uma família, estando os membros a agir de maneira unificada, assegurando a completude e marcando efeito como atos de dominação masculina, em prol do capital simbólico, social, econômico que está em jogo.

No jogo simbólico do poder, comum no interior de instituições, ao Estado somam-se todos os tipos de capital (cultural, econômico, simbólico, físico). Para Bourdieu (1996), esse seria o campo do poder. Sendo assim o Estado contribui

efetivamente para a cultura que passa a unir os sistemas classificatórios, principalmente às distinções entre os sexos.

Ao legitimar uma cultura e refutar outras, o Estado tende a estruturar percepções e pensamentos no meio social. Tais mecanismos atuam com seu poder de chegar às esferas do capital econômico, social e cultural e nas simbologias do reconhecimento social para que possam assegurar a legitimidade e unificar a cultura dominante “por meio dos sistemas de classificação (especialmente de acordo com a idade e sexo) inscritos no direito, dos procedimentos burocráticos, das estruturas escolares, e dos ritos sociais. [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 105).

Podemos refletir sobre o espaço social e o capital simbólico do domínio masculino, com seu valor social de reconhecimento e das concepções, à medida que o grupo compartilha das mesmas crenças, condutas de nobreza ou as que são torpes. Para o Bourdieu (1996), o Estado participa ativamente na construção da realidade social nas formas de estruturas mentais onde agentes se submetem a ordem estabelecida, pretensamente naturalizada.

A própria definição da família, advém de um sistema de estrutura do poder estatal, assim “nada parece mais natural do que a família: essa construção social arbitrária parece situar-se no polo do natural e do universal” (BOURDIEU, 1996, p.128). A cultura de herdar o nome da família (capital simbólico), de adquirir e perpetuar bens materiais (capital econômico), o domínio masculino (capital social), denotam que o Estado privilegia uma estrutura familiar por caminhos simbólicos ou materiais para esta organização.

Sempre tive que pagar o preço de ter um sobrenome espanhol. Minha ascendência explicava todos os meus defeitos de caráter. Briguento, irritadiço, violento, orgulhoso, teimoso. Tudo isso era sinônimo de espanhol e estava em meu sobrenome. No começo, a força destas poucas letras me assustava, mas o seu poder foi tão reverenciado que acabei por aceitar a personalidade que me era imposta pelas pessoas com quem convivía (SANCHES NETO, 2014, p. 18).

No quesito burocrático Miguel herda do pai o sobrenome e culturalmente todas as simbologias sociais que estão atreladas as percepções sociais de possuir tal sobrenome. Características que no meio social foram reforçadas, onde as crenças sobre ele favoreciam a semelhança com seu pai, pois estavam atreladas ao sobrenome espanhol e as memórias relacionadas ao seu comportamento.

A mãe Nelsa mostrava-se mais envolvida pelo bem comum da família, pelas tradições familiares seguindo o que estava determinado, naturalizado, embora oculto. Podemos compreender que o Estado em seus determinantes de estado civil constitui a identidade familiar e existe uma troca de bens simbólicos presente neste ambiente.

Sobre as dualidades ocultas, trocas simbólicas, Bourdieu (1996) observa que tais formas aparecem como eufemismos, de valores e de ordem social. Tais trocas refletem a dedicação feminina em prol da família, que não configura um valor econômico, pois não há uma remuneração em moeda, assim esses serviços se transfiguram em relações de exploração. Muitas vezes, essa exploração não é percebida pelo feminino, pois se mistura às simbologias da união de laços sociais e das crenças sustentadas pelo papel da mulher casada.

Esses atos solidificados como verdades absolutas resultam em violência simbólica, fundamentada no reconhecimento de que o que está imposto é real e, a mulher sob o efeito do poder, das emoções, permanece na submissão pelos laços de afeto. Esses efeitos simbólicos decorrem da cumplicidade, pois ela acredita que as atitudes do dominador sejam corretas, ou seja, são atos de obediência mantidos num meio social estruturado para visar lucro e para manutenção do poder do homem, conforme explica Bourdieu (1996). A violência simbólica não é percebida pelos envolvidos, pois se mescla às crenças, uma delas a visão da desvalorização da mulher na sociedade.

As trocas simbólicas ocorrem de modo sutil como, por exemplo, na passagem narrada, na qual Miguel comemora a fartura das frutas em sua casa e quem as traz é Sebastião, interessado no relacionamento com sua mãe:

Passando pela cozinha, pego uma maçã na fruteira que fica sobre a mesa. Temos agora bastante fruta em casa e eu já me acostumei a ver o homem descarregando maçãs, peras, abacaxis, melancia, até pêssegos nós ganhamos. Ele vende frutas na cidade e há fartura delas em nossa mesa, nunca antes tão variada (SANCHES NETO, 2014, p. 71).

Existe uma compensação econômica, de trazer para a casa o alimento que até então era limitado. A personagem Nelsa está sendo envolvida pela sutileza do agrado. O capital econômico que se apresenta na situação de domínio masculino,

tem a intenção de demonstrar, simbolizar, que o homem melhora a condição de vida da família.

A vantagem do capital simbólico concedida ao homem é estruturada pelo *habitus* que vai moldando os agentes que lhe interessam *sob* formas intencionadas:

as próprias mulheres aplicam a toda a realidade, e, particularmente, as relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder que se expressam nas oposições da ordem simbólica (BOURDIEU, 2014, p. 54).

A reprodução desses esquemas de pensamentos acontece como nos comportamentos de generosidade de Sebastião, que perpassam os efeitos de domínio e de submissão para a compensação de sentimentos de afeto, encanto. Assim, conforme o ato condecorado de retribuir esta dívida em forma de sentimentos “pode chegar à afeição, ao amor, como vemos com particular clareza nas relações entre gerações (BOURDIEU, 1996, p.170)”, da mulher para o homem, efeitos da violência simbólica transformadas em eufemismos que não são percebidos, pois existe a luta por um bem comum a contemplar, expectativas coletivas, obediência à produção das crenças sociais do que está posto e definido.

Todo o capital simbólico de força física, bens e valores passa a ser reconhecido pelos agentes envolvidos, tornando-se capital eficaz, atendendo as expectativas construídas socialmente. Alicerçados pelas crenças e pelas atitudes de respeito, obediência, as quais são faces da violência simbólica e se estabelecem nas expectativas do grupo ou instituição familiar:

Cada vez mais temos mais coisas em casa. Compramos fogão novo, carro, móveis para a sala de visitas e uma geladeira vermelha, linda que só vendo. Quanto mais coisas nós temos, menos alegre está a mãe (SANCHES NETO, 2014, p. 91).

A percepção de Miguel ao sentimento da mãe, que não está feliz mesmo com as novas aquisições de Sebastião, revela a experiência dóxica, definição de Bourdieu (1996) para o conjunto de juízos elaborados e considerados socialmente, experiências do mundo social que garantem a legitimidade. Ou seja, aceitar a situação, ter um novo companheiro, melhorar a condição da família, como algo que

realmente deveria ser assim, mas que certamente não lhe traz satisfação subjetiva ou realização pessoal.

De forma natural os membros da família visualizam e enaltecem as melhorias materiais da condição econômica após Sebastião, o que fortalece culturalmente a soberania masculina, ao tempo que demonstra esse jogo de trocas entre bens materiais e o casal. A união da família reproduz o aumento do capital e das condições de subsistência, destacando a escolha feita pelo pai de Nelsa, quanto ao seu companheiro.

No discurso de Zé - Zabé, Sebastião era um homem bom, trabalhador, que sofrera no primeiro casamento. Fica subentendida, portanto, a responsabilidade da filha Nelsa quanto aos cuidados que deveria ter com ele, ser uma boa esposa e zelar pelo bem-estar do marido. Para Bourdieu (1996) essas trocas que aludem ao valor de mercado, não correspondem a uma lógica de valor monetário, pois a troca que existe, é pelo fictício sentimento do amor, determinante para representação da família coesa, ajustada e reprodutora do capital social, simbólico e econômico.

É possível pensar que Nelsa não está satisfeita com os conflitos gerados entre o filho e o Sebastião, pois Miguel sinaliza em algumas passagens o choro da mãe, o silêncio e as tentativas dela em omitir comportamentos do filho, para minimizar as discordâncias consequentes do domínio do patriarca. Subentende-se que ela se submete aos agrados em nome das melhorias para a família. Aceita as expectativas do pai, legitimadas pelas crenças de que o homem pode favorecer o aumento do patrimônio.

A narrativa mostra a condição e a história familiar para a representação da mulher, reveladas nas condutas dominantes, soberanas de Zé - Zabé, pai de Nelsa, a partir da percepção de Miguel. “O vô é um dos homens mais ricos da cidade, mas não deixa nenhum filho dirigir os carros e ainda obriga os tios a vender lenha pra ter algum dinheiro” (SANCHES NETO, 2014 p.46).

O avô de Miguel traz o *habitus* aos seus detentores, de um homem trabalhador do campo, marcado por um começo de vida difícil. Era um homem que poucos gostavam, mas admirado por ser trabalhador. Ao passar dos anos, se tornou dono de fazenda de cafezal, negociante bem-sucedido que adquiriu carros e casas “uma casa muito bonita, cheia de telhados” (SANCHES NETO, 2014, p.67). Zé - Zabé detinha o capital econômico, fazia questão de controlar tudo, limitando o

acesso dos filhos em usufruir de seus bens, ao tempo que valorizava os filhos homens, até o momento em que adoeceu:

Chegamos na casa do vô e não tem como entrar. Todo mundo veio ver o fazendeiro, o negociante, o homem imenso que colocava as pessoas com medo (SANCHES NETO, 2014, p. 79).

Zé - Zabé manteve sua autoridade pelo medo, pelo poder e domínio econômico. Os bens materiais ampliam o poder no espaço familiar e no espaço social. A sociedade se mostra subjugada a esse poder, mesmo que houvesse o medo, a autoridade econômica mostra-se superior e é sinônimo de respeito. Miguel, após o falecimento, relata a hierarquia do avô:

Como o vô tem dinheiro, com certeza vai pra um lugar melhor no cemitério, pra um túmulo grande com o nome da família. Eu já tinha visto tantos assim (SANCHES NETO, 2014, p. 79).

A percepção de Miguel remete ao poder simbólico, econômico e social de um homem que construiu sua representação em meio ao autoritarismo, ao modelo de família patriarcal. A ele sempre era reservado o melhor lugar, o melhor alimento, o comodismo de ser servido pela esposa, assim levaria com ele a condição de um lugar privilegiado, mesmo após sua morte.

Neste sentido, sua vida teve préstimos, serviços femininos de Dona Gasparina, a companheira que por meio dos esquemas dos *habitus*, executava tarefas de bem servi-lo. Desse modo ela serviu a partir da compreensão das crenças sociais, executou o papel de mulher. É complexo e difícil saber, mas provavelmente, ela não teve consciência da violência simbólica que sofrera em meio a essas tarefas vistas com naturalidade na relação homem e mulher (BOURDIEU, 2014).

Nelsa, por meio de percepções do contexto e dos vínculos existentes no grupo, assimilava as condutas para a representação feminina a ser desempenhada. Na relação com seu pai, Zé - Zabé, seu comportamento demonstrava submissão, quiçá medo, insegurança e respeito diante da compreensão do *habitus* do poder, comportamentos que também foram revelados no relacionamento com o seu primeiro marido e em seguida com Sebastião.

Para Lane (1989) os indivíduos em seus papéis sociais reconhecem as ideologias afins e com isto são capazes de superar a individualidade em prol de

objetivos comuns para o grupo, considerando a consciência histórica que leva os membros a se identificar pelo bem comum a todos. Essa identidade foi assumida por Nelsa, pois ao passar por dificuldades financeiras e ser subestimada quanto a sua capacidade de estar sozinha na condição de viúva, se integra aos ajustes do pai, acreditando no bem-estar dos filhos e de melhores condições trazidas por Sebastião.

A aceitação de Nelsa revela a condição social da mulher, de relacionar sua identidade a uma imagem frágil quanto ao seu sexo. Culturalmente o poder concedido ao homem, de prosperar com a família e com os negócios, revela estruturas do domínio simbólico que contribuem para a disseminação e a aceitação do poder (BOURDIEU, 1996). Ao iniciar a vida conjugal com o companheiro Sebastião, Nelsa reproduz tais crenças e se envolve no jogo de interesses e de violência simbólica naturalizados nas vivências comuns.

A obra autoficcional traz a voz e a visão do narrador homem, significantes masculinos de poder e de domínio, considerando as dificuldades que o personagem narrador tem de aceitar o novo companheiro da mãe. Quando Miguel reconhece que poderia assumir este papel social, de ser o homem da casa, nos permite refletir, a partir dos pressupostos de Lane (1989), sobre a compreensão do indivíduo em sua totalidade histórica e social, determinantes para os valores e as necessidades. Assim sendo, observa-se a reprodução do comportamento do personagem, enquanto representação masculina.

Para Bourdieu essa estrutura desvaloriza o trabalho e a representação da mulher. Inclusive, sugere que a dedicação e seu trabalho não têm valor de mercado, como se este papel social devesse ser desempenhado naturalmente em benefício aos filhos e ao esposo, estando elas mais do que os homens “dispostas à beneficência, sobretudo religiosa ou de caridade” (BOURDIEU, 2014, p.137).

Parece haver, por parte de Sebastião, interesses que perpassam a relação de afeto por Nelsa, com possibilidades para demonstrar falsa proteção com ela e seus filhos, prática analisada por Bourdieu (1996) como lógica econômica, comum no interior das famílias, com vistas a aumentar o patrimônio bem como para a perpetuação desse. Ainda há o efeito contrário onde os herdeiros acabam se distanciando, acabando com os sentimentos de afetos, pela divisão de bens

materiais. Esse distanciamento fica subentendido no caso de Miguel, pois em vários momentos percebe-se o ressentimento dele em relação à divisão de bens na família.

Nelsa não se manifesta nas decisões, não há identificação de diálogos entre o casal, não há contribuição da mulher nas decisões referentes ao capital econômico, fica subentendido que os negócios têm que ser feitos pelos homens, área de domínio exclusivo deles. Os lucros advindos do trabalho do marido e dos filhos, ainda crianças, em nenhum momento são acessíveis a Nelsa (a narrativa não mostra). Sebastião provia os alimentos e as demais necessidades básicas para a manutenção do lar. Para Miguel isto não passa de grandes perdas para sua família, depois desta união, quando revela:

Nesta maldita conta de multiplicar, duas vezes dois são vinte. Eu, a Tata e a mãe nos tornamos intrusos. Nós não somamos, dividimos (SANCHES NETO, p. 91).

A percepção de Miguel de não terem objetivos em comum, enquanto família, denota interesses desencontrados, que até então não são percebidos por Nelsa, pois na figura de um homem bom, marido responsável, que cuida da família, agrada a mulher. Ele adquire mobílias e eletrodomésticos para a casa, espaço ocupado por ela na maior parte do tempo. Miguel observa que Sebastião “na ânsia de ficar rico e enriquecer a família dele, não dava nem um centavo para nós, embora comprasse as coisas para dentro de casa” (SANCHES NETO, 2014, p. 93).

Miguel queixa-se da herança que era sua e Sebastião se apropriou, comprou terras, além de prestar serviços braçais para os parentes dele, “estava sendo explorado, deveria fazer a revolução” (SANCHES NETO, 2014, p. 162).

A violência simbólica aparece na obra, em diferentes situações. Evidenciamos conflitos familiares, a submissão e opressão da mulher nas manifestações de silenciamento:

Daí minha mãe olha pra mim, implorando pra que eu concorde. Não é mesmo, filho? Digo sim, o que mais poderia dizer diante dos olhos brilhantes da mãe, esbugalhados a ponto de explodir em lágrimas? (SANCHES NETO, 2014. P. 163).

Diante dos efeitos simbólicos do poder Miguel entende o olhar da mãe, o que ela esperava do comportamento do filho. Podemos analisar ainda que o sinal da

mãe para Miguel simboliza a cumplicidade entre eles, permeada de valores e emoções representadas nas relações esperadas pelo grupo social, que correspondiam à forma violenta de aceitação e de soberania de Sebastião. Ideologias produzidas por meio da linguagem e dos discursos, no caso a situação que delimita a reprodução do seu papel, o lugar ocupado pela mulher na família (LANE, 1989).

Nota-se a cumplicidade entre mãe e filho diante do autoritarismo e da opressão do patriarca, da ordem que necessariamente tinha de ser aceita no núcleo familiar. A mãe desempenhando seu papel, responsável pela educação de Miguel, ensiná-lo a ser um bom filho, devendo a obediência ao padrasto. O poder do homem, chefe de família, oprime as manifestações que poderiam ser contraditórias às suas imposições, mas o que é tido como verdadeiro se faz “imperativos categóricos, em termos de “é assim que tem que ser” (LANE, 1989, p. 34).

Para Bourdieu (2014), as crenças que mantém a simbologia dominante estão incorporadas nas relações de poder em que a mulher está envolvida, sofre a violência simbólica como consequência dessa relação. O dominado aceita o que lhe é instituído, é a submissão na presença de manifestações naturalizadas, onde o agente normalmente não pensa nesta relação de forma crítica e nas possibilidades de transformação.

O reconhecimento da sua identidade, associada ao vínculo que tem com o homem, levam-na a agir sob os esquemas considerados universais, onde elas tendem a amar o homem cujas práticas estejam afirmadas sob a superioridade. Como força simbólica de poder invisível que resulta em emoções negativas, o ato de se submeter ao valor moral dominante é uma violência contra a consciência e o desejo feminino, onde a devoção aos deveres, ao respeito e ao afeto firmados por elas no espaço social, contribuem na reprodução das práticas de violência simbólica.

O pai não quer que eu tenha vida fácil, devo trabalhar e estudar. Fala que daqui pra frente eu não vou ver nenhum centavo do dinheiro dele, como se até agora eu tivesse visto. A mãe chora (SANCHES NETO, 2014, p.134).

Ao reagir chorando a uma situação conflituosa que envolve o desejo de Miguel pelo estudo e o do padrasto para o trabalho, Nelsa demonstra seu

sofrimento, pois o desejo do filho é desejo dela também, cultivado desde muito cedo pelos ensinamentos que lhe transmitiu. Mas na sua condição de mulher, de não contrariar o que é decidido pelo marido, expressa sua dor através do silêncio e das lágrimas frente ao juízo dominante.

Ao dar continuidade às reflexões, se faz importante definir o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher. Conforme a LEI N° 11.340 de 07 de agosto de 2006, no artigo 5°, configura-se em violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Das formas deste tipo de violência, considerando a delimitação proposta para este estudo, a partir do artigo 7°, no inciso II – a violência psicológica é aquela entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou lhe prejudique ou perturbe o pleno desenvolvimento. Ou ainda, que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaças, constrangimentos, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação de direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação.

Partindo-se de um ponto de vista do senso comum, a violência refere-se à ruptura da integridade de outrem, seja física, psíquica, moral e sexual. Aqui cabe compreender a violência simbólica, em faces do cotidiano familiar, entremeio a dominação e exploração do homem sobre a mulher.

As relações autoritárias, de dominação masculina ou de impotência da mulher, podem ser compreendidas também enquanto violência psicológica, tendo como umas das bases teóricas para este estudo a teoria de Bourdieu (2014). A violência simbólica, definição conceitual que ele formulou, visa explicar as relações onde o homem, em primazia, adquiriu e usufruiu de seus poderes no meio social, os quais estão marcados pela divisão sexual do trabalho.

Envolvida em um universo de valores simbólicos, a mulher, muitas vezes, também traduz esses significantes e reproduz no cotidiano as simbologias da dominação masculina. Para Bourdieu a violência simbólica não apresenta suas marcas físicas, porém tem efeitos verdadeiros, mesmo que invisíveis.

A violência simbólica é uma violência silenciosa, mascarada pelas condutas que dominam e envolvem a vítima, a qual aceita passivamente ao se consolidar nos sistemas de valores, nas crenças e no desempenho dos papéis sociais. Bourdieu observa que o poder de domínio não é estático e permanente, mas sim uma construção histórica contínua de reprodução envolvendo agentes “instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 56).

O envolvimento dos sistemas de controle social para as formas de violência velada e invisível emerge das percepções de Miguel:

Leio em algum lugar que o anel de advogado é uma distinção social. Num país agrícola como o Brasil, o portador do anel está simbolizando que não põe a mão na massa, que não é trabalhador. A mão do bacharel deve ser preservada. Descubro que é isso que quero, não pretendo ser confundido com os parentes do padraço, todos com mãos ásperas (SANCHES NETO, 2014, p. 184).

O desejo manifesto de Miguel é contraditório a cultura familiar e as crenças aceitas por seu grupo. Não quer seguir os caminhos que ideológicos de que um trabalhador é aquele que “põe a mão na massa”, aludindo ao trabalho rural e braçal do campo. Quer ser advogado e isso gera um conflito com o poder da produção simbólica, ser advogado o diferenciaria dos familiares. Sendo assim, alude ao que observa Lane (1989) no plano superestrutural, as instituições estão vinculadas as ideologias, políticas, jurídicas, religiosas, filosóficas e com a história de vida do sujeito.

Guimarães e Pedroza (2015) analisam novas percepções para a negação da naturalização de práticas definidas para homens e mulheres, as quais podem superar definições biológicas dos sexos. Ser homem e ser mulher, numa relação desigual de poderes, resulta em um fenômeno de complexidade como a violência, em seus fatores dados pela história, a cultura e a subjetividade humana. A violência existe no momento que há um excesso de autoafirmação e a negação da alteridade na relação e do desejo refutado da subjetividade do outro.

De acordo com Beauvoir (2016), em sua obra *O segundo sexo*, a mulher carrega consigo resquícios de obediências desde a época dos gregos, até a contemporaneidade. Tal aspecto é compreendido por ela como “o eterno feminino”:

Opõe-se por vezes o ‘mundo feminino’ ao universo masculino, mas é preciso sublinhar mais uma vez que as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão integradas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas; estão unidas somente como semelhantes por uma solidariedade mecânica; não há entre elas essa solidariedade orgânica em que assenta toda uma comunidade unificada; elas se esforçam sempre – nos tempos dos mistérios de Eleusis como hoje nos clubes, nos salões, nas reuniões beneficentes – por se ligar afim de afirmarem um ‘contrauniverso’, mas é ainda no seio do universo masculino que o colocam. E daí vem o paradoxo de sua situação: elas pertencem ao mesmo tempo ao mundo masculino e a uma esfera em que esse mundo é contestado; encerradas nesta esfera, investidas por aquele mundo, não podem instalar-se em nenhum lugar com tranquilidade. Sua docilidade comporta sempre uma recusa, a recusa de uma aceitação; nisto sua atitude aproxima-se de uma atitude de uma moça; mas é difícil de sustentar porque não se trata somente para a mulher adulta de sonhar sua vida através dos símbolos, e sim de vivê-la (BEAUVOIR, 2016, p.408-409).

Nesse contexto social e histórico, está subentendido que o mundo é dominado pelo homem e que a mulher deve aceitar a sua inferioridade, legitimando as verdades estruturadas. É importante observar que há luta e resistência por parte da mulher, no entanto, a supremacia masculina ainda acontece. Conforme analisa a filósofa e intelectual, instaurou-se a ideia de que a mulher não domina, não pensa, não critica a realidade que lhe é apresentada, ela é envolvida pelas simbologias, preocupa-se com práticas cotidianas que não lhe oferecem um pouco mais do que a monotonia, e mesmo que ao oferecer um vasto conhecimento sobre os serviços que conduz diariamente sente-se confusa, pois ainda a lógica é a masculina. Muitas vezes o que predomina é a renúncia em posicionar-se. As histórias narradas por Miguel aludem a essa condição:

Não consigo fazer o carinho e, à noite, o pai diz que só vou voltar a escola no dia que entregar uma porcaria igual àquela que quebrei. A mãe se assusta e vai até a casa dos Parede encomendar o serviço pro Leonel. Leva os restos do outro. Na manhã seguinte todos vão para escola e eu fico em casa. Na hora do almoço, entrego pro pai um carrinho melhor do que o que ele havia feito pro Zé (SANCHES NETO, 2014, p.104).

A mãe, no momento não se posiciona favorável ao filho, ela legitima a condição e as ordens determinadas pelo marido, mas busca auxílio para substituir o carrinho quebrado e assim seu filho poder retornar à escola. Nota-se que o castigo

concedido a Miguel pelo padrasto, revela atitudes de Sebastião que violentam simbolicamente Nelsa. Considerando o conceito de Bourdieu (2014) numa relação com a definição do “eterno feminino” de Beauvoir (2016), toda a magia e o poder invisível enraizado historicamente sobre as relações que contribuem para a mulher agir num círculo de passividade, fortalece a eficácia simbólica, de atitudes e pensamentos que violentam a representação feminina.

Refletir sobre as relações de poder na sociedade, é dar visibilidade as questões que marcam o cotidiano familiar, por vezes dissimulado pelas crenças que influenciam a violência contra a mulher, nas formas de pensar, agir e sentir.

2 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA A PARTIR DA CENA LITERÁRIA

Eu também não queria trabalhar na roça, mas sonhava casar só com quem eu amasse de
verdade
(Nelsa)
Sanches Neto

A compreensão de que a Arte é social e de que o meio social lhe afeta, assim como encontra nela repostas e compreensões, ampara a leitura da narrativa de Miguel Sanches Neto. A compreensão de Bakhtin (1976) sobre o discurso verbal, de que deve ser compreendido como um fenômeno da comunicação cultural contribuiu para as análises subjetivas e interpretativas relacionadas aos fatos descritos na obra. Além deste aspecto, entende-se que a literatura, a partir do uso da linguagem, recria o sistema simbólico, representações individuais e coletivas que perpassam as cenas e os discursos e se tornam patrimônio atemporal e universal (CANDIDO, 2006).

O discurso masculino em *Chove sobre minha infância* instaura reflexões sobre as fronteiras simbólicas, relações de poder, conceitos, convenções e concepções sociais, construções histórico-culturais sobre ser mulher. A narrativa alude a posturas e comportamentos que revelam pensamentos, percepções, compreensões sociais impregnadas de relações simbólicas do meio social, comum ao interior paranaense, da cidade de Peabiru, cenário de ambientação da narrativa e faz alusão a outros ambientes análogos, independente de lugar ou tempo histórico.

As relações que organizam a vida social num campo de poder, normalmente estruturas simbólicas, são marcadas pelo autoritarismo do homem, revelando a posição que ocupa socialmente. Essa posição, como explica Bourdieu (2017), é legitimada pelo senso comum, pelo reconhecimento do seu domínio, por todo aparato simbólico garantido pelas reproduções do poder culturalmente a ele concedido.

Acontecimentos solidificados como verdades absolutas causam a violência simbólica, fundamentada no reconhecimento de que o que está imposto é real. Sendo assim, no caso da mulher, sob o efeito do poder e das emoções, permanece na submissão ao homem e à lógica masculina pelos laços de afetos. Os efeitos

simbólicos atuam para que ela aja com passividade, submissão e, por consequência, com cumplicidade.

A mulher, muitas vezes, acredita que as atitudes do dominador estão corretas, desse modo responde com atos de obediência, os quais também são mantidos e consolidados pelo meio social, haja vista que este está estruturado para manutenção do poder do homem, além de visar lucro, conforme explica Bourdieu (1996).

Sendo assim, o poder simbólico está presente na estrutura social mesmo não sendo percebido prontamente, ele está implicado nas concepções de mundo e na reprodução das práticas cotidianas, nas crenças produzidas coletivamente, conforme observa Bourdieu (2017). Essas estruturas de poder estabelecem concepções naturalizadas que o dominado, normalmente, não reconhece, apenas aceita e, muitas vezes, reproduz. Para ele, esta ordem que legitima o poder é uma forma de violência simbólica, pois mesmo sem perceber os dominados tornam-se cúmplices dos opressores, aceitam como verdades as imposições do sistema de diferenças e, ao não contrariar a ordem, sofrem a violência.

Nas relações entre dominador e dominado, existe a aceitação ao que é instituído, a submissão na presença de manifestações naturalizadas, onde o dominado tende a não perceber e ou não refletir sobre esta relação de forma crítica e ou duvidosa. Para Bourdieu (2014) as crenças que mantém a simbologia dominante estão incorporadas nas relações de poder em que a mulher está envolvida e sofre a violência simbólica como consequência dessa relação.

O comportamento submisso da esposa com o marido alude às circunstâncias culturais, históricas e religiosas, traduzindo condutas consagradas e cultivadas, como explica Eagleton (2005). As relações de poder e de violência simbólica foram analisadas aqui a partir dos enunciados. Ao fazer referência à filha mulher, apresenta um contexto em que ações cotidianas remetem a atitudes violentas e julgamentos voltados ao sexo feminino:

[...] quando novamente saía para trabalhar e voltava novamente bêbado e novamente sem ter feito nenhum negócio. Vinha sempre triste, procurando encrenca com a mãe do menino e com sua própria mãe, que morava junto. Irritado, quebrava uma ou outra coisa, batia no menino, mas nunca na menina. Em filha não se bate. Mulher já sofre demais (SANCHES NETO, 2014, p.11).

O narrador menciona que era comum o pai chegar alcoolizado em casa e apresentar atitudes agressivas, momentos dolorosos relacionados à imagem do pai, instantes de raiva decorrentes do insucesso nos negócios. Frustrações trazidas para o ambiente familiar, ao proferir palavras que violentavam a mãe Carmem e a esposa Nelsa, assim revelando condutas comuns do homem em relação à mulher no relacionamento conjugal e familiar.

Para o filho Miguel, o pai era dois “o pai era um herói nestas artes de dar a volta por cima, de esquecer as derrotas, de acreditar na sua capacidade de superar os problemas” (SANCHES NETO, 2014, p. 11). O filho constrói a imagem do pai fracassado e violento e do pai herói como um homem alegre e querido por ele e pelos amigos.

Desse modo, compreende-se aquilo que ocorre em práticas socialmente naturalizadas, com ações baseadas na percepção das pessoas envolvidas, considerando os signos linguísticos da cena (BAKHTIN, 1976). Com base nessas observações é notório o sofrimento da esposa e da mãe Carmem, devido destruição de objetos da casa, bem como todo o contexto de violência, envolvendo o discurso violento e as agressões ao filho, ações rotineiras na família, com efeitos simbólicos dominantes e estruturados. Fica evidente o sofrimento do filho ao presenciar as ações do pai, além das surras que sofria advindas dos súbitos momentos de irritabilidade e frustrações.

O sentimento de fúria que o pai demonstrava pelas frustrações relacionadas ao trabalho e as ações violentas que praticava no seio familiar eram socialmente permitidos e aceitos quando realizadas pelo homem, demonstrando simbolicamente, o poder e a autoridade a ele atribuídos.

Ao dizer que “em filha não se bate” deseja mostrar zelo à filha, o que é paradoxal, pois todos na casa estavam expostos ao sofrimento, ao descaso e a forma agressiva do seu comportamento. No discurso faz alusão ao sofrimento da mulher ao referenciar que “mulher já sofre demais”, uma falsa atitude protetiva em relação à filha, pois a violência da situação também atinge a menina e a sua percepção de mundo. Percebem-se, neste enunciado, aspectos da compreensão social sobre o papel do pai de família e sobre o papel da mulher.

A respeito do que é dito sobre a menina, o texto alude à trajetória histórica e estrutural de construções culturais que intensificam a fragilidade feminina diante do

poder, da força e da dominação masculina, ou seja, para o homem a mulher não teria outra escolha a não ser o sofrimento e a submissão.

Candido (2006), sociólogo e crítico literário, afirma que influências sociais e culturais são valores ideológicos, processos de comunicação de caráter simbólico, representados por determinado grupo aonde elementos subjetivos vão se tornando significativos em meio à aceitação do coletivo, compreendidos e validados como verdades. Na cena explicitada pelo personagem narrador, as palavras proferidas pelo pai e o simbolismo do discurso trazem efeitos que desvalorizam as mulheres perante a família e a sociedade, revelam ideologias machistas quanto à essencialidade da mulher.

Na cena, o papel de destaque do homem e as fronteiras simbólicas evidentes no posicionamento autoritário podem ser lidos como funções sociais num sistema dominante. A ideia de proteção relacionada à filha e a ênfase dada à fragilidade feminina consiste, para Bourdieu (2014), na visão que desvaloriza a mulher, na propagação da crença de que ela necessita de um homem para refúgio e amparo, portanto, apresenta a ideia de que é fraca, incapaz, vulnerável e inferior ao homem.

Sobre as verdades culturais, Eagleton (2005) analisa que elas se constroem a partir de tradições de grupos, onde condutas são consagradas, cultivadas e reproduzidas, sobretudo alicerçadas na soberania religiosa. Ao mesmo tempo a cultura apresenta pontos distintos, pois é formada por regras e se manifesta a partir da ideia de liberdade do sujeito. Ou seja, ela se constitui daquilo que é espontâneo e do que lhe é imposto, pela liberdade e pela necessidade, relacionadas com a natureza que se faz presente dentro e fora do sujeito.

Sendo assim, compreende-se que a constituição do sujeito depende do ambiente, podendo ser vulnerável e facilmente envolvida pelos padrões instituídos e ou aceitos pelo grupo social. Para entender essa questão relacionada à cultura, destaca-se a personagem Nelsa, mãe do narrador Miguel, pois ao ficar viúva viu a oportunidade de fazer suas escolhas. O filho observa:

O centro da nossa vida agora é a mãe. Com a morte do pai ela tinha saído da sombra e se tornado a pessoa mais importante da família: é ela que ganha o dinheiro para o nosso pão com manteiga pela manhã, pro arroz, feijão, macarrão e carne de vez em quando (SANCHES NETO, 2014, p. 43).

Conforme o narrador, o rompimento dos padrões comportamentais, as modificações no modo de vida e trabalho ocorreram após a morte do pai. São evidentes as fronteiras simbólicas que demonstram as divisões e limitações da mulher no lar. Essa percepção alude às fronteiras simbólicas, conforme Bourdieu (1989), pois ele afirma que nos espaços se constroem relações sociais de visão e de divisão de funções e que para modificá-las o tempo é essencial.

Na visão do filho, a figura feminina se destaca e torna-se a mais importante para a família, não estava mais em posição subordinada ou inferior à do homem, assumia o que antes estava oculto nas incorporações dominadoras e nas convenções sociais. A narrativa literária, portanto, reporta-se para algumas marcas de aspectos normatizados na vida das mulheres em grupos patriarcalistas, como na situação em que Nelsa passa a assumir atribuições de autonomia apenas após a ausência/falecimento do marido.

Para o narrador a mãe passa a estar à frente da organização familiar, porém em pouco tempo suas ações são controladas pelas imposições do seu pai Zé - Zabé, que tende a ajustar as vivências da filha para seguir a ordem social e a moral de conduta aceita no grupo familiar e com isso preservar o nome e a honra. A verdade cultural, para nos valer da nomenclatura de Eagleton (2005), decorre do grupo social ao qual Nelsa pertencia, traz preceitos que estipulam condutas consagradas e cultivadas pelo pai que determina a obrigatoriedade de Nelsa casar-se novamente. Ela acatou o padrão instituído socialmente, subjugando-se à vontade do pai.

A viuvez concede a Nelsa certa liberdade, mas logo ela submeteu-se aos desejos do pai com novo relacionamento conjugal, retornando a ordem familiar e religiosa, “[...] uma mulher nova não pode ficar muito tempo sozinha... Precisa de alguém que eduque os filhos e faça o papel do pai... Já falei com ele e agora estou falando com você, eu faria muito gosto” (SANCHES NETO, 2014, p.69).

Compreende-se, portanto, que o sujeito em sua existência está envolvido num contexto cultural onde:

[...] o homem é circundado pelo mundo, pelo seu quarto, pelo seu apartamento, pela natureza, pela paisagem: vive no interior do mundo e, nesse, age; em torno a ele há massas densas e quentes do mundo; ele está dentro do mundo exterior e não nas suas fronteiras (BAHKTIN, 2019, p. 56-57).

Desse modo, a carga simbólica presente nos signos linguísticos extravasa nos discursos, os quais estão imersos nas condições históricas, nas percepções de Miguel, da construção de sua infância, e nas percepções de Nelsa quanto a sua imagem de mulher. A visão de mundo que circunda a pessoa age sobre sua formação e o envolve nos níveis conscientes e inconscientes. Assim ocorre com Miguel quando analisa sua vida passada, ao relatar lembranças. Assim ocorre com Nelsa, circundada pelo mundo exterior, inserida nele, imersa no que a cultura desse ambiente determina.

Após viuvez, Nelsa continuava a cuidar dos filhos, dos serviços domésticos, além do trabalho em casa com a costura, mantém uma estrutura familiar que não contemplava os costumes e a moralidade da época, não só pelo trabalho que passou a desenvolver, mas também por não estar sob a proteção e a segurança do sexo masculino.

Sebastião aproxima-se dela após a solicitação de Zé-Zabé e, ao mesmo tempo, constrói, pelo discurso, a ideia de que ela não tem condições de sustentar a família, além de proferir críticas depreciativas e julgamentos que desvalorizam seu trabalho como costureira, principalmente por atender as “mulheres pintadas”, e por estar sozinha na educação dos filhos:

- A senhora deve estar tendo dificuldade para sustentar a família. A mãe diz que ganha o suficiente com a costura e que suas freguesas são generosas.
- Mas está ficando falada, esse negócio de ter mulheres dentro de casa não é bom para a educação dos filhos.
- Elas não fazem nada de errado e me respeitam muito.
- O que a senhora está precisando é de um homem.
- Disso a mãe não precisa, não, não precisa mesmo, não é, mãe? Eu sou o homem da casa. A mãe não está precisando de mais ninguém, não. (SANCHES NETO, 2014, p. 38).

Sebastião revela seu ponto de vista quando faz críticas preconceituosas à frequência das “mulheres pintadas” na casa da família. Para ele o contato de Nelsa com elas, mesmo que de forma profissional, causava desprestígio, haja vista que o grupo social ao qual Nelsa fazia parte não aprovava a postura e o comportamento dessas mulheres. Neste contexto, são duas mulheres, a que merece ter sua reputação salva, por contemplar o que é aceito neste meio e as outras, as quais são

julgadas e menosprezadas, consideradas mulheres impróprias para frequentarem ambientes familiares. O caso das mulheres pintadas, das prostitutas, é um campo interessante de produção de sentidos em torno do corpo da mulher. Sempre houve nas pequenas cidades, um olhar para os bordéis como “um mal necessário”, uma tolerância, mas, ao mesmo tempo, o entendimento de que o corpo da mulher prostituição é um corpo a ser rejeitado publicamente, apontado, desprezado.

A obra permite analisar, conforme Eagleton (2005), a existência de uma barreira cultural normativa, estabelecida por princípios em que as pessoas são julgadas, valorizadas ou menosprezadas devido o trabalho que desenvolvem. Percebe-se, por parte de Sebastião, atitudes de menosprezo atribuídas a quem foge aos padrões valorizados pelo grupo social dele e de Nelsa.

Desse modo, as ações das mulheres consistem “[...] em transgredir a lei segundo o qual o corpo (como sangue) não pode ser senão doado, em um ato de oferta inteiramente gratuito, que supõe a suspensão da violência” (BOURDIEU, 2014, p. 32). Ou seja, a relação está atrelada a fundamentos religiosos para organização moral da sociedade e às verdades culturais, as quais se constroem a partir de tradições de grupos. Sebastião reproduz o discurso do pai de Nelsa e utiliza-se de simbologias de ordem social masculina, atreladas a uma visão de homem que teve uma educação com base em princípios patriarcais e religiosos.

Segundo Candido (2006) a obra literária está diretamente atrelada à organização social. Sendo assim, a análise da narrativa de Miguel Sanches Neto volta-se aos aspectos culturais que evidenciam, no pensamento de Sebastião, que o corpo feminino permanece subordinado às fronteiras do conceito masculino, implicado aos valores de ordem religiosa e moral da família patriarcalista, (o corpo bom e o corpo prostituído).

O discurso de Nelsa contribui para sustentar essa violência simbólica, pois quando responde a Sebastião dizendo que “elas não fazem nada de errado”, num contexto que alude aos momentos que estão em sua casa, nos quais “elas me respeitam muito”, seu discurso revela a presença da violência simbólica oriunda do conceito social moralista relacionado à mulher. Desse modo, nos discursos de Sebastião, de Nelsa, de outros personagens e do próprio narrador, percebe-se o enraizamento da violência simbólica, o que corrobora com reflexões de Bourdieu (2014).

Na fronteira, marcada pelo seu poder de valor simbólico, coexistem uma cultura insegura e outra confiante, onde a primeira tende a reproduzir as normas e as restrições advindas da produção coletiva, as quais, por meio da tradição ideológica, afirmam e conduzem comportamentos culturais estabelecidos. Conforme Prado (2000), as fronteiras ideológicas não deixam de ser lugar de angústias, onde ocorrem desequilíbrios de poder, inseguranças, sentimentos de inferioridade e ideias de fraqueza em razão de algum ato do dominador ao dominado. A cultura confiante se utiliza das fronteiras ideológicas em benefício próprio, considerando as demais pessoas envolvidas a fim de exercer o domínio simbólico.

O discurso masculino na obra instaura a visão de que a mulher precisa estar acompanhada do homem para ser respeitada, para ser feliz, como aponta Saffiotti (2013). Essa ideia resulta de práticas sociais reconhecidas pelo grupo ao qual Nelsa está inserida, corroborando a Igreja, a Família, a Escola e o Estado, instituições sociais determinantes e formadoras do pensamento social que visam modelos tradicionais de condutas consideradas apropriadas e assertivas, fronteiras profundas instauradas na concepção de mundo, vistas como naturais e propagadas como moralmente corretas.

Saffiotti (2013, p.63) ressalta que:

[...] a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava a sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Isto equivale a dizer que, afora as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às comerciais, as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente dos maridos.

Estar casada com um homem é uma questão de sobrevivência, dentro do sistema do patriarcado, uma vez que sozinhas, as mulheres podem tomar decisões erradas, sofrerem prejuízos – já que não sabem lidar com os negócios – serem enganadas, terem dificuldades para educar os filhos (mesmo que elas eduquem filhos sozinhos a vida toda).

Para Bakhtin (1976), os enunciados se constituem influenciados por comportamentos e em decorrência de ações, estes resultam do reconhecimento e da identificação com significados em contexto específico, onde os valores são compreendidos valendo-se das crenças. No discurso, a importância da entonação

dada pelo enunciador pode ser considerada em sua relação com os valores e julgamentos, fronteiras verbais que não estão especificadas na cena, mas que existem no contexto sócio histórico e assumem a significância do discurso.

Assevera-se, portanto, que os discursos masculinos presentes na obra veiculam uma ideologia patriarcal e de cunho religioso, os quais reforçam a manutenção simbólica do poder imposto e aceito por meio da socialização, de um cosmo imbuído de religiosidade, além dos direcionamentos que são organizados a partir do matrimônio, da procriação e da tarefa de cuidar e educar os filhos.

Conforme analisa Bourdieu (2014), tais discursos remetem às ideologias estruturais que definem práticas sociais que pertencem ao homem e as que pertencem à mulher, onde ambos se apropriam e vivenciam essas ideologias naturalmente.

Neste sentido, as construções históricas marcadas como tarefas femininas e ou masculinas, com vistas para a dominação e a distinção, organizam estruturas cognitivas para concepções do mundo e dos poderes, estabelecidas de forma invisível pelas simbologias dominantes, sendo denominadas de “fronteira mágica entre os dominantes e os dominados” (BOURDIEU, 2014 p. 61).

Na fronteira mágica, portanto, ocorre a aceitação de condições determinadas, mescladas a emoções e sentimentos, chegando a provocar conflitos internos. Tais conflitos, muitas vezes os pensamentos, ideias e julgamentos contradizem ao que é imposto pelas estruturas sociais, mas não são manifestados, pois não dependem somente da consciência e do desejo, existe, além disto, uma lei social.

Ideologias religiosas, por exemplo, estiveram presentes e foram respeitadas pela família do narrador personagem Miguel. As tradições foram conservadas, dentre elas a que ressalta a fragilidade da mulher e a necessidade de um homem para ajudá-la nos direcionamentos como a boa conduta, os dotes femininos, as responsabilidades com tarefas do lar, a educação dos filhos e a presença do homem e da mulher na composição familiar.

Nelsa não demonstra que o novo relacionamento foi uma escolha, mas uma tendência advinda da cultura familiar, devido algumas restrições feitas ao modo de vida que protagonizou em decorrência da viuvez. Por isso, houve a reestruturação da família observando as leis religiosas e sociais. O filho Miguel, demonstrou insatisfação com a aceitação da mãe:

Ele tinha tirado a minha vó de casa e estava querendo tirar o meu pai de mim. E isso de uma hora para a outra. Nunca me senti tão órfão como na presença deste homem que a mãe arranhou. Ele já chegou proibindo que ela costurasse pras mulheres pintadas, só pra que eu não visse os corpos delas. Estava sem vó, sem pai, sem o cheiro das mulheres. O que mais ele tiraria (SANCHES NETO, 2014, P. 76).

O narrador enumera uma série de perdas em sua vida como, por exemplo, a avó Carmem que sai de casa repentinamente. Simbolicamente a avó representava a presença do filho que havia partido, de forma a cultivar hábitos, ensinamentos e práticas culturais relacionadas a ele, com isso trazia lembranças e memórias que o mantinham presente. Com a nova organização familiar, a avó considera que Nelsa não permaneceu fiel ao marido falecido e que por isso já não pertencia àquele grupo familiar. Outro homem ocupara o lugar que até então era de seu filho.

Outra questão decorrente no novo casamento está relacionada a Miguel. Ele sentiu-se ameaçado, pois, na ausência do pai havia ocupado a posição de homem da casa. No entanto, como um homem adulto chega ao grupo familiar, compreende que perdeu essa posição. O sentimento de orfandade e perda é revelado ao contestar a saída da avó e as proibições quanto à presença das mulheres que vinham em busca da costura. De forma subentendida, o narrador também questiona a passividade da mãe em aceitar as imposições de alguém que ele considerava um desconhecido.

Miguel não aceita a posição de líder da mãe, pois ele havia ocupado o lugar de homem na casa, lugar este que supostamente precisa ser ocupado pelo homem é uma forte representação da organização patriarcal: se a mulher não está com ninguém, há sempre um lugar, uma lacuna, um espaço a ser ocupado. E na ausência do pai, tão pouco este lugar é ocupado pela filha, a posição é sempre do filho homem.

Desse modo, embora o personagem Miguel, neste contexto cultural, tenha vivenciado relações que poderiam levá-lo a reproduzir irrestritamente comportamentos dominantes, ele parece aceitar e entender que a mãe poderia viver sem marido, ser ela a responsável pelos filhos, educá-los, trabalhar na costura para as “mulheres pintadas”, para a sobrevivência da família. Em contrapartida a esta possibilidade, podemos compreender as vantagens e interesses de Miguel para o domínio deste ambiente, sendo ele, o primogênito e homem.

As reflexões, com base no posicionamento de Miguel, também aludem para o desejo do jovem em manter-se como representante da figura masculina na família, posição que lhe concedia poder, virilidade e o domínio da intervenção masculina no lar, garantindo o capital simbólico da ordem social. Tais observações revelam a coexistência de fronteiras ideológicas marcadas ou pela insegurança ou pela confiança, conforme afirma Prado (2000).

Por sua vez a mãe, receosa dos julgamentos sociais, parece seguir legitimamente as verdades culturais, na ausência do marido, mostra-se novamente obediente ao pai. Tal comportamento exemplifica o pensamento de Eagleton (2005), o qual destaca a existência de tradições que levam à proteção e à contemplação daquilo que é sagrado, onde a cultura abarca formações da religiosidade com todo seu poder e autoridade de modelar, ajustar e organizar a sociedade.

Bourdieu (2014) explica o quanto o ritual do casamento pode ser compreendido como troca simbólica, onde o sexo feminino é visto como instrumento que tende a fortalecer o capital simbólico masculino, considerando os signos comunicativos como fatores intrínsecos nestas relações, onde o homem e a mulher reproduzem os sentidos do matrimônio e da ordem social.

O homem, ao acumular a honra e o poder de decisões, assume posturas de dominação e proibições nos direcionamentos. Sua conduta mostra-se autoritária no convencimento da sua presença na composição familiar, tendenciosamente busca a autovalorização e a importância atribuída ao sexo masculino na vida familiar, na condução da vida da mulher e dos filhos, o que se configura como violência simbólica.

Os valores da comunicação, os significados que se revelam no discurso asseguram as fronteiras do contexto histórico e social da família, onde os aspectos verbais trazem a vitalidade para conteúdos reais e ideológicos, como analisa Bakhtin (1976) sobre os enunciados discursivos.

O narrador Miguel reafirma, em muitos casos, a conduta dominante do homem, toma a consciência de si e constrói a imagem do padrasto, deixando evidente o conflito de interesses. Mostra-se descontente com a nova organização familiar e as imposições oriundas da mesma e revela suas insatisfações, surgindo, assim, conflitos entre ele e Sebastião. Tais situações ultrapassam as fronteiras da

relação padrasto e enteado, elas problematizam a cultura familiar e as relações sociais, históricas e contextuais.

Para as funções laborais, exigência contínua do padrasto, Miguel demonstra insatisfação para executar os serviços comuns do trabalho do campo, pois não se identifica com a função:

O pai só valoriza quem é igual a ele, quem faz as coisas do jeito dele, quem se veste como ele, quem trabalha como ele. Eu sou diferente. Não quero seguir o mesmo destino (SANCHES NETO, 2014, p.124).

A insatisfação de Miguel fica evidente nos enunciados, revelada no sentimento de desajuste que lhe preenche, pois não quer o “mesmo destino”. As reflexões do fluxo de consciência mostram esse desajuste nas críticas e questionamentos que faz às cobranças do padrasto.

A família passa por um movimento que requer outra organização, momentos de transformação no ambiente, os quais causam sentimentos de angústia e insegurança, no entanto, prevalece a ordem socialmente “correta e aceita”, “o pai só valoriza quem é igual a ele [...]”. Este movimento permite compreender melhor o que Bakhtin (2019) explica ao referenciar a existência de situações que nem sempre são possíveis de serem bem resolvidas, mas que precisam ser trilhadas e ou vencidas, situações reconhecidas por ele como fronteiras da vida.

Ao analisarmos o discurso de Miguel, percebe-se um contexto que é amplo e histórico, determinante na construção dos sentidos para os enunciados. No que se refere à família, a nova organização requer o enfrentamento dos envolvidos, mesmo não havendo a aceitação de todos. O personagem Miguel, em seus posicionamentos a partir do relacionamento familiar, revela críticas às práticas e escolhas da mãe, demonstrando a reprodução do ponto de vista masculino. Reforça, portanto, ideologias do machismo e do autoritarismo em relação à mulher, aspectos impregnados na estrutura de seu pensamento, pois o que mais ressalta são suas perdas. Pouco aborda sobre o sentimento da mãe diante do vício do alcoolismo do pai, sobre as violências cometidas aos familiares ou sobre as imposições do avô. Na maioria, o comportamento e a retórica de Miguel se voltam para o seu bem-estar e os desejos que tinha para si.

Mas é possível perceber também, em algumas passagens o seu reconhecimento quanto as qualidades da mãe assim como sobre seu sofrimento. Nos diálogos ou monólogos interiores revelados, apresenta compreensão e maturidade na análise da cultura que envolve a família e o contexto.

Diante disso, observa-se que a representação feminina, desempenhada no papel da mãe, foi relevante para Miguel. É evidente a admiração que ele demonstra pelas qualidades percebidas nela, dentre elas o trabalho desempenhado para atender as necessidades financeiras básicas da família, pelos cuidados e empenho com os filhos, condutas que exaltam a mãe, embora ajustadas à cultura patriarcal.

Outras observações dele, destacando sua admiração pela mãe, são advindas de interesses comuns, identificação com as suas preferências, dentre elas o desejo de formar-se nas letras, trabalhar na cidade, aspectos que participaram da construção da relação de ambos, mesmo quando ela exigia dele comportamentos e ações solicitadas pelo padrasto.

O desenrolar da trama evidencia o sentimento de desajuste de Miguel em relação ao meio, o qual se intensificou gradativamente:

A mãe insistia no estudo, o pai no trabalho. Este deu de comprar principalmente caixas de laranjas e faz a gente sair na rua, com várias redinhas para vender. (SANCHES NETO, 2014, p. 123)
Pro pai, sabendo ler, escrever um pouco e fazer contas já está bom. O estudo não precisa ir além disso. Pra mãe, não (SANCHES NETO, 2014, p.101).

A mãe compreendia os interesses do filho pela leitura e escrita, ao mesmo tempo ela também percebia que o universo das letras não contemplava o que era considerado coerente por Sebastião, até mesmo para o grupo familiar e social, no qual o trabalho braçal e agrícola era a diretriz. No entanto, ela era cúmplice dos sonhos do menino, contribuía para ocultá-los, pensamentos e atitudes que ela demonstrava ao ajudar Miguel com livros e estudos.

Bourdieu (2014) afirma que a mulher, ao se moldar a um ajustamento social, desempenha condutas consideradas femininas, a qual tende a favorecer para uma sociedade sexuada, abatendo as próprias inclinações para realizar atos que não são esperados das mulheres, cooperando para uma impotência aprendida. Ou seja, toda vez que uma mulher for subestimada por um discurso, uma prática ou ação masculina e aceitar a condição, ela contribui para reforçar as condutas sexuadas.

Sendo assim, o comportamento de Nelsa, ao defender os estudos de Miguel, revela a perspectiva da resistência, o limiar da fronteira cultural entre interesses que destoam da ordem familiar, entre perspectivas de autonomia feminina e novas possibilidades para ambos, mãe e filho.

As relações sociais evidenciadas na obra apresentam simbologias, regras lançadas e enraizadas na construção social, sobre a imagem da mulher, interferindo e influenciando nas práticas e discursos que circundam entre ambos os sexos, determinando o que é de competência de cada um. Essa ordem que legitima o poder é uma forma de violência simbólica, conforme Bourdieu (2014).

A respeito das "mulheres pintadas", por exemplo, julgadas pelos homens e pela sociedade, instaurou-se a violência simbólica para reforçar a moralidade e os costumes da cultura familiar patriarcalista. No caso de Nelsa, a personagem seguia a educação recebida, aquela que valorizava o dever de respeitar pai e marido, independentemente de sua vontade, reproduzindo práticas advindas do sistema estruturante.

As concepções reproduzidas com relação ao poder concedido ao homem são naturalizadas até mesmo nos enunciados proferidos por mulheres, os quais reproduzem o material simbólico nas relações e nos discursos, como, por exemplo, quando Nelsa diz que na sua casa as mulheres pintadas não fazem mal algum. São construções culturais que instauram princípios e modelos para a composição de uma ordem social. Essas vivências se manifestam em simbologias opressoras, assumidas por distintas esferas como o grupo social, transformadas em fronteiras invisíveis de poder e submissão, conforme assevera Bourdieu (1989).

Miguel, personagem narrador, constrói a imagem da mãe Nelsa marcada pela determinação e pelos desejos dos homens: do pai, do marido, da sogra (representante do marido na viuvez), do filho (o narrador), em seguida pela vontade do segundo marido. O contexto mencionado apresenta a ideia historicamente construída do papel de um pai na vida da filha para (re)estabelecer a ordem da família. As relações simbólicas que se estabelecem, principalmente quando ele escolhe o novo marido, indicam uma construção social patriarcal, portanto autoritária, impondo a subordinação e dependência da mulher ao homem, desconsiderando seu desejo para as escolhas. Essa constatação é corroborada,

pois o narrador pouco aborda, por exemplo, sobre o sentimento da mãe diante das imposições do avô para o novo casamento.

Assim, percebe-se que o poder simbólico se consolida profundamente nas estruturas da formação familiar, social e dos corpos, conforme explica Bourdieu (1989). As retóricas das situações trazidas pela obra literária aludem à repressão do desejo feminino e revelam algumas das normas culturais de legitimação das relações de poder, seja nas divisões laborais entre homens e mulheres ou no cuidado com os filhos e relacionamentos conjugais.

As fronteiras ideológicas inerentes ao mundo social demonstram limites mantidos pelo poder simbólico, o qual está fortemente alicerçado na dominação masculina. As fronteiras culturais visualizadas nos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, reveladas pela força dos sistemas simbólicos, bem como as limitações das escolhas da mulher na obra, evidenciam a separação de condições e de atitudes no espaço social.

Os discursos denotam cargas simbólicas advindas de instituições como a família, a religião, o grupo social ao qual o sujeito faz parte. Essas instituições são vistas como padrões ideais para a sociedade e ostentam poder de constituir relações que reforçam estes sistemas.

Ao analisarmos algumas práticas de Nelsa, em relação aos desejos que compartilhava com o filho, como o interesse pelos estudos, por exemplo, pode-se dizer que ocorrem mudanças sutis em seu comportamento. São atitudes veladas diante do contexto familiar, pois em seu *status* de submissão, não poderia revelar apoio aos interesses do filho, isso significaria insubordinação ou a tentativa de burlar o sistema estrutural da ordem familiar. No entanto, ela ajuda Miguel com livros e compartilha dos interesses pelo estudo, condutas que denotam subversão/resistência, embora de forma velada, pois há um esforço constante de Nelsa para sustentar a união familiar, a responsabilidade que socialmente é visualizada e por vezes assumida como feminina.

A representação da mulher que prevalece na obra, com vistas às estruturas sociais, reproduz o sistema de uma ordem, reconhecida e valorizada socialmente como verdades absolutas, eficientes para limitar o papel da mulher, entremeio ao poder invisível e naturalizado nas relações com o homem. Diante dessas constatações, ressaltamos que para uma transformação social no que se refere aos

espaços da mulher na sociedade, na família e nas relações de poder, são necessários processos reflexivos sobre as condições históricas, os quais podem contribuir para a produção de novos olhares, tanto do homem quanto da mulher para ressignificar a estrutura social que oprime a mulher em detrimento da supremacia do homem.

2.1 A construção sócio – histórica e o domínio masculino

Para embasamento de uma realidade histórica a mulher não pode ser compreendida apenas a partir dos dados biológicos. A percepção que faz de si mesma não é única e exclusiva da sua sexualidade, a mulher se constitui a partir de reverberações de acontecimentos de uma estrutura econômica, social e cultural, conforme afirma Beauvoir (2016). Para a pesquisadora, a fraqueza muscular da mulher só foi motivo para que ela fosse considerada inferior ao homem após a sua relação com ferramentas de bronze e de ferro. Dada a expectativa masculina, a mulher não contemplou as ambições desejadas em seus projetos de riqueza e crescimento, ela foi oprimida na divisão sexuada do trabalho.

A história revela que na sociedade primitiva a mulher exercia atividades que lhes exigiam vigor tanto quanto aos homens, coragem e crueldades com registros de participações em guerras e vinganças sangrentas. Devido sua capacidade reprodutora, que acarretava períodos de afastamentos e restrições quanto as habilidades físicas para o trabalho, direcionaram a mulher para as funções domésticas e maternais, enquanto o homem se fortaleceu do lado de fora da casa, com soberania de engenhar, construir, projetar e assim se afirmar em sua existência experimentando o seu poder (BEAUVOIR, 2016).

A história da mulher no Brasil, conforme Scott *in* Pinski, Bassanezi e Pedro (2018), se desenvolveu após um longo processo de vivências pautadas numa ordem social patriarcal, com referências ao período colonial, com modelo de família, amparado na solidez da soberania advinda do chefe, estando a mulher em sua representação submissa, a princípio devendo a obediência ao seu pai, e após o casamento ao marido.

Com pouca ou nenhuma autonomia ela não poderia manifestar seus desejos e escolhas perante o grupo social. Os casamentos tinham a finalidade de procriação,

com limitações quanto o desejo e os prazeres da mulher, no entanto garantiam ao homem a liberdade de experimentar a sexualidade conforme os seus desejos e a busca por relações extraconjugais.

Scott *in* Pinski, Bassanezi e Pedro (2018), afirma que nos finais dos séculos XIX e no início século XX, após a abolição da escravidão, o advento da República, a imigração, a urbanização e a industrialização o Brasil começou a evoluir para um novo modelo de família e a mulher, passou a ter um pouco de espaço não ficando subordinada somente aos interesses da família. Um dos fatos que contribuíram para isso decorre da industrialização, necessidade de mão e obra e devido necessidade de contribuir com a renda familiar devido custo de vida na cidade.

As vivências no espaço privado passam a ser mais valorizadas e a vida familiar a representar o aconchego e a proteção aos envolvidos. No entanto, esta nova organização também exigia da mulher responsabilidades com atividades consideradas essencialmente femininas como o cuidado e a educação aos filhos, dedicação exclusivas às tarefas do lar, postura delicada, zelosa, afetiva e comprometida com o esposo. Enquanto isso o homem continuava a ocupar os espaços públicos, os quais eram entendidos como de seu domínio.

Ainda no início do século XX o Brasil se modificava de forma bastante lenta no que se refere à condição da mulher, pois quando nascia um bebê do sexo feminino, existia a preocupação por parte dos médicos, dos pais da elite, quanto os direcionamentos para o futuro, como uni-la em casamento com filho de um parente próximo, ou de político importante, para manter ou aumentar as riquezas da família.

Havia a preocupação para encontrar pretendentes mais velhos, sendo que a condição da virgindade da noiva era essencial para formalizar o casamento. Para isso, havia a necessidade de a jovem estar com o enxoval pronto e ter um dote, que simbolizava dinheiro ou terras, dentre outras riquezas. A perda do dote era uma preocupação que acompanhava a vida das meninas, pois se não o tinham estavam fadadas a ficar solteiras e a serem excluídas dos grupos sociais (AREND *in* PINSKI; PEDRO, 2018).

Os acontecimentos históricos refletem o ambiente doméstico como um lugar de controle. Na cultura patriarcalista o homem mantém a mulher sob seu domínio e assim comportamentos masculinos violentos justificavam-se para preservação do modelo de família e de sociedade vigente. Esta violência enraizada em nossa

sociedade decorre das construções que limitam a mulher a explorar sua identidade de forma independente, pois a presença do domínio masculino solidifica as restrições, as imposições ao que se encaixa como papel feminino na vida social.

Conforme Lage e Nader, *in* Pinski e Pedro (2018), a relação com as condutas sexuais femininas *versus* a masculina delimitam concepções acerca dos sexos, ele em gozo de sua permissividade de forma ampla, e a ela restrições físicas, sociais até mesmo emocionais atreladas às crenças sobre o feminino.

Desde os primeiros contatos com o recém-nascido, as estruturas vão se alicerçando e o poder se legitimando pelas disposições e valores que predominam em seu caráter simbólico e histórico. Entremeio a comunicação, vínculos autoritários, e práticas que levam a imposições, “verdades” se colocam como irrefutáveis e únicas, as relações vão sendo constituídas e temos a família como uma das matrizes básicas para os direcionamentos dessas condutas (BENBENASTE; DELFINO; VITALE, 2006).

Eslabão (2011), ao explorar os conceitos de dominação de Max Weber, analisa a importância das crenças nos atos que legitimam o poder, subdividindo em três tipos de domínio, sendo o primeiro a dominação legal, a qual se explica nas relações de poder advindas dos Estados e das Sociedades modernas, onde os aspectos burocráticos legais estruturam hierarquias da sociedade. Ou seja, uma pessoa no poder está sujeita as regras e estatutos e, neste movimento, ao obedecer a lei estabelecida legitima suas ações cumprindo-as.

O segundo tipo de domínio, conforme Eslabão (2011), refere-se ao domínio patriarcal, o qual tem como base para a legitimidade a lealdade, a tradição e a autoridade que se instituem socialmente. E em um terceiro tipo, a dominação carismática que se consolida no conceito de que por meio de crenças e características as pessoas se submetem ao dominador, há uma identificação com aquele que exerce o poder que parte de uma relação social pessoal.

Tais questões dialogam, também, com os conceitos de Bourdieu (2017) sobre o dominador e os dominados e estendem-se ao domínio carismático, o que corrobora Eslabão (2011) haja vista que existe uma identificação com o líder para se fazer valer os preceitos.

Refletir sobre a história da mulher é considerar sua trajetória marcada pelas diferenças e ligada ao sentido de naturalidade das coisas, direcionamentos sociais

de uma ordem sexuada destinada a cada sexo, onde esquemas se legitimam nos corpos, na força, nos tamanhos, nas tarefas, nas apropriações sociais e no valor simbólico de reproduzir o mundo a partir do feminino e do masculino (BOURDIEU, 2014). Na obra o narrador expõe na simplicidade dos acontecimentos cotidianos tais distinções:

Vou até o ponto, onde encontro apenas mulheres velhas. Nenhum homem. Quando passo na frente da cerealista com a carga de saias, todos riem e fazem gracinha (SANCHES NETO, 2014, p.232).

Ao olharmos para o sentido que traz o contexto narrado, a partir de uma perspectiva masculina, entende-se a pouca ou nenhuma valorização do trabalho feminino no campo, o fato de serem mulheres e com idade avançada, denota a subestimação da força física e das limitações sociais relacionadas aos sexos. O fato de que esse trabalho braçal é de domínio do homem, levam a crenças de que o desempenho e a produtividade feminina estão relativamente direcionados às tarefas domésticas, no mais agregam motivos que resultam em estereótipos para a construção identitária feminina.

Ao compreender que os processos identitários e a cultura estão interligados, considerando o pensamento de Ciampa (1984), onde as primeiras noções de identidade aparecem nas diferenças e na ideia de igualdade, “o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses etc” (CIAMPA, 1984 p. 64). Observa-se, assim, o quanto as relações estão presentes na construção identitária, nas ações e nas práticas diárias.

Para Scott *in* Pinski, Bassanezi e Pedro (2018), mesmo que com algumas mudanças culturais com relação à estrutura familiar, no final dos anos oitocentos, após a abolição da escravidão, o novo modelo de família continuou a apresentar a hierarquia na divisão de papéis femininos e masculinos, relações de domínio que mantiveram a mulher em posição subalterna.

Cabe, portanto, refletir sobre a sociedade dividida entre as simbologias, os poderes, a dominação, a subalternidade e a violência. Tais aspectos e questões se encontram na construção identitária, pois são atividades sociais que representam o

movimento e as concepções de mundo, baseadas não somente nas condutas que a sociedade espera do homem e da mulher, mas nas trocas e na internalização das leis sociais.

Lane (1989) estabelece reflexões acerca das posturas autoritárias no seio familiar, permeadas de valores que reproduzem as relações coletivas e observa a presença da linguagem como elemento mediador, na qual as representações vão se estruturando. Para ela “as representações, por sua vez, também estão duplamente vinculadas com a atividade semiótica que se caracteriza pela elaboração dos significantes, decorrentes do processo de comunicação” (LANE, 1989, p. 36). Essas estruturas vão se imbricando com os significados, valores e ideologias de um grupo social.

Nessa perspectiva, importa refletir sobre as representações identitárias da mulher em meio as experiências familiares, explícitas na obra literária de Miguel Sanches Neto. A leitura da narrativa contribui para a análise das condutas aceitas ou não pela sociedade com relação à mulher e para a problematização dessa cultura enraizada no patriarcalismo, suas causas e consequências.

As relações entre a cultura e a história serão base para as reflexões e para a compreensão dos fatores identitários do feminino, assim como para analisar as representações sociais na obra literária. Assim sendo, destacamos que as representações são formas de vivenciar as identidades reproduzidas através de crenças, acontecimentos, ideias, experiências, que constituem um conjunto a retratar a mulher enquanto sujeito da história.

Nessa perspectiva, a análise do contexto em suas especificidades culturais, como os ritos, costumes, trabalho e as ideologias sob o olhar da literatura, mostram que a arte, a ficção e a linguagem artística realizam o processo de recriar as relações sociais da vida humana. Candido (2006, p.5), ao analisar as relações entre literatura e sociedade, explica que “[...] tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra [...]”. Corroborando esse entendimento, ao olharmos para o conteúdo temático da narrativa e à construção identitária das personagens, podemos analisar e compreender o espaço da mulher recriado artisticamente por Sanches Neto (2014), onde as relações familiares mostram-se como processos de construção e reprodução, definindo identidades.

Desse modo, abordar a construção identitária da mulher e as suas representações é uma possibilidade de historicizar criticamente as relações entre os sexos, certos de que as representações do mundo social são construídas em um campo de interesses e competições que se organizam conforme as percepções e as atribuições de valores das experiências vividas, a partir de práticas sociais, institucionais e ou políticas (CHARTIER, 1988).

Partindo-se dessas compreensões, para analisar melhor as relações entre a literatura e a sociedade, Candido (2006) aponta para a relevância do papel da literatura em problematizar e compreender as relações sócio históricas e culturais, das quais nos interessa aqui o que concerne à identidade feminina e as relações de poder no microcosmo familiar.

Sobre relação, Silva (2000) afirma que a identidade social, coletiva e cultural não são acontecimentos naturais, são acionadas pelo tempo presente, relacionais marcadas pelas diferenças e simbologias em períodos específicos do tempo, vinculados aos fatores sociais e materiais não unificados. O indivíduo produz significados que correspondem ao sentido de sua existência e pertencimento ao grupo, aquilo que se transformou bem como o que poderá vir a ser, assim entende-se que é possível recriar uma nova identidade a respeito do momento em que se vivencia diferentes experiências.

As análises a seguir voltam-se com mais ênfase às representações de mulheres. No caso da personagem Nelsa, viúva do primeiro marido, Antônio Sanches, mãe de dois filhos, Miguel e Carmem. A história relata a vida de uma mulher dedicada aos cuidados com a família, com os afazeres domésticos e à costura, caminhos fortemente direcionados pela crença e os costumes familiares, um círculo de ações que lhe conferem os títulos de ser mulher, mãe, esposa e trabalhadora.

Próximo a Nelsa, a sogra Carmem Escobar conta sua história de vida inicialmente relatando a viuvez aos vinte e cinco anos e com quatro filhos para cuidar, o trabalho na lavoura e os afazeres da casa. Na velhice, passa a residir na cidade de Bela Vista do Paraíso com o filho Antônio Sanches, a nora e os netos. Após o falecimento do filho, continua ali residindo para contribuir financeiramente com a família, trabalha na casa do dono da sorveteria. Acreditava na sua

responsabilidade de repassar e manter os valores familiares perpetuados pela tradição familiar, religiosa e social.

A vida das personagens Nelsa e Carmem ilustra a de tantas outras mulheres que são violentadas simbolicamente por condutas patriarcalistas. A elas o confinamento do casamento e da dedicação familiar, um universo de incertezas em relação ao que está dado e ao que suportam, desde os tempos do patriarcado submetem-nas ao estado da dependência masculina (BEAUVOIR, 2016).

A construção da identidade das personagens, residentes de uma pequena cidade do interior, vividas no grupo social onde o trabalho e a conquista pelo capital econômico, supera a individualidade feminina. A naturalidade incorporada nas relações soberanas dadas pelo homem, violenta simbolicamente as concepções femininas das personagens da obra.

As vivências históricas que se perpetuam e constroem identidades femininas estão presentes e marcadas na obra literária, pela luta diária do trabalho, da aceitação, da negação, da inferioridade, da dependência e da passividade frente aqueles que determinam os seus valores. Assim “o quinhão da mulher é a obediência e o respeito. Ela não tem domínio, nem se quer em pensamento, sobre essa realidade que a cerca” (BEAUVOIR, 2016, p.408).

O destino da mulher está pré-definido, lhe cabe reproduzir uma estrutura social que exige a obediência, até mesmo o silêncio diante de simbologias consideráveis para o modelo familiar e social. As personagens Carmem e Nelsa, diante de toda a resistência a situações desfavoráveis, mantiveram-se fortes, por vezes corajosas e dispostas, traços que perpassam as reais experiências e mostram resquícios de uma identidade que pode ser transformadora e em busca de libertação.

Compreende-se, portanto, que fatos e valores históricos oriundos do sistema do patriarcado mantiveram o homem detentor de poderes e, com ele, a necessidade de manter a mulher sob sua dependência. Assim, Beauvoir (2016) afirma que existe uma luta, um movimento do sexo oposto para se conservar no domínio e para isso o homem precisa negar o “Outro”, auto afirmando-se na sua condição dominante.

As desigualdades entre o feminino e o masculino, conforme Tedeschi (2012), são construções históricas que se comprovam pelas diferentes representações identitárias assumidas em uma relação de poder e de domínio masculino, trazendo

discursos hegemônicos sobre a maternidade e a reprodução, legitimando a submissão histórica da mulher.

Não podemos pensar no domínio masculino de forma isolada, com tendências a normatização desta cultura, mas sim compreender esta formação histórica com vistas a estimular o olhar crítico para esse domínio, da violência simbólica presente nas crenças, nos costumes, nas instituições. Lage e Nader, *in* Pinski e Pedro (2018), explicam que a violência contra a mulher no Brasil não era reconhecida como um problema social, mas entendida como uma questão de ordem privada e por acontecer em sua maioria no seio familiar não exigia interferência das políticas do Estado.

Foi apenas nas últimas décadas, após a criação de delegacias para atender os casos específicos de violência e do reconhecimento da Lei Maria da Penha que houve esforços para a prevenção e a criminalização da violência contra a mulher. Para Lage e Nader, *in* Pinski e Pedro (2018), a violência contra a mulher vem marcada pelas ideologias patriarcalistas no Brasil, onde os homens possuem o poder e domínio com relação às mulheres. Ela é efetivada em atos violentos contra esposas e filhas, construções que foram se espalhando pelas classes sociais, onde o sentimento de posse, com uso de força física sobre a mulher, garante a virilidade e o poder.

A Psicologia Social, a qual estuda o comportamento em suas manifestações sociais enquanto condições históricas, como a organização que garante meios para a sobrevivência, os costumes, os valores bem como as instituições necessárias para o seguimento da sociedade, contribui para as reflexões ora elaboradas. Estas relações sócio históricas são influenciadas por meio da linguagem, onde os significados, sob suas formas de valores culturais, determinam a visão de mundo, e como consequências as ações, sentimentos e emoções, em suma é a relação do indivíduo com a sociedade (LANE, 2006).

O primeiro contato do indivíduo com o seu contexto histórico é o nascimento, seguido das práticas de cuidados com o recém-nascido. Modelos de como determinado grupo entende ser correto educar e comportar-se são ações que institucionalizam comportamentos e garantem a continuidade do grupo, conforme analisa Lane (2006). Cada grupo social segue suas normas, as quais comandam as relações entre esses indivíduos, que são desempenhadas por meio de papéis

sociais, sejam eles de como ser uma boa mãe, uma excelente mulher, um pai dedicado, um homem respeitado, uma esposa exemplar, um filho querido, dentre outras representações sociais vivenciadas no grupo.

Chartier (1988) afirma existir interesses dos grupos sociais para determinações onde a luta pelas representações é tão importante quanto as lutas econômicas, na forma de impor os valores. Os princípios que são construídos nas diferentes realidades sociais, seguido de práticas de reconhecimento da identidade social marcam simbolicamente uma posição ocupada. São possibilidades de comportamentos sociais esperados por um grupo específico e conforme se materializam essas relações mantém o grupo. Mais rígidas e consistentes se fazem as normas, “em casa é o pai, sua lei, sua ordem. Na rua, os meninos livres inventam leis” (SANCHES NETO, 2014, p.95).

Nessa cena literária, Miguel traz sua percepção sobre Sebastião, sua conduta autoritária na família, a rigidez das normas, comportamentos que se instituem como ações de poder sob os familiares e constituem o papel de ser o homem da casa. Tal postura se solidifica nas relações, tornando-se lei na instituição familiar. Essa aprendizagem do grupo específico instaura as construções históricas e sociais, e o menino Miguel vivência esta representação social da conduta do padrasto, comportamentos autoritários.

Conforme Lane (2006), experiências que envolvem instituições como a escola e a família, tendem a direcionar o indivíduo para a sua consciência social, nos processos individuais onde cada um desenvolve a identidade social bem como a consciência de si. A composição individual tem sua estrutura formada pela diversidade encontrada no contexto, sendo possível a construção das diferenças individuais e assim a formação da identidade social.

Não me conheço na família, nem no colégio nem na cidade. Isso me empurra cada vez mais, a buscar o meu domínio, o meu território, que não sei ainda bem qual é. Leio pra tentar descobrir meu lugar nisso tudo, nesse troço estranho que chamam de vida (SANCHES NETO, p.160.161).

No relato de Miguel, os acontecimentos, mudanças, frustrações e desencontros revelam um sentimento de desajuste ao meio, de não se sentir pertencente aos grupos, família e escola. Ele deseja encontrar e ocupar outros

espaços, nos quais possa desempenhar papéis sociais que atendam aos seus interesses. Miguel sente e sofre com as normas e expectativas que o grupo familiar espera de sua conduta e não consegue corresponder às ideologias familiares. Entre as ideias que revela está a compreensão de que deveria ter liberdade para escolher livremente sua identidade.

As condições históricas do grupo garantem e mantêm que as relações de vida sejam representadas sem grandes alterações na sociedade, sendo assim os papéis assumidos e as identidades reproduzem vínculos de dominação como formas naturalizadas da vida social, onde há existência de classes, dos que dominam e dos que são dominados. Nesse sistema, a família se destaca como controle de condutas idealizadas e a reprodução de papéis da mãe, do pai e dos filhos seguida pelas suas leis, normas e costumes.

No decorrer da obra, as condutas questionadas por Miguel confrontam ações e demonstram uma possível transformação dos valores instituídos pelo grupo. Esses conflitos fazem com que ele tenha alguns comportamentos diferenciados, pensamentos distintos que o direcionam para a consciência de si, mudanças na compreensão dos significados culturais e sociais como, por exemplo, o gosto pela leitura:

As férias estão passando assim, entre um livro e outro. Leio também as veias abertas da América Latina, de Eduardo Galeano, descobrindo o meu país e a nossa América. E um livro sobre Fidel Castro. São leituras mais ou menos inocentes, de quem está desbravando um caminho novo (SANCHES NETO, p. 161).

A formação da identidade social de Miguel leva o incentivo e o apoio da mãe. Ela silencia o apoio ao filho, pois “da mulher sempre se espera a submissão, cabendo a ela apenas um poder relativo sobre os filhos em sua relação cotidiana, ficando a responsabilidade das decisões fundamentais sobre a vida dos filhos, em geral, para o pai” (LANE, 2006, p.40). Nelsa sofre com conflitos frequentes entre Miguel e o padrasto Sebastião, motivados pela negação do filho ao trabalho braçal que lhe é imposto.

Esse sofrimento revela a violência sofrida pela mulher, que sob a construção social da estrutura familiar, precisa aceitar e garantir a legitimidade do poder do homem, para a conservação e a reprodução das relações sociais. No

comportamento de Miguel, que tenta resistir ao domínio de Sebastião, denota sua busca pelo espaço, um jogo simbólico entre homens pelo poder, pela disputa, pela ordem de dominar e fazer valer as suas vontades.

Para Lane (1989) as práticas sociais bem como os valores do grupo, são reproduzidas pelo uso da linguagem, atribuindo o significado das palavras traduzidas para o coletivo, em suas funções de trocas e de comunicação entre os indivíduos, representações sociais que desde a infância são influências de pensamentos e ações fundamentais para o desenvolvimento da consciência de si e da consciência social, produções coletivas que adquirem sentido próprio vinculadas com as vivências e as razões individuais.

As palavras tem suas funções ideológicas, que denotam o poder de uma classe que tem o domínio de explicar a realidade, com valores e verdades absolutas, “[...] as contradições geradas pela dominação e vividas no cotidiano dos homens são camufladas e escamoteadas por explicações tidas como verdades universais ou naturais, ou, simplesmente como imperativos categóricos em termos de é assim que deve ser” (LANE, 1989, p.34) questões que podem ser superadas pelos indivíduos quando existe o confronto entre os distintos significados das palavras e do contexto dos discursos.

Assim as palavras/discursos vão tendo significados que indicam naturalidade nos valores, mantidas como verdades pouco questionadas, que somente a partir da tomada de consciência, do confronto com a realidade que esta subentendida, pode haver a ressignificação daquilo que era compreendido, mesmo que ainda existam discursos que são bases e que se fundamentam no que deve ser seguido.

Com isto, mesmo que o indivíduo tome consciência de si e do mundo, existe uma força exercida pela sociedade, que faz com que cada um tenha comportamentos, pensamentos, práticas, como referências daquilo que é correto e que precisa ser seguido. Essas representações são construções identitárias, de caráter temporal refletidas neste momento como o “ser esposa”, “ser mãe”, “ser filho”, “ser marido”, “ser pai”, uma produção histórica que direciona as condutas que validam as representações sociais - sou a esposa e devo me ocupar com a complexidade do grupo, a posição ocupada e seus determinantes comportamentais:

A mãe preparou a comida, deu banho nos filhos e ficou aguardando. Mas ele não veio e todos foram dormir (SANCHES NETO, 2014, p. 15).

Exercer os cuidados com os filhos, com a casa, esperar o marido, colocá-los para dormir são tarefas desempenhadas pela personagem Nelsa na representação da sua identidade, na identificação enquanto mãe e simultaneamente reconhecida como tal pelos familiares. Ao se tornar mãe reproduz práticas que correspondem ao papel de mãe/esposa, exercendo comportamentos desta posição, determinações que formam um ser concreto, refletindo as estruturas sociais, possíveis de serem mantidas ou modificadas, como explica Lane (1989).

A construção da identidade, para Miranda (2014), tem vistas para esse processo em transformação, considerando a importância do outro para a formação subjetiva, sendo a interação fundamental para esta construção, com a possibilidade de mudar ou reproduzir. Na mesmice são regidas pelas normas de uma identidade presumida, aceitando o que é convencional e negando o que pode levar a autonomia.

Na obra, as personagens mulheres trazem em alguns momentos perspectivas de mudança, num enfrentamento ao que é determinado principalmente pela autoridade masculina.

Havia, no entanto, fatos que você desconhecia. Para poupar o filho já revoltado, a mãe escondeu muita coisa, que aos poucos foi revelando para mim. Sofri com o silêncio, ouvindo as confissões e o choro quando você se ausentava e presenciando na mãe a luta entre o amor pelo homem com quem tinha se casado e o do filho, sem poder tomar partido de nenhum, ou melhor, tomando o partido dos dois (SANCHES NETO, 2014, p.243).

Neste fragmento narrado por Carmem, irmã de Miguel, revelações da menina que se torna cúmplice da mãe ao partilhar o sofrimento dela devido situações conflituosas entre o filho e o padrasto, momentos permeadas de violência simbólica, onde representações de afeto ao companheiro e o papel de esposa limitavam suas decisões, inclusive em proteger o filho das posturas autoritárias. Tais questões trazidas pela irmã apresentam outro olhar para o comportamento de Nelsa.

Para Carmem, a mãe se opunha ao controle de Sebastião, mas escondia essa oposição e sofria com isso, assim como ela, irmã e filha, também compartilhava desse sofrimento. Observa-se que Nelsa não se permitia um posicionamento liberto e autônomo nas decisões sobre o filho, pois o entendimento do grupo familiar e a

marcante representatividade masculina ocultavam as expectativas que tinha em relação ao filho.

Esse posicionamento e situação geram um sistema de violência simbólica arrebatador, colocando a mãe/esposa numa condição de profundo sofrimento. É possível fazer alusão a situações da realidade empírica em que muitas mulheres não podem ou não encontram espaço e voz em seus lares para dialogar e entender/aceitar/apoiar os interesses dos filhos para a própria vida.

Para Beauvoir a mulher diante do homem está sempre representando algo que ela não é, lhe causando uma tensão por não demonstrar suas verdadeiras intenções e ações e o homem sempre sendo “a verdade do universo, a autoridade suprema, a maravilhosa aventura, o senhor, o olhar, a presa, a salvação, o prazer...”(2016, p. 351). Assim ela acredita no vínculo sutil, onde a obediência e o respeito são recursos para sentir-se segura e aceitar a sua condição.

As representações sociais formam identidades construídas historicamente e reproduzidas para assim garantir a conservação e a sobrevivência do grupo, com características específicas ao homem e à mulher, e dentro dessas representatividades e no desempenho dos distintos papéis, a Psicologia social, conforme Lane (2006), visa refletir sobre o comportamento do indivíduo no que é influenciado socialmente e como este vai definindo a identidade social.

Na busca por estudar e compreender as práticas de reprodução de violência simbólica, a partir da obra, que demonstrem algumas possibilidades de mudanças para novos paradigmas entre os sexos, a pesquisa segue com reflexões sobre as representações, na literatura, de reproduções de comportamentos de um sistema estruturado de valores determinantes para as relações de poder, aderidas pela cultura e inscritas no momento histórico (MIRANDA, 2014).

2.2 Simbologias da estrutura familiar e social: “ lugar de mulher é na cozinha ”

Com base na construção histórica e social sobre as atribuições dos sexos relativas às atribuições, pensamos na importância de trazer para análise a estrutura familiar que envolve a figura da mulher, do ambiente da cozinha. Este comumente

está associado a ela, como designação sua no âmbito doméstico, sendo a cozinha e as panelas uma extensão da mulher na família.

Lembra-se aqui do ditado popular que revela a visão patriarcal e machista de que “lugar de mulher é na cozinha”. A culinária, a cozinha e as panelas nos revelam faces ampliadas de distinções e poder na relação com o homem e são causa de muitas situações de violência simbólica contra a mulher.

Os hábitos relacionados à cultura alimentar estabelecem relações entre os familiares, em momentos de harmonia e de conflitos, num processo de identificação, onde acontecimentos resultam em diferentes significados para cada integrante. Em *Chove sobre minha infância* encontramos várias passagens que relatam conflitos devido hábitos relacionados à alimentação. Seja na divisão e distribuição de alimentos entre os membros da família, seja no que se refere a quem é responsável por preparar os alimentos e quem recebe maior quantidade e melhores partes do alimento.

A necessidade e os hábitos alimentares não estão somente relacionados a uma necessidade fisiológica do indivíduo, mas como construção da sociedade que envolve o patrimônio cultural material e imaterial, sendo que o primeiro corresponde aos objetos, os utensílios e o alimento e o segundo as representações e aos costumes, percebidos nas identidades sociais e em suas distintas maneiras de serem produzidas e consumidas (SANTILLI, 2015).

Neste sentido, consideramos as intenções quanto as representações e os hábitos familiares, materializados nos costumes, simbolizados nas ações e interações, que na obra refletem a mulher e sua essencialidade para as práticas da cultura do alimento. Na representação da mãe, Nelsa, o relato do filho Miguel:

Fico pensando no doce que a mãe vai fazer se tiver bastante açúcar em casa. Gosto de rapar a panela enquanto a mãe estende a massa mole na mesa, para secar. Luto com os restos até a hora em que o doce esfria e a mãe corta os pedaços pra por na lata. Os cantos ficam sobre a mesa e são os primeiros que a gente come (SANCHES NETO, 2014, p. 46).

Nesta passagem o filho revela as trocas afetivas que envolvem a produção do alimento, o doce. Situações simbólicas onde a mãe deixa que os filhos acompanhem

seu trabalho com os alimentos, ao tempo que influenciam para aprendizagens de que tal função é exclusiva da mulher.

Na infância e adolescência de Miguel a presença marcante das personagens mãe e a avó mostram o apreço e a atenção dele para com elas, assim conforme Hernández e Tresseras (2001), as pessoas consideradas idosas se mostram mais tendenciosas a valorizar e a recordar eventos passados, é a cultura que se materializa através do tempo e da história, são mensagens culturais reproduzidas por gerações que visam reviver, referenciar, situações de momentos significativos da vida. Essa relação pode ser percebida na narrativa quando o personagem Miguel ouve as histórias contadas pela avó:

Está sentindo o cheiro do café? Vem daquela cerealista, este é o melhor perfume do mundo. Eu gosto, de manhã, do cheiro do café passado, mas o cheiro do café cru é bem melhor, o cheiro que tem uma máquina de limpar café, ah filho! Aquela foi a minha vida, o resto é só esperar a morte, só lembrar os que foram antes de mim (SANCHES NETO, 2014, p.24).

A avó revela recordações que se materializaram através do tempo e das histórias acionadas pelas lembranças familiares, sentimentos e sensações resgatadas pela memória e relatadas ao neto. Essas lembranças expressam suas ideias, valores e os sentimentos atribuídos ao aroma do café, do café cru e o cheiro do café moído. Tais mecanismos são aparatos simbólicos que lembram o momento específico de uma existência (PRATS, 1998).

Os momentos recordados pela avó de Miguel envolvem processos identitários, partem de uma construção cultural. Essa relação, conforme Castells (1999), marca a autoconstrução e a individualização, estruturados por significados a partir de um conjunto de experiências em um determinado contexto social. A identidade da avó Carmem provém do trabalho com o cultivo do café e das relações simbólicas destas vivências, que quando acionadas pela memória revelam fatos da vida do trabalho no campo.

As experiências empíricas de Miguel com a alimentação também contribuem para pensar sobre as construções sociais das ideologias norteadoras das identidades. As lembranças remetem a situações marcantes, carregadas de simbologias, além de aludirem para consensos comuns em relação as diferenças:

Só entendi o quanto meu cardápio maluco era variado e gostoso quando, um mês depois, chegou a nova cozinheira e passei a comer meleca de ovo com arroz malcozido. Os peões estão reclamando, exigindo a volta do cozinheiro, mas este já está trabalhando no secador, por fim um serviço de homem (SANCHES NETO, 2014, p.218).

Miguel começa a auxiliar o tio na cozinha da fazenda, pois a cozinheira havia se demitido. Mas assim que possível volta da cozinha para o secador, “por fim um serviço de homem”. Fica subentendido que o trabalho desempenhado pelos homens devem ser outros, nos espaços mais amplos e mais valorizados.

Bourdieu (2017) observa que dentre as distinções que estruturam a vida social, as classes populares tendem a comer sem formalidades e em abundância, principalmente ou exclusivamente os homens onde o prato lhe é servido mais de uma vez, o que não ocorre quanto ao alimento destinado para mulher e filhos. Faz parte do regulamento masculino que ele possa comer e beber bem e a elas assumir as funções determinadas culturalmente como femininas, “no domingo, enquanto as mulheres, sempre de pé, estão ocupadas em servir, em retirar as coisas da mesa e em lavar a louça, os homens, ainda sentados, continuam bebendo e comendo” (BOURDIEU, 2017, p.185).

Nas experiências da alimentação é possível identificar o papel atribuído as mulheres, posições ocupadas e definidas social e culturalmente, que vão estruturando as vivências de Miguel e da irmã. Em outra passagem o narrador conta sobre a partilha do abacaxi:

A mãe reparte o abacaxi em fatias, e dá a primeira para o tio Lívio. A vó emburra e vai varrer o quintal, sem experimentar nenhum pedaço. Só depois do tio recebo a minha fatia, a mãe divide uma com a minha irmã enquanto o tio já está na segunda. Eu também me apresso e pego outro pedaço no justo momento em que o tio retira o terceiro. A mãe leva uma fatia pra vó, só que ela pede pra deixar no banco, vai comer depois. E a visita arremata o último pedaço (SANCHES NETO, 2014, p. 46,47).

Nelsa corta a fruta e serve primeiramente o homem, em seguida ela oferece o pedaço ao filho, entre ela e a filha o pedaço é dividido, ação que Nelsa não executa para os homens, pois para eles o pedaço da fruta é inteiro, já a avó é servida por último.

Para o contexto da obra, as construções sociais da família têm suas origens nos costumes baseados em concepções masculinas de superioridade e de virilidade e as femininas compreendidas a partir da submissão, dos cuidados, da capacidade intuitiva de antecipar e sentir as vontades masculinas (BOURDIEU 2016).

Esse comportamento revela a reprodução de aprendizagens culturais de que o homem precisa ser servido primeiro, devendo ele comer e beber bem, inclusive, de maneira rápida para servir-se mais que uma vez. Elas devem saber que a prioridade é para eles, assim reproduzem comportamentos que as colocam em posições inferiorizadas e reforçam a violência simbólica a qual estão submetidas, instaurando a cumplicidade do dominador e dos dominados, conforme Bourdieu (2014).

Hernández e Tresseras (2001) explicam que as trocas entre o passado e o presente se manifestam pela existência dos objetos ou alimentos que são capazes de trazer as recordações. Imbuídas de significados, elas conservam e transmitem percepções culturais.

Em outra situação relatada pelo narrador, é possível perceber como a identidade cultural é transmitida as novas gerações:

Dia de matar porco é feriado em casa. Ninguém vai pra escola. Cedinho o pai sangra o animal e daí começa a trabalhar. Na hora do almoço, comemos bife de pernil. A casa fica com cheiro adocicado de carne fresca. Mas isso não impede que a gente coma bastante carne porque depois a serviçada é grande. Fritar o toucinho no tacho pra tirar a gordura, preparar a carne da linguiça, salgar o couro. Trabalhamos o dia todo, comendo torresmo ainda quente e malfrito com limão e sal (SANCHES NETO, 2014, p. 127).

A identidade cultural possível de ser percebida na simbologia do acontecimento familiar remete ao amplo ritual que institui o valor simbólico de abater e preparar o animal, atribuído à importância de um dia de feriado para a atividade. Tais acontecimentos aludem ao que Bourdieu (2008) analisa como a legitimação e ou a santificação de um ato, o qual passa a ter um reconhecimento familiar, representado através de condutas organizadas que envolvem membros da família, adultos e crianças. É o que podemos perceber no episódio narrado.

Em atos que instituem a definição social do momento, ainda conforme Bourdieu (2008, p.101), “o porta voz autorizado é aquele ao qual cumpre, ou cabe, falar em nome da coletividade, é o seu privilégio, e seu dever, sua função própria, em suma, sua competência”. Na cena fica evidente que esta função quem assume é

o patriarca Sebastião, porta voz autorizado, é ele quem ensina os cortes e tudo o que deve ser aproveitado do animal, evitando o desperdício.

Tais atividades unem os familiares no trabalho coletivo e as identidades do pai/padrasto e companheiro são reconhecidas por todos, ele impõe sua autoridade no ato instituído que se solidifica na crença cultural onde a função de liderança está atribuída ao homem.

Ao mesmo tempo em que essas atividades unem familiares e vizinhos, também reforçam os limites de espaços e poderes entre os homens e as mulheres. Para os homens destinam-se os espaços mais amplos, de confraternização, alegria e festa, nos quais demonstram o poder físico e econômico, que simbolicamente empoderam o homem. Para as mulheres o espaço restrito e reservado do lar, no interior da cozinha, fazendo o possível para aproveitar e economizar nos alimentos que servem aos familiares, desse modo percebe-se a definição do espaço a partir do trabalho.

O dia para eles é especial e significativo, o preparo da carne para o almoço, o cheiro dela que prevalece na casa, o momento de fritar o toucinho, preparar a carne para que possa ser feita a linguiça, comer o torresmo “à vontade” mesmo que ainda quente salpicado de sal e limão. Ritual e conhecimento culinário passados do pai para filhos, herança cultural que se perpetua, reproduzida nos relacionamentos familiares, nos ensinamentos de um tempo passado, ressignificado nas identidades daqueles que participam da atividade, estabelecendo os vínculos de aproximação e distanciamento entre as pessoas envolvidas.

Hernández e Tresseras (2001) corroboram para a compreensão e atribuições dos valores em seus determinantes históricos, culturais e psicológicos. Para os pesquisadores, os valores incluem também o de atender as necessidades individuais e grupais, relacionar a alimentação a uma necessidade fisiológica e ao vasto campo social de significados. No caso do episódio narrado na obra, o abate do animal, um costume típico de famílias e comunidades rurais transforma-se em experiência para desfrutar de momentos agradáveis, capazes de acionar os sentidos e as emoções, materializando na memória o evento familiar.

Os valores atribuídos ao ato, no contexto mencionado, atuam como um poder que envolve a capacidade de transmitir e simbolizar emoções, utilizando-se dos interesses das pessoas bem como a funcionalidade e o conhecimento imbricados

nos valores de uso e a capacidade de atender as necessidades que constituem o processo.

Para Hernández e Tresseras (2001), as ações e experiências sempre serão significativas e, partindo-se dessa perspectiva, podemos perceber, na análise da obra, construções que justificam esse pensamento. As memórias familiares ao serem acionadas a partir da experiência cultural da alimentação, propõem satisfazer as necessidades biológicas, para isso o grupo familiar prepara cuidadosamente cada parte do animal para o consumo e, simultaneamente, constrói os valores e ideais, agregando elementos culturais ao grupo familiar.

As atividades práticas decorrem de eventos sociais e as representações mentais reforçam o que de fato deve ser cultivado e reproduzido, revelando o jogo, conforme descreve Bourdieu:

Atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos e das representações objetais que coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc), ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólicas tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores (BOURDIEU, 2008, p.107-108).

Conhecer, reconhecer, entender, sentir, observar e participar corrobora para atribuir significados a determinada situação. Percepção e apropriação remetem a construção importante da cultura no ato de envolvimento coletivo, o que tende a valorizar cada representação material e simbólica.

O almoço familiar revela significados construídos pelo narrador, a partir das percepções ao analisar a conduta do avô. São simbologias culturais aceitas pelos membros da família, evidenciando atos naturalizados, posturas que lhe atribuem o poder enquanto líder familiar.

As memórias afetivas de Miguel acionam as percepções sobre situações que marcaram sua vida. Na representação mental relacionada ao avô ele relata as distinções que analisamos:

A gente ainda está na mesa e o vô mostra uma caixa ao lado do fogão. Você pode levar esses abacates para as crianças. Olho os abacates pretos de tão passados e tenho nojo. A mãe diz, obrigada, mas em casa já tem bastante abacate. Pena ela não dizer que sou

eu que consigo os abacates. Mas o vô continua comendo os melhores pedaços de carne, que ele vai buscar numa panela que está no fogão, pra não esfriar. Na mesa. Dona Gasparina colocou só uns retalhos cheios de osso (SANCHES NETO, 2014, p. 65).

Reunir-se para a refeição é um ato que envolve a cultura alimentar, a necessidade de compartilhar os saberes, a troca e a construção da identidade. A escolha pelos alimentos, o preparo e o destaque ao avô que come a carne deixada na panela sobre o fogão, os melhores pedaços, a carne quente e mais saborosa, se relaciona ao rito de instituição da diferença de poderes. Revela o poder do chefe de família em relação aos demais familiares e destaca a evidente distinção dentro do grupo.

Bourdieu (2008) aponta que existe uma divisão discreta no acontecimento social, onde um representante valida a crença, fazendo com que o grupo reconheça os limites estabelecidos por meio da simbologia do ato. No exemplo analisado, essa divisão está clara para o grupo familiar que participa da ceia, pois há uma percepção e aceitação sobre “quem” e “o que” se pode comer na casa do avô. Na cena analisada, o ato de comer é sacralizado e a prática envolve o jogo de empoderamento dos indivíduos e grupos, para que possam perpetuar e multiplicar a cultura local.

Em outro episódio, o personagem Miguel sente-se pertencente ao grupo familiar quando reflete sobre a importância da ação de colher os abacates para a mãe, uma vez que o cultivo desta espécie de fruta é comum na região. O narrador também relata o comportamento do avô ao oferecer os abacates que estão muito maduros, sem condições de serem consumidos, atitude que lhe causa nojo.

Dessa maneira o avô reforça a cultura de que ele precisava ser contemplado com o melhor alimento e as sobras ou o que já não servia para ele passava aos outros. Na família patriarcal era comum o fato de o patriarca alimentar-se do melhor, das carnes nobres, por exemplo. Essa relação indicava as diferenças de poder embora seja em um processo naturalizado e haja o reconhecimento dos familiares acerca da posição do avô.

A privação explicitada no cotidiano da cultura alimentar na família de Miguel, revela mais uma forma de violência simbólica contra a mulher, compreendida nas entrelinhas das atitudes e dos discursos que revelam a opressão, o poder e as diferenças quanto aos direitos do homem e da mulher. Explicitada quando lhe são

oferecidas as sobras, poucas e reduzidas porções, as partes que não são consideradas nobres e saborosas ou quando ela recebe a menor parte e não tem como repetir a porção.

A disposição do lugar na mesa reservado ao avô e a seleção do melhor pedaço de carne para ele, alude ao entendimento de Bourdieu (2017) sobre as formas de eufemismos de hierarquização. A carne como alimento que nutre, sustenta e fornece energia ao corpo, alimentos fortes e gordurosos, combinações para as simbologias sociais do homem.

Essa distinção simbólica pelo alimento e pela quantidade destinada a cada um implica na questão econômica também, revelando o desmerecimento do trabalho da mulher, como se o que ela faz não gerasse lucros e, portanto, não merecesse ter a mesma alimentação que o homem, evidenciando a distinção social dos corpos.

Essas relações simbólicas e de poder são explicadas por Bourdieu (2008, p.100), pois ao “instituir, atribuir uma essência, uma competência é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser)”. Neste sentido o comportamento do avô é determinante para que os familiares possam legitimar sua identidade. A ação é elemento de comunicação entre as partes no momento da refeição. A passividade e a aceitação dessas diferenças, relacionadas ao que cada um tem direito a consumir, fortalecem o comportamento autoritário do avô e o reconhecimento de sua autoridade.

Compreende-se, assim, que as ações humanas são culturais e, conforme Geertz (1989), elas precisam ser analisadas em contextos específicos, pois se expressam de formas distintas numa mesma cultura, não devendo ser compreendidas como regras ou como algo absolutamente definido e impossível de ser modificado. No entanto, a cultura abrange a complexidade e originalidade, articuladas pelo comportamento humano e imbricadas no simbolismo envolvido.

A família de Miguel traz nas situações narradas, comportamentos e rituais que foram instituídos e moldados na especificidade cultural daquele território e temporalidade histórica, os quais são materializados nos costumes do cotidiano. Percebe-se o valor social atribuído na manutenção dos costumes quando os familiares se reúnem para a refeição e quando há um reforço na ideia de que o ato de cozinhar é atribuição da mulher.

O momento de união na refeição atende as condições da cultura do meio, relacionado ao valor simbólico do alimento e dos comportamentos, vestígios de épocas passadas transmitidos pelo tempo. Essa reunião e esse momento são responsáveis pela produção, reprodução e manutenção da ordem social e do poder e autoridade do patriarca.

As interpretações do narrador Miguel, ao recordar fatos, corroboram para a acumulação e problematização de significados culturais. Sendo assim, as novas gerações podem ressignificar valores alterando gradativamente o sentido do uso seja dos objetos ou das ações (HERNADEZ; TRESSERAS, 2001).

Partindo-se dessa compreensão, entendemos que os valores, as crenças e costumes podem sofrer modificações, agregar novos significados, no percurso histórico. No que se refere à mulher e aos diversos papéis a ela atribuídos, a luta para romper com padrões consolidados é árdua e lenta. Mesmo diante desta constatação, é preciso pensar em novos comportamentos, novos significados ou posturas de valorização da mulher, tanto pela sociedade quanto pelo homem.

Para Lane (1989), a reprodução das estruturas que limitam o papel da mulher a satisfazer o homem é também uma condição de alienação, ao manter as condutas que lhes são impostas, para pertencer e receber o reconhecimento do grupo, ela favorece a alienação. Para transformar essa condição se fazem necessárias reflexões acerca das ações, questionamentos quanto às contradições percebidas, o que resultará na conscientização e conseqüentemente na mudança de pensamento, de compreensão e de comportamento a fim de não reproduzir as ideologias enraizadas.

Os trabalhos desempenhados por Nelsa e Carmem são reflexos da manutenção da ordem social e familiar. Beauvoir (2016, p.235) explica que a mulher sempre está pronta para acolher o homem, sem quase nunca lhe pedir nada, “a magia feminina foi profundamente domesticada dentro da família patriarcal”. A mulher encontra obstáculos para superar os tabus, os ritos e a constituição identitária se faz pelo outro, a partir da imagem que este lhe atribui ela se reconhece em si, na definição dos papéis mediados pelas ideologias, os quais trazem a naturalidade de se cumprir o que é necessário para atender, valorizar, suprir e respeitar o homem.

Nelsa viveu dificuldade financeira após a viuvez, Miguel relata que ela se privou de alimento para dar aos filhos:

Ninguém nos oferece comida, e já estamos acostumados com isso. A mãe traz um pedaço de pão pra mim e nada pra ela, que vai trabalhar a tarde toda no tanque, tirando água do poço. Eu fico no mangueirão, vendo, meus tios na lida. O vô quase nunca está em casa, chega só de tarde, quando senta na varanda para olhar o gado. Vó Carmem diz que ele é um miserável, que vai direto para o inferno (SANCHES NETO, 2014, p. 43,44).

A posição ocupada pelo avô revela sua soberania, apreciar o gado, produto de valor econômico e simbólico significativo, indica as diferenças frente às dificuldades financeiras que está passando a filha. A imagem construída do avô que olha o gado da varanda, em posição privilegiada, está imbricada a sua condição de autoridade, ao passo que a filha está a tarde toda no tanque e retirando água do poço. São ações topograficamente opostas, aludem à oposição de poder e condições, simbolizam a distinção de poderes. A avó Carmem, enfurecida com a conduta do marido, sabe da necessidade da família, mas encontra dificuldades em ajudá-los.

Destacamos ainda, a desvalorização das pessoas da família, onde estas são sempre um fardo, bocas para serem alimentadas, principalmente em relação ao gado, valioso e que trará retorno financeiro aos cofres do senhor. Em outro episódio narrado, Miguel relembra a avareza na atitude do avô:

Hoje, estava chupando um abacaxi sozinho na varanda e quando me viu mandou a madrastra da mãe guardar a fruta na cozinha, porque não havia abacaxi para todos (SANCHES NETO, 2014, p. 44).

Dona Gasparina se cala diante do pedido do companheiro, tomando de fato a ordem a ser executada, de tal forma que o comportamento dela, de obediência, revela neste momento e contexto a submissão da mulher ao patriarca.

O ambiente doméstico, não é valorizado socialmente, é um espaço atribuído e ocupado pela mulher, nele há certa naturalização de distinções quanto a posturas sexuadas. Assim, o espaço exterior, público, se torna caminho mais curto para legitimar as ações e a superioridade dos homens, contribuindo para a discriminação social e desvalorização feminina (SAFFIOTI, 1987).

Socialmente o espaço doméstico e suas atribuições estão relacionados à mulher. Essa percepção gera a ideia de que a mulher tem autoridade e domina esse território. No entanto, neste espaço o domínio e o controle também são do homem, pois a mulher não o ocupa de forma autônoma, haja vista que nele também prevalece o comando e a vontade do chefe da família.

Nelsa é também alvo da alienação simbólica, de acordo com a definição de Bourdieu (2014), pois sua condição revela a posição que ocupa na família, não recebe e não pede auxílio financeiro ao pai. Por outro lado, mostra a luta feminina e sua coragem de superar e encontrar possibilidades de sobrevivência de forma independente.

E pelo reconhecimento da experiência dóxica, a divisão dispensa justificativas para a dominação e todas essas diferenças e de suas imposições simbólicas, são inerentes as reflexões sobre a violência, na definição dos corpos e do serviço doméstico, em âmbito privado (BOURDIEU, 2014).

Reafirma-se aqui as contribuições da literatura e da psicologia para estas reflexões, pois a partir dos pensamentos e comportamentos das personagens, pode-se compreender melhor os processos e práticas que reproduzem um sistema. Assim, os espaços da casa, da cozinha, as relações com os filhos, os trabalhos domésticos e o preparo dos alimentos configuram a imagem da mulher, que é histórica, e em oposição o poder do homem:

O vô está de cama e há sempre uma bandeja de comida no seu criado-mudo. Vejo bolachas, balas, biscoitos e maçã. Sei que aquelas frutas vermelhas são maçã porque ouvi ele falando pra dona Gasparina descasque uma maçã pra mim. Ele, que comia as coisas com uma boca boa, mastiga os pedaços de maçã sem vontade (SANCHES NETO, 2014, p. 67,68).

A posição de poder ocupada pelo homem lhe favorece aos benefícios da fartura do alimento e satisfação. A bandeja sempre farta serve simbolicamente aos olhos dos outros no sentido de impor a soberania, revelada ainda pelo comportamento da esposa, que descasca a fruta para ele. Ela desempenha o papel da mulher, reforça as construções sociais que predominam no patriarcalismo.

Os significados que dona Gasparina encontra no ato de satisfazer o marido são transmitidos pelo meio social. A devoção da esposa representa um sentido próprio, que demonstra o respeito à autoridade que ele exerce. Comportamento que

corroborar com valores e emoções que estabelecem a compreensão de que estas relações são fidedignas ao que é esperado pelo grupo social (LANE, 1989).

Gasparina, na história narrada, sempre manteve posição submissa e dependente em relação ao marido, “[...] e ela só chega perto quando é para servir alguma coisa” (SANCHES NETO, 2014, p.44). Essa informação alude ao tipo de relacionamento mantido pelo casal, de poucas por trocas afetivas, mas por parte dele a concepção da mulher para servi-lo quando e quanto ao seu gosto.

No entanto, como já observado, a mulher encontra formas de resistência. Gasparina escondia de Zé Zabé o crédito que deixava na mercearia para ajudar Nelsa. Essa atitude revela que não era de competência das mulheres a autonomia quanto às decisões, mas que elas encontravam uma forma para se rebelar a algumas situações. Tais ações refletem a cultura patriarcalista que delimitou qual o papel da mulher na família, faces da violência simbólica sofrida pela mulher, na unidade que mais reproduz diferentes formas de capital (BOURDIEU, 1996).

Nos relatos sobre experiências na escola, Miguel também evidencia a relação da mulher com a cozinha e o alimento. Na escola há também um espaço dominado pelos homens e a separação dos serviços que eram de incumbência das mulheres:

Fora as tias da limpeza e da cozinha, era a única mulher que passaria o dia todo no colégio (SANCHES NETO, 2014, p. 149).

Assim como na casa e no grupo social, no colégio os espaços entre homens e mulheres são distintos. Espaços destinados a mulher revelam as representações identitárias, construídas, praticadas e propagadas socialmente, divisões dos corpos e dos trabalhos.

Os acontecimentos que envolvem os alimentos, as escolhas, o preparo, a refeição e todo o aparato simbólico das cenas, com representações individuais e coletivas, são culturais e formadoras de identidades. Os valores atribuídos à comida e reconhecidos na convivência são constructos culturais, acionam as lembranças familiares conservadas pelo tempo e pela memória, pelos rituais e simbologias.

Toda a complexidade dessa convivência familiar apresenta os efeitos da violência simbólica através das determinações, circunstâncias e nas estruturas das instituições sociais, elas revelam o capital simbólico, conforme analisa Bourdieu (2014). O poder e os direitos contínuos sobre as pessoas validam aos homens o

domínio dos instrumentos de produção e reprodução que garantem “estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e dos privilégios herdados” (BOURDIEU, 2014, p.73-74).

A ordem ideológica é estrutural e as estratégias reconhecidas por Bourdieu (2014) como limites entre os sexos são formas de domínio e controle social sobre os corpos, privilégios que o homem adquiriu ao longo da história, em uma construção onde ele também aprendeu com as imposições sociais o modelo de comportamento que lhe pertence. Poderes que perpassam o próprio domínio, mas se fazem presentes sob as forças que instituem o correto, o tradicional, a ordem social que mais representa com naturalidade o seu controle.

3. REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: RITOS, COSTUMES E A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Mas a mãe estava enganada. Daí pra frente, todas as vezes que o homem me encontrava, e me encontrava tantas vezes que até parecia que estava sondando a gente, ele vinha com alguma coisa, um doce, um brinquedo fajuto, algum dinheiro— dizendo como vai o homenzinho da casa?
Miguel Sanches Neto

Como apresentado nos capítulos anteriores a família é uma das instituições que dão origem às crenças que modelam comportamentos para a manutenção de grupos em sociedade. É importante mencionar que famílias se constituem de distintas maneiras, mas para esta pesquisa o modelo analisado é que foi apresentado na obra literária *Chove sobre minha infância*, de Miguel Sanches Neto.

Uma família tradicional de concepções patriarcalistas, de condutas masculinas com vistas à opressão da mulher e dos filhos. Nela estão alicerçados costumes, ritos de estrutura ideológica, familiar e religiosa que influenciam a reprodução de práticas patriarcais, autoritarismo masculino e situações que geram violência simbólica contra a mulher.

Refletir criticamente sobre a representação feminina neste contexto é mais uma forma de trazer para o debate social, a partir da academia, essas relações autoritárias e patriarcalistas que geram violência simbólica e asseguram a soberania do homem em face de reprimir a liberdade da mulher.

No decorrer do estudo, mostramos a relevância histórica e cultural de aspectos que favorecem a reprodução ideológica como estrutura de uma identificação coletiva e o quanto ela se faz presente no cotidiano familiar, entremeio as ações, aos pensamentos e às percepções que direcionam e fazem com que o grupo seja coeso e tradicionalmente homogêneo.

O conceito sobre a ideologia para compreensão desta formação está amparado em Perine (1990) e contribui para compreendermos, a partir de estudos propostos por Marx e Engels, sobre a ideologia fundamentada na existência material e social do homem. No entanto é pela atividade e na atividade material que os homens vivem em sociedade, diante da intencionalidade econômica, que advém da

necessidade de sobrevivência, os indivíduos se mantem alienados e envolvidos por valores religiosos, familiares, filosóficos, artísticos entre outros.

Refletir sobre a ideologia em suas proporções históricas, na relação social do indivíduo, na divisão de classes principalmente no que diz respeito à divisão do trabalho intelectual e manual, pode nos levar a melhor compreensão dos princípios de comportamentos inferiorizados, baseados nas premissas e nas tradições.

Para Perine (1990) as disposições de vida decorrem da situação de classe, alicerçadas pelos valores, onde as ações dos indivíduos correspondem aos objetivos que precisam ser alcançados no meio que se inserem, formam-se pela necessidade do grupo de seguir com as crenças e opiniões para que haja a identificação entre os membros e a perpetuação deste conjunto de ideias e ações. Ainda há a existência de paradoxos ideológicos no sentido de ser uma leitura da realidade, ao mesmo tempo em que ela distancia os indivíduos da própria realidade, pelo seu caráter mistificador.

A violência simbólica explícita nas vivências das mulheres da obra literária aqui analisada alude a contextos de manutenção de ideologias. Essa forma de opressão se faz real e assume os valores daquele espaço, resultando em dificuldades de transformação ou mudanças de percepções. A formação ideológica aponta para ações do cotidiano, são elas que corroboram para a compreensão estruturante e estruturada de concepções do domínio dos homens sobre as mulheres e em muitos de seus aspectos pode-se perceber a violência simbólica.

Em um contexto que se revela masculino, a opressão, os preconceitos, os ideais tidos como naturais para uma mulher e todo o aparato simbólico em jogo são formas de violência voltadas à identidade feminina e a oprimir sua liberdade. Fica subentendido, em vários momentos da história, que a mulher reproduz o papel social desta organização e instituição familiar, muitas vezes sem perceber que está sofrendo uma violência e, inclusive, ocorrendo o estranhamento de si mesma por não corresponder ao que é socialmente esperado.

Beauvoir (2016) considera que a história feminina foi formada pelo homem, incorporada de concepções masculinas e ainda hoje permanece nas mãos deles, pois as instituições e os valores patriarcais sobrevivem na sociedade e alicerçam as desigualdades entre ambos. Esta posição de obediência e submissão feminina instrui a forma idealizada para o seu comportamento.

Tal conduta foi observada e analisada em fragmentos da obra que revelam como a mulher é controlada pelo homem. Sob normativas masculinas, desde o casamento, a viuvez, a conduta com os filhos, com os maridos, bem como com o próprio corpo na existência de julgamentos quanto a autonomia feminina para as escolhas distintas do que está normatizado.

Na família retratada na obra, os ritos que instituem o comportamento para os homens, mostram-se simbologias que o preparam para assumir as funções de poder. Os direcionamentos que induzem as crianças do sexo masculino ao trabalho, por exemplo, simbolizam a força e a virilidade. As observações quanto às maneiras que os homens se comportam com autoritarismo sobre a mulher e a família são, conforme Lacan (1981), transmissões culturais que organizam a família, envolvida em emoções e sentimentos que estruturam comportamentos bem como as representações.

Há uma real possibilidade de um ente familiar vir a reproduzir os comportamentos ali vivenciados ou ensinados, corroborando Engels (2001) ao retratar a família como um resultado do sistema social e de tendências culturais. Assim, essa construção psíquica transmitida de geração para geração é vinculada ao ambiente, “[...] os meus anos de adolescência foram sufocados pela presença opressora do padrasto [...]” (SANCHES NETO, 2014, p.93). Miguel queixa-se da conduta de seu padrasto, embora ele também reproduza comportamentos opressores em vários momentos da sua história. No entanto, é possível perceber e considerar que também ocorre rejeição aos padrões culturais, pois Miguel questiona o autoritarismo do padrasto.

Sendo assim, conforme Lane (1989), as instituições sociais que se constituem de pensamentos e valores organizam o meio familiar, nelas existem possibilidades de mudanças e isso é de extrema importância ao fazer a mediação do indivíduo com a sociedade. O envolvimento emocional entre os integrantes agrega sentidos para a existência individual e coletiva, sendo eles responsáveis pela reprodução e rejeição de valores e padrões.

A personagem Nelsa mostra incertezas nas relações, entre estar do lado do companheiro aceitando os direcionamentos dele e ou ceder aos anseios do filho Miguel. Em passagens textuais essa leitura advinda de Nelsa revela o quanto o

homem impõe o que ele deseja, pois ela sofre ao discordar do filho em prol das tendências esperadas pelo grupo.

Logo a família se mantém fiel às crenças, pois as divergências geram conflitos pontuais, que logo retornam às tendências de valores e papéis assumidos, pois é “[...] impossível entender um grupo familiar sem considerá-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve” (LANE, 1989 p. 102).

É no seio familiar que acontece a extensão de interações que são propensas e objetivam a continuação da estrutura familiar, ou seja, reproduzir os ensinamentos. Neste sentido enquanto refletimos criticamente sobre a violência simbólica e a reprodução desta para a vida da mulher na sociedade, circundamos acontecimentos cotidianos, onde destacamos que a família não é a única fonte de aplicações ideológicas, mas ela é importante nesta formação.

Como nos interessa essa formação ideológica familiar, Lane (1989) corrobora afirmando que tais formações estão presentes e marcam a formação psíquica desde o início da vida de um novo componente familiar. As condutas vão sendo aprendidas, os valores assumidos e reproduzidos ao longo da vida, como as diferenças dos sexos nessas relações de poder e de uma ideologia dominante. Todas as organizações familiares têm certamente seu caráter formador de uma estrutura sólida, com vistas a reproduzir tais separações entre o homem e a mulher.

A formação familiar na obra acontece com arranjos para o matrimônio, rito importante naquele contexto. O homem em busca da mulher que lhe agradasse e elas demonstram a submissão de estar a espera de ser escolhida. O personagem Zé - Zabé tinha em posse um “[...] livro de reza braba havia uma página toda suja de tanto o Zé rezar uma oração para arranjar mulher. A mãe trouxe o livro e escondeu” (SANCHES NETO, 2014, p.51).

É possível perceber as intenções e a relevância de o homem ter uma mulher, pela crença, pelas simbologias, pelo jogo das trocas e costumes e não pelo sentimento afetivo. Aqui nuances da subordinação feminina ao homem, da violência simbólica velada nos ritos que lhe destina o casamento com pouca ou nenhuma chance da escolha.

Ao tempo que o fragmento confirma sentimento negativo da mulher com relação a alguns pretendentes, quando este mesmo livro é jogado ao fogo pela mãe que “Ainda tinha duas filhas solteiras” (SANCHES NETO, 2014, p. 51). Esse ato

revela atitude de rebeldia e alude ao sofrimento que muitas mulheres viviam e vivem em casamentos com homens autoritários, assim a mãe demonstra apreensão em relação às filhas.

O ritual de Zé – Zabé pela reza advém da religiosidade, num emaranhado de costumes e crenças que envolvem a cultura da religião como normativa para se viver em grupo, e assim a continuidade das expectativas quanto ao destino social de ambos.

Em meio às crenças, analisamos a violência simbólica, pontualmente sofrida pela mulher nas cenas literárias, dentre elas as que desconsideram suas possibilidades de escolha. Para Bourdieu (2014) são as relações de dominação e exploração, explícitas nos hábitos distintos que classificam as práticas e limitam a condição feminina a acreditar no seu único destino, a aceitação e o silêncio, aspectos refletidos nas passagens da obra, na condição das personagens femininas.

A dominação oculta está presente na cultura, denominada por Bourdieu (2014) como “força simbólica”, ela envolve a socialização religiosa, com preceitos para a união entre os sexos e por vezes conduz a mulher a submissão e a postura inferiorizada. Sobre a representação feminina consideramos que a aceitação de situações com aspectos naturalizados exerce um envolvimento mágico.

Ao aceitar as imposições, ao tempo que a negação e o sofrimento também silenciados em emoções conflituosas de timidez, vergonha, culpa, ansiedade, humilhações bem como sentimentos de amor, apressado e respeito, há existência de omissão contra o próprio desejo ao juízo dominante da cultura que as cerca (BOURDIEU, 2014).

O poder simbólico também interfere nas relações da mulher com o mundo, fora do ambiente familiar. Para Bourdieu (2014), está impregnado na sociedade, como a própria exclusão e restrições no mercado de trabalho, nas reuniões, a frente de decisões. A estrutura reproduz a imagem da mulher que, muitas vezes, “[...] não pode compreender adequadamente a submissão encantada que constitui o efeito característico da violência simbólica” (BOURDIEU, 2014, p. 64).

Muitas vivências cotidianas estão marcadas pelo sentimento de medo e insegurança da mulher, seja na família, seja na vida social, elas estabelecem limites diante da conduta que se impõe ao e pelo homem. Na estrutura da lei social existem princípios para o comportamento dominante, reveladas na organização familiar e

nos ritos, reverberam ao homem o papel de agir, pensar e de manter-se a frente, forte e viril.

Para Bourdieu (2014) essa postura socialmente atribuída ao sexo masculino no jogo da dominação simbólica, não é identificada pelo homem, ou seja, não se impõe a intencionalidade consciente, mas de forma ampla sobre a visão naturalizada a detalhes que colocam a mulher em posição reduzida, diminuída e estreita.

Em *Chove sobre minha infância*, as representações femininas revelam que o contexto destina às mulheres essas posturas diante dos homens, do pai, marido, irmãos, filhos bem como os demais personagens que aparecem no decorrer da obra. A mulher no contexto familiar desempenha uma posição julgada pelo homem, comparada com movimentos vagarosos em trabalho braçal, relação depreciativa, que enaltece a forma ágil do homem.

Há também o sentido de menosprezar o cuidado feminino com o próprio corpo, a delicadeza e a leveza, o que simbolicamente indica o menosprezo acerca do feminino, “– Vamos Marcha Lenta. – Cuidado para não estragar as unhas” (SANCHES NETO, 2014, p.88), termos utilizados por Sebastião ao criticar Miguel em trabalhos manuais na agricultura, significados que estruturam as percepções dos envolvidos.

Nesse contexto, foi possível refletir sobre a desvalorização social destas mulheres, ao mesmo tempo em que se observa a busca incessante, nos apelos masculinos, as honras de “possuir” uma mulher. Essa postura manifesta, para Bourdieu (2014), a dominação masculina que vislumbra a mulher a se perceber em um estado de insegurança.

Se elas atuarem em atribuições destinadas ao homem, deixam de ser femininas e ameaçam o poder deles, se atuarem em atribuições sociais destinadas as mulheres, são subestimadas. Contradições reais que estruturam a percepção feminina de si, alicerçadas nas formas de estereotipar a existência da mulher, através de crenças, ritos e instituições.

Para Saffioti (2004), são as estruturas patriarcais as responsáveis pela transmissão de condutas para a sociedade, sendo a dominação masculina sinônimo do patriarcado. Para a autora por muitos períodos históricos houve a naturalização da supremacia do homem e a violência simbólica sempre manteve estreita relação na organização familiar.

A dominação que se institui na obra, imbuída de vínculos possivelmente afetivos, porém analisados na experiência subjetiva das personagens, nas relações de domínio, indica como mulheres e homens parecem não apresentar a identificação da estrutura que violenta a mulher em prol do domínio masculino.

Retornamos ao rito do matrimônio, pois o fato de o homem ter consigo uma mulher lhe fornece status de domínio, sendo o casamento uma espécie de troca, como afirma Bourdieu (2014, p.70). O crítico compara e observa que o “[...] ciclo da procriação, tanto quanto no ciclo agrário, a lógica mítico ritual privilegia a intervenção masculina”. Para a lavoura e para a fecundação, a essencialidade da intervenção masculina que retoma a divisão sexual explícita na atividade produtiva e reprodutiva.

Questões da própria união entre o casal objetivam a formação familiar com as “exigências” da sociedade para a procriação, assim como para prosperar com os negócios, com as terras. No caso de Nelsa e Sebastião, em sua segunda união, uniram-se também os filhos de ambos, em trechos analisados no decorrer da pesquisa ficou explícito o quanto os filhos são envolvidos no trabalho braçal, para assim ajudar na formação do capital econômico familiar.

Ressaltamos também o papel da mulher para que o homem possa progredir nos negócios, estando ela em papel considerado secundário e de pouco reconhecimento social, pois as funções que lhes são destinadas contribuem para o trabalho masculino, mas não são reconhecidas em suas contribuições, ao contrário, são vistas com pouco ou nenhum valor.

As contribuições de Beauvoir (2016) ao compreender que a mulher, na união conjugal, traz dotes a seu esposo ao comprometer-se com os afazeres domésticos que abrange os cuidados com os filhos, da casa e do homem, aludem aos comportamentos que levam a atender a moral tradicional. Também permite entender as percepções deste modelo familiar relacionadas à mulher solteira, pois nessa percepção ela teria uma vida mais difícil.

Ao oposto a este destino social da mulher, vejamos as análises sobre as “mulheres pintadas”, os julgamentos, a exclusão que os homens e as crianças desejam para elas. Isso nos remete a formas e padrões sociais considerados corretos, como no caso do casamento, sendo ele que define a imagem da mulher valorizada pela sociedade.

A vivência das mulheres da obra nos leva a refletir o quanto na atualidade esses modelos e experiências ainda são realidade de muitas pessoas, pois o domínio do homem é de formação histórica e social e traz consigo a reprodução de tais estruturas. Engels (2001) analisa que o matrimônio percorreu a evolução dos tipos de família na sociedade, seja matrimônio por grupo, por consanguinidade, por classe, dando ao homem o papel mais importante do que para a mulher no meio social, causando o surgimento da família patriarcal.

A família patriarcal preserva e reproduz a ordem da estrutura, revelada na organização familiar, nas significativas contribuições dos ritos e dos costumes que normatizam o que a sociedade espera da mulher. E a mulher ao corresponder aos modelos fortalece a estrutura. Na obra, poucas passagens nos mostram posturas diferenciadas das mulheres. Para dar continuidade às reflexões, ao retratar a representação feminina, abordamos a seguir a significativa relação da sua imagem com a maternidade.

3.1. O casamento, a maternidade e a família patriarcal

No decorrer da pesquisa, analisamos a representação feminina, principalmente na instituição familiar, bem como os ritos sociais que estão atrelados a estes costumes. Compreendemos que os ritos apresentam um caráter social e assim delimitam em tempo histórico o que corresponde ao papel da mulher e do homem na família.

Em *Chove sobre minha infância*, destacamos as relações que correm na presença de ritos de passagem e os comportamentos assumidos quando contemplados ao que a sociedade espera naturalmente das mulheres.

Segundo Scott, in Pinski e Pedro (2018), os valores, na sociedade patriarcal sempre foram parâmetros para a família, assim como para a mulher o dever de obediência ao pai, e, na passagem através do rito do casamento, o seu dever para com o marido, destacando o domínio masculino como algo incontestável. Após a passagem para o século XX, esses valores passam a ser questionados, ainda que a subordinação da mulher se mantivesse mesmo na sociedade moderna.

Pinsky (2016) explica que as representações femininas na sociedade envolvem o assunto de como é ou como deveria ser a mulher de cada época, e a

imagem desta no século XX está associada ao destino natural de casar e ter filhos. Quanto ao homem, a representação da parte forte da união de ambos, onde “[...] a masculinidade era associada a força, racionalidade e coragem, enquanto eram características femininas o instinto maternal, a fragilidade e a dependência (PINSKI, 2016, p. 471).

A afirmação de Pinsky (2016) nos remete a pensar na família de Miguel Sanches, onde as mulheres sempre estiveram retratadas em funções do casamento e da maternidade, sob o domínio do pai e ou do marido, assim como na passagem “[...] a mãe está limpando a casa, estendendo as camas, enquanto minha irmã ainda dorme no berço que já foi meu” (SANCHES NETO, 2014, p. 40). Está explícita a dedicação da mulher em cuidados com a casa e com os filhos, representação de um contexto que cria a imagem da família tradicional e sua forma mais natural de ser o que a sociedade espera dela.

De acordo com Beauvoir (2016), para a sociedade, a maternidade seria o que tem de mais natural nas mulheres e o casamento o destino social mais comum para elas. Ao tempo que a união entre o homem e a mulher não se constitui na reciprocidade, pois para a sociedade o homem é independente, devendo para a esposa a herança e o sustento, enquanto ela lhe presta os serviços de todos os cuidados com a família, assim ela traz o dote para o esposo “[...] cuidará da casa, educará os filhos” (BEAUVOIR, 2016, p. 190).

Sendo assim, os ritos do matrimônio à maternidade se imbricam às ideologias de reconhecimento histórico da sociedade, no caminho trilhado pela mulher e o homem na construção da família tradicional. O casamento e conseqüentemente ou obrigatoriamente a maternidade, são distinções entre os corpos para o desempenho dos papéis. Eles se diferenciam principalmente nos encargos materiais e emocionais que circundam a mulher, cuidados com a casa, com os filhos, estando prontamente atenta aos desejos e as satisfações do marido e aos serviços da família, pela “escolha” ao destino de ser mulher.

Algumas questões trazidas acerca do sentimento do amor no casamento, são analisadas por Beauvoir (2016) quando a estudiosa afirma que não é por amor que se resolve a união entre o casal, mas sim por inclinações sociais econômicas e sexuais entre o homem e a mulher, assegurando a ela a proteção do macho.

Tal afirmação remete a maternidade ser compreendida como construção social, que designou o papel das mulheres na família e na sociedade, pela moral e os bons costumes, reafirmando o domínio de um sexo sobre o outro, depositando nela todas as expectativas e deveres quanto a sua representatividade.

Assim, Beauvoir (2016) compara que a maternidade de uma mulher solteira a leva ao desprezo e somente através do casamento ela enquanto mãe tem a sua glória. Neste sentido consideramos essa uma forma de violência simbólica voltada a mulher, pois os estereótipos sociais de modelo patriarcal não contemplam a mulher sozinha na criação dos filhos, relembramos aqui à passagem da obra onde Nelsa vivencia a organização do pai para a ordem que segue as crenças.

Considerando o que diz Lane (1989, p. 19), “é a clareza que não se pode conhecer qualquer comportamento humano isolando-o ou fragmentando-o, como se esse existisse em si e por si”, neste sentido os olhares da psicologia para esta mulher que determina e é determinada pela sua história na interação com os que fazem junto a ela este processo histórico e social.

As reflexões aqui apresentadas consideraram a estrutura social que consiste nas relações entre o homem e a mulher com o princípio da união e da reprodução, preservadas a partir do patriarcado, mesmo que não em sua totalidade, nem em sua forma mais primitiva. Cabe ressaltar que houve indícios e consequentes transformações no decorrer da história, mesmo que as desigualdades e a opressão para com as mulheres prevaleceram. O narrador, em seus processos reflexivos, alude sobre posturas e comportamentos:

A vó Carmem foi muito mais corajosa do que a mãe, não arrumou outro marido e pode criar os filhos sem que ninguém tentasse interferir. Por que a mãe não fez o mesmo? Não pouco mais de um ano depois de ficar viúva, ela se casa com este louco (SANCHES NETO, 2014, p. 125).

O personagem faz uma comparação entre a avó e a mãe, a primeira se manteve sozinha após perder o marido, segundo ele isso é seguir fiel ao luto, a imagem, a tradição pela conservação da história do marido, como algo que reflete o poder da aliança eterna, que não seria possível de ser rompida mesmo com a morte, conservar-se a tradição e a lealdade ao casamento e a responsabilidade com a maternidade em mais profundo grau e intensidade.

Ao discorrer sobre o comportamento da mãe, Miguel critica o segundo casamento, sugerindo que esta tivesse se mantido como a avó, fiel e não permitido a interferência de um desconhecido na criação dos filhos, isso porque o personagem apresentava desacordos em relação ao que o padrasto impunha em seu papel de domínio, para com a mulher e os filhos não legítimos.

Beauvoir (2016) explica que o casamento assume também relevância para o homem, pois através deste ele se vê como um adulto importante, mesmo que sua função paternal seja pouco presente, pelo casamento ele se impõe em soberania em relação à mulher e filhos. Para a igreja, a mulher deve permanecer unida ao homem, e sendo uma boa esposa ela se torna uma santa abençoada. A representação feminina permanece ainda na atualidade vigorosamente associada ao papel de mulher-mãe, como se apenas na maternidade ela se “encontra”, no que há de mais primitivo para a sua existência.

Identificamos na cena literária o elo matrimonial e familiar, a estrutura que direciona a família, os ajustes possíveis para que, através da união, possa seguir o que está posto no grupo social, ao tempo que podemos refletir sobre os encargos que recaem sobre a mulher, estando sempre a ser julgada.

Trazendo esse mesmo discurso para a atualidade, consideramos que a mulher que por escolha decide não se casar, não ter filhos, ou mesmo ter o filho e não ser casada causa estranheza, pois as cobranças da sociedade para segmentos do modelo tradicional de família encontram-se ainda como traços marcantes na cultura, principalmente se estão relacionados à mulher.

3.2 Mulheres na luta em *Chove sobre minha infância*

Carmem é uma personagem emblemática na história, viúva, ainda na juventude, mantém-se no papel que já desempenhava na família, revelando que seu marido pouco desempenhava funções laborais no campo:

Trabalhava na lavoura o menos possível, deixando o serviço para a esposa, a pequenina Carmem, também espanhola, que vai falecer aos 87 anos sem nunca ter ido ao médico... 'A sua viúva oficial ficou com quatro filhos, uma menina e três meninos, e alguns mil pés de

café para tocar. Com a morte dele, nada mudou para a família que tirava o sustento da lavoura' (SANCHES NETO, 2014, p. 18-19).

A avó era uma mulher que além do espaço doméstico trabalhava na lavoura, cumpria seus papéis enquanto o marido pouco se envolvia nos trabalhos braçais e da casa. Este relato histórico deixa evidente sua autonomia e responsabilidade num contexto que naturalizava o comando do homem. Sendo assim, a personagem Carmem ilustra o trabalho da mulher no campo, com algumas evidências de que não era totalmente submissa ao marido, mas sim contribuía para prover o sustento familiar e, após a morte do esposo, a família não sentiu prejuízos econômicos, pois antes mesmo era ela que assumira esta responsabilidade.

Conforme Silva *in* Del Priori (2018), desde o período conhecido como colonato, famílias eram contratadas para trabalhar nas grandes fazendas e as mulheres tinham um papel bastante relevante neste sistema, trabalhando em casa, na roça e no cafezal, tendo um acúmulo de tarefas que exigia mais horas de trabalho da mulher do que do homem.

Assim, não havia uma total submissão da mulher, mas o objetivo era manter a família em sua totalidade, desse modo as mulheres representavam papéis que mantivessem essas representações sociais, “todavia, não se pode afirmar que as colonas eram absolutamente submissas. Em qualquer relação de dominação, há a manifestação do contrapoder, da recusa por parte dos dominados” (SILVA, p. 575 *In* DEL PRIORI, 2018).

As tarefas cotidianas do trabalho em casa, cuidados com os filhos e as atividades no campo a expunham a exploração do trabalho em uma sobrecarga de afazeres que contemplavam a necessidade da família. Mas, cabe ressaltar que o fato da não submissão total implica no excesso de tarefas, quanto mais fazia pela família, mais distanciava o marido dos serviços laborais do campo, mais a mulher era e é explorada, enquanto ele segue o comodismo sobre a condição de ser homem.

A partir das vivências sobre o marido de Carmem Escobar evidenciamos um comportamento típico do homem machista. Ao sair de casa para flertar com outras mulheres exercia um poder socialmente aceito para o homem:

Em seu cavalo branco, é assim que meus tios-avôs o descrevem, desfilava pelas colônias vizinhas, paletó de linho, chapéu de aba

larga, requisitando a atenção das moças disponíveis em suas janelas de madeira e solidão (SANCHES NETO, 2014, p 18).

Podemos notar aspectos de domínio e poder socialmente concedido a ele, pois Carmem aceitava com certa naturalidade a conduta do esposo com relação às outras mulheres. Ela dedicava-se a família, ao marido e a lavoura, ele não participava da mesma forma da vida familiar e laboral, mas tomava as decisões e detinha o poder.

A imagem pode ser lida a partir de elementos simbólicos, ele em seu cavalo branco, simbolizando seu poder, sua posição social, pois está topograficamente mais elevado do que os outros, principalmente do que as mulheres. Seu traje, paletó de linho, o chapéu de aba larga, revelam sua condição econômica, ressaltando o poder decorrente da condição social e financeira, indícios simbólicos de como se constroem as relações de poder e domínio.

Essa conduta apresentada pela narrativa evidencia o que Silva (2018, p. 574) ressalta, pois “num primeiro momento, as mulheres colonas cumpriam seus papéis de produtoras de braços para as lavouras de café, sob a batuta do pai-marido-patrão”. Na fala da avó Carmem:

A gente trabalha muito, mas muito mesmo, na lavoura. E em certos dias não sobrava comida pra mim. Então eu trabalhava com fome, carpindo, embandeirando café, abanando, ensacando. Eu trabalhava mais do que os preguiçosos dos irmãos do Miguel. E ainda cuidava das crianças (SANCHES NETO, 2014, p 24).

No trecho acima nota-se que Carmem assumia o papel braçal, que não dependia do marido para trabalhar, passava por situações que optava em alimentar os filhos e os demais, ficando sem o alimento em prol das necessidades da família. Essa atitude revela a submissão servil da mulher nas famílias do campo e a exploração da sua força de trabalho. Essa revelação da avó registra a condição da mulher sob o domínio do homem, muitas vezes extrapolando as relações de pai e marido (família), aproximando-se das relações entre patrão e empregado, como explicou Silva (2018).

Tais questões nos fazem refletir e repensar as relações corporais alusivas ao físico feminino. Beauvoir (2016) afirma que dados etnográficos da sociedade primitiva trazem contradições, por não haver afirmativas de que o corpo da mulher

teria tantas diferenças em relação ao do homem, mencionando os músculos e o aparelho respiratório. A avó Carmem lembra que “muitas vezes trabalhava mais do que os cunhados” e nas funções que requeriam força física.

Naquele contexto, a atribuição do trabalho “pesado” à mulher estava atrelada ao entendimento de que os homens deveriam ficar com as mãos livres, com intuito de defender o comboio de possíveis ameaças, ideia de proteção, de poder. Para Bourdieu (2014) os vestígios de uma herança arcaica da sociedade em relação às diferenças entre os sexos permanecem latentes na sociedade. São mantidas nas percepções que a mulher tem do seu corpo, representações subjetivas construídas a partir do outro e na visão que o homem tem de sua supremacia em relação à mulher.

Características comportamentais que envolvem a ideia de delicadeza e de leveza parecem tendenciosas ao excluir do alcance feminino tarefas que poderiam ser muito bem desempenhadas por ela e com remuneração igual ao do homem. A sociedade, na construção da identidade da mulher, atribui a ela os trabalhos considerados mais fáceis, de pouco prestígio, reconhecimento econômico e visibilidade social, o que implícita numa estrutura de divisão sexuada do trabalho.

Bourdieu (2014) analisa que isso é percebido pela sociedade como uma lógica social denominada de “vocação”, na qual o próprio sistema configura a mulher com naturalidade às tarefas consideradas subalternas.

No entanto, é necessário problematizar a questão, pois essa é uma condição contraditória frente as atividades assumidas pela avó Carmem. Como mulher trabalhadora do campo sempre esteve a desempenhar tarefas na lavoura, as mesmas desempenhadas por homens, recebendo pouco ou nenhum reconhecimento por parte do grupo social, um trabalho invisibilizado para não macular a imagem do homem.

Os estereótipos de força física e simbologias da masculinidade para assumir o trabalho braçal pesado são mantidos apenas nos discursos, pois na prática a história da obra traz a práxis feminina e nela a realização dos trabalhos que exigem força física, para os quais ela não deixa nada a desejar. Desse modo, essa condição pode ser visualizada como exploração do seu trabalho na sobrecarga e acúmulo de tarefas que estão relacionadas ao lar bem como fora dele, ficando restrito ao homem todas as recompensas de reconhecimento e econômicas.

Em nenhum momento o personagem Miguel traz relatos da independência ou do contato das mulheres na manipulação de dinheiro, tão raramente de cuidados pessoais consigo mesmas, pois tais práticas não correspondiam ao grupo, uma imagem social pouco valorizada da mulher, com intentos apenas para a dedicação aos membros da família, por vezes esquecida na sua rotina, na sua vaidade, no seu bem estar físico e emocional.

Sendo assim, cabe pensar as relações estabelecidas com familiares, incluindo as várias formas de culturas e contextos, os quais fundamentam e organizam a construção das identidades (SILVA 2000). As histórias narradas sobre a personagem Nelsa, por exemplo, trazem evidências de comportamentos silenciados desde a infância, baseados nas manifestações compartilhadas e vivenciadas junto ao núcleo familiar. Em um de seus relatos ao filho, diz:

Se a mãe estivesse comigo, compreenderia a minha necessidade de tirar o diploma, quem sabe de normalista. Mas ela estava morta e meu pai quase nunca aparecia pra me ver... A vó achava melhor que eu crescesse burra apenas pra não dar o que falar... Eu querendo falar, mas sem poder. Queria chorar no colo de alguém, mas de quem, tudo o que me restava era engolir o silêncio (SANCHES NETO, 2014, p.59).

Nelsa foi criada pela avó, que a retirou da escola desconsiderando seu interesse em frequentar as aulas e obter o diploma. No ambiente cultural da família tradicional patriarcalista, a relevância para frequentar a escola era pouca, de acordo com Louro *in* Del Priori (2018, p.446), no discurso hegemônico as mulheres “deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, direcionamentos para a educação moral, ensinamentos que as preparassem para ser esposa e mãe. Para a sociedade a primeira educação da mulher seria a de educar seus próprios filhos.

A obra revela algumas evidências de diferenças e divisões na representação social da mulher como no caso de Nelsa, a vontade de seguir com os estudos não foi atendida, pois não correspondia ao que socialmente se esperava de uma mulher. Estudar não era significativo no contexto, pois a mulher precisava estar envolvida nas tarefas consideradas femininas, por isso o desejo de Nelsa de estudar foi silenciado pela avó.

Para a avó crescer “burra”, não daria o que falar. Desse modo, a filha se ajustava a divisão dos sexos, assegurando a estrutura de diferenças de poder entre homens e mulheres.

Os comportamentos aprendidos desde a infância contemplavam funções que contribuíram para a formação identitária de Nelsa, dentre elas o zelo e a prestatividade aos filhos e ao marido. Habilidades culinárias, os serviços domésticos e o trabalho como costureira, pois para desempenhá-lo não precisava sair de casa. Seus comportamentos e trabalhos foram consequências de decisões tomadas pelo pai e pelos maridos, não tendo ela o poder de fazer suas escolhas. Assim, percebe-se que a construção de sua identidade foi gerenciada pelos homens, restando-lhe pouca ou nenhuma autonomia, mas sim a obrigatoriedade da aceitação dos padrões do seu grupo social.

O desejo de estudar não foi concretizado, no entanto, demonstrava alegria e satisfação ao ver o interesse do filho Miguel pelas letras. Isso fica notório, pois havia incentivos para a leitura e a escrita, “a mãe insistindo no estudo, o pai no trabalho” (SANCHES NETO, 2014 p. 123). Ela consegue entender o filho e seu interesse pela formação acadêmica, mesmo que em várias situações omitia tal incentivo para não contrariar a opinião do companheiro Sebastião.

Bourdieu (1989), ao apresentar os sistemas simbólicos como estruturas para estabelecer a ordem social, destaca a “cultura dominante” como a que manipula interesses peculiares a fim de normatizar aspectos culturais que tendem a predominar em um grupo. Nas relações de comunicação o poder simbólico se manifesta, em suas nuances veladas:

A mãe dá razão ao filho, mas não quer contrariar o marido, um homem sério e trabalhador, só que lá com as ideias dele, como o seu principal argumento: estudar não serve pra nada, só pra ficar longe da realidade (SANCHES NETO, 2014, p. 210).

Diante das contradições existentes no contexto familiar, entre o que a mãe e o padrasto almejam para o filho, ela desconsidera sonhos e desejos pessoais para não manifestar posição contrária ao companheiro. Também sofre, pois gostaria que o filho realizasse os estudos contribuindo com algumas ações para ajudá-lo, sem que Sebastião soubesse. Ela lutava de forma silenciosa contra o poder dominante do marido, no entanto, era influenciada pela formação cultural, pois ficava evidente a

admiração e o apressado pelo homem da casa, afinal, para ela Sebastião era “boa pessoa”.

Quando chego em casa, a mãe começa a chorar porque sabe que o marido dela ficará bravo (SANCHES NETO, 2014, p. 163).

Conveniência e ajustes familiares eram comuns para garantir a perpetuação da imagem da família tradicional. No fragmento, o sentimento de tristeza expressado pelo choro, mencionado pelo filho, revela a submissão da mulher, o medo, o silêncio, a opressão por não se sentir no direito de manifestar o apoio ao filho. Ela reconhece as artimanhas do esposo, o domínio autoritário perante sua fragilidade, laços culturais que consolidaram o poder a ele concedido.

Conforme Beauvoir (2016, p.186), tradicionalmente o destino da mulher é o casamento, ele mantém sua autonomia e ela segue sob o domínio do pai, dos irmãos e do marido, pois “sempre foi dada em casamento a certos homens por outros homens”. Contratos simbolicamente assinados pelo sogro e o genro e a ela a restrição quanto o seu direito de decidir a própria vida. A herança que ela recebe é o sustento e os presentes, aos quais retribui ao prestar serviços de cuidados a ele e a família.

O sentimento de Nelsa, evidente no choro, nos leva a compreender que estava se sentindo triste, impotente, podendo ser analisado sob a ótica do silenciamento. Ela tende a negar sua singularidade e passa a consentir a singularidade do outro, fundamentado no exercício das suas funções femininas, conforme explica Beauvoir (2016).

Desse modo, podemos entender que para o rompimento da passividade enquanto mãe e esposa ela deveria deixar suas qualidades essenciais da feminilidade, traços socialmente esperados da representação da mulher, o que limitava seu enfrentamento ao marido. Nelsa não consegue romper com a estrutura social, tanto pela dependência emocional quanto pela econômica e cultural. Tal postura levaria a romper com a honra e a autoridade do marido, “o direito natural dos homens a posição de poder” (BOURDIEU, 2014, p. 98).

Construções históricas das crenças que diferenciam o homem e a mulher estão presentes na sociedade desde a antiguidade. Na obra as representações sociais e identitárias das personagens aparecem no conjunto de papéis desempenhados por elas, fixados nos ideais históricos e sociais da época, situados

nas vivências do meio rural. No comportamento de Nelsa e Carmem fica explícita a submissão à ordem histórica, cultural e de referências aos costumes patriarcalistas. Essa submissão garante a manutenção das ideologias do grupo familiar, corroborando Beauvoir (2016).

A literatura, portanto, suscita reflexões sobre essas questões e contribui para pensarmos a face histórica das relações entre homens e mulheres. O caminho a percorrer para novos significados nestas relações se faz indispensável e deverá ser compreendido também pelo homem. Os papéis e as identidades precisam ser reconstruídos a partir de outros sentidos, com vistas à superação das ideologias que reproduzem a dominação, para assim conseguir estabelecer relações mútuas de direitos, respeito e igualdades entre os sexos.

Verifica-se, na história dessas personagens mulheres, a reprodução de condutas advindas de costumes familiares, da cultura do sistema patriarcalista, influenciadas pelos propagados dotes femininos de dedicação ao marido, filhos e a cultura doméstica, cristalizados e conservados em prol da ordem social. As mulheres Nelsa e Carmem trazem a reprodução de comportamentos que dificultavam a tomada de consciência sobre suas identidades. Pois a estrutura social e cultural, com toda a complexidade de crenças fixadas no modelo de família, oprime profundamente a imagem da mulher, constituindo-se em violência simbólica, fazendo com que o percurso para a tomada de decisões e as posturas de independência sejam processos longos e dolorosos.

Algumas manifestações do pensamento e da linguagem levam a considerar as reflexões das personagens que por algum momento tentam romper com o que está normatizado. No entanto, não conseguem dar outro sentido para as relações, voltam-se novamente a reproduzir o que mantém o sistema de valores que vivenciam, revelando que todas as mudanças na cultura e nas relações de poder, para que de fato sejam modificadas e ressignificadas, são lentas, espinhosas e difíceis.

A partir das personagens, duas gerações de mulheres, entende-se que a reprodução de comportamentos se assemelha e ambas se inclinam a entender suas funções como obrigatórias e naturalizadas, limitando-se ao território doméstico e familiar. Em situações que poderiam ter vez e voz para se posicionar, não encontram espaço e força para enfrentar valores e lutar por outras perspectivas,

espaço e respeito, mas acabam voltando-se às condutas que atendem as expectativas do marido, dos familiares e da sociedade, na maioria de submissão, obedecendo à lógica tradicional sobre ser homem e ser mulher.

As trajetórias de Carmem e Nelsa foram marcadas pela história, pelo ocultamento de seus pensamentos e identidades. Revelam a condição de submissão vivida por muitas mulheres, as do passado e as do presente, assim como a violência simbólica sofridas por elas devido o poder concedido ao homem.

Embora fique claro que ambas contribuíram significativamente para perpetuar os bens econômicos da família, para manter o grupo unido e para a educação dos filhos, apenas ao marido é concedido benesses do trabalho, sendo que elas permanecem na invisibilidade do reconhecimento. A obra literária registra a realidade histórica de mulheres que sofrem de maneira silenciosa as mazelas do poder e do domínio masculino.

3.3 A violência simbólica e as mulheres

O conceito de violência simbólica de Bourdieu (2014) permite compreender melhor as relações de poder na sociedade. A violência analisada refere-se a um fenômeno multifacetado com raízes histórico-culturais que atravessam a vida de todas as mulheres, de distintas maneiras.

A violência é marcada pelas diferenças de classes, de gerações, de territórios, de gênero, e impacta nos corpos femininos e masculinos sob exigências de ser e de representar o que se espera de cada um. As inscrições nos corpos sobre o ser homem enfatizam a nobreza e a honra, conforme analisa Bourdieu (2014), as quais também lhe causam condições sociais quanto os encargos da virilidade de ser homem. À mulher, a honra está associada ao contrário, pois nela o valor se associa a virgindade e a fidelidade ao homem.

A virilidade masculina é “[...] construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino” (BOURDIEU, 2014, p. 79). Eis aqui a insegurança do homem diante do domínio feminino, fator que gera diversas formas de violência para assegurar o domínio masculino, fragilizando a representação da mulher na sociedade.

Acentuadas tarefas de masculinizar o corpo do homem e feminizar o corpo da mulher são inclinações que validam a dominação, assim sendo, a violência está também nos detalhes que inúmeras vezes não são percebidas em meio a discursos que diferenciam, como no fragmento da obra, relato do personagem Miguel:

Eu tenho pouca experiência saio disparado na frente do meu batalhão de mulheres. Elas param, conversam e erguem sem vontade a enxada, olhando pro céu, à espera de uma pancada de chuva pra correr em busca de abrigo (SANCHES NETO, 2014, p. 232).

Não podemos pensar nas mulheres em situação de violência, sem estar interligada com as questões que permeiam a diferença dos sexos, o personagem ainda em sua adolescência expõe essa distinção de sua percepção para com as mulheres, inscrita nos corpos quando ele argumenta que sua inexperiência o faz ainda mais produtivo do que elas. Além disso, expõe sua percepção acusando o pouco envolvimento ou a pouca disposição delas para o trabalho braçal, pois esperam a chuva para se abrigar.

Esse discurso revela na percepção dele a representação da fragilidade da mulher, a sua agilidade comparando-se a delas, bem com a necessidade delas de abrigarem-se da chuva, enquanto ele, homem, está focado no trabalho. Nesse discurso, a lentidão e as conversas, e a pouca vontade descrita por ele, são distinções e reproduções de conceitos associados ao feminino.

Essas imposições e percepções dos corpos, conforme Bourdieu (2014), são determinações “[...] continuadas, silenciosas e invisíveis” que conduzem às mulheres aceitar a diferença dos corpos, seja na sociedade ou no ambiente familiar, onde tendem a realizar com docilidade, felicidade e harmonia as tarefas consideradas subalternas e subordinadas como sua devoção para executá-las.

Para Pinski (2018) a mulher idealizada, que se dedicava ao lar, anuncia o sucesso do marido. Ao estar fora deste ambiente sofre crítica, julgamentos, desvalorização, pois compromete a manutenção da família. A ela também se atribui encaixar as necessidades da família ao orçamento, responsabilidade enorme a seu encargo e caso essa viria a falhar, a história relata casos de violência física como forma de consequência, pois “a boa dona de casa é econômica e criativa” (PINSKI, 2018, p. 497).

Esses comportamentos culturais podem ser observados como limites para o futuro das mulheres, pois legitimaram ao longo da história a centralidade da vida doméstica, da família e da religião. Ainda hoje refletem, mesmo após a mulher ter saído para o mercado de trabalho, as funções que lhe foram atribuídas no passado, requeridas em jornadas de trabalho externo e internos, acumulando as tarefas de ambos os espaços.

Ao discorrermos sobre o casamento e a maternidade na atualidade, uma das questões mais recorrentes diz respeito a escolha da mulher em ser ou não mãe, pois historicamente essa ligação se estruturou e se fortaleceu. Não significa que ser casada é uma obrigatoriedade para ser mãe, mas essas exigências culturais constituem-se em ação de violência simbólica, algo obscuro nas relações que exigem da mulher a maternidade, como a própria associação de si mesma para esta função.

O personagem Miguel, ao compartilhar situação de relacionamento com uma menina, recebe do amigo a orientação para que “[...] faça tudo que você quiser. Elas gostam. Senão vai pensar que você é frouxo (SANCHES NETO, 2014, p.110). Neste trecho analisamos o pensamento masculino quando se refere ao direito de fazer o que quiser no relacionamento íntimo com a menina, com o corpo e o sentimento dela. O discurso do rapaz alude que esse comportamento autoritário é prazeroso para ela. Caso contrário, se o homem se detiver aos desejos da mulher, será julgado como frouxo, associando a ideia de pouco vigor, comportamento inaceitável como característica masculina.

Esta visão do homem sobre sua masculinidade compromete e constitui-se como forma de violência à mulher., de forma a complementar ao modo como o desejo da mulher é visto. Passa a ideia de que ela não tem direito de escolha sobre seu corpo, que não tem direito ao prazer, que quando está com um homem deve aceitar as condições dele. O consentimento feminino nesse tipo de relação, seja familiar ou não, nas ações do cotidiano e em situações de domínio masculino perpetua o domínio masculino, como nos mostram os fragmentos trazidos da obra autoficcional *Chove sobre minha infância*.

Retomamos aqui a questão dos sistemas simbólicos, pois são esses mecanismos, exercidos por grupos que ocupam posições dominantes e causam impactos na vida social, presentes na religião, no Estado, nas Leis, na língua, nos

comportamentos e discursos (BOURDIEU, 1989), assim marcando as junções do poder, por serem estruturados e terem a finalidade de organizar o mundo social.

As mais diversas formas e relações de poder existem no cotidiano histórico-social e cultural, ora de forma velada e envolvente ora em formas normalizadas pelo senso comum e para que se mantenham essas estruturas sociais, os sistemas simbólicos, instrumentos de comunicação e de fundamentos, atribuem valores às práticas sociais e fortalecem as distinções necessárias para a continuidade dessa estrutura (BOURDIEU, 2017). Sendo assim, buscamos refletir, analisar e compreender a ideologia da família patriarcal com características e crenças, reconhecidas nas diferenças, nas prioridades e nas imposições sociais mascaradas, naturalizadas e envolventes.

Nelsa, Carmem e dona Gasparina, são mulheres que refletem o contexto social, as disposições inscritas para o matrimônio e a maternidade, estando elas em funções que revelam tais representações. A personagem Nelsa, em seus casamentos, traz os encargos sociais que decorrem do arranjo do pai, pensando em questões econômicas, pois ela sozinha não daria conta de sustentar a família, “daí descubro o homem deitado na cama da mãe” (SANCHES NETO, 2014, p.73). Miguel percebe a proximidade entre a mãe e Sebastião, enfim descobre que não seria mais o único homem da casa, o que lhe traz alguma frustração e descontentamento.

A obra revela a presença de Antônio, Sebastião e de Zé - Zabé em passagens sobre assuntos de poder decisório na família e não nos cuidados cotidianos com os filhos, como se essa função não lhes pertencesse e sim apenas os encargos do exercício da autoridade e a centralidade do poder.

As três mulheres passam pela experiência do matrimônio e da maternidade, sendo a família o que teria de mais importante, circundando entorno da maternidade como determinante da representação feminina, assim compreendida como “[...] filha obediente, esposa submissa, mãe dedicada, é temente a Deus, virtuosa e recatada”. (PINSKI, 2016, p. 472). Esta imagem também construía para os homens como deveria ser a mulher e assim os segmentos para o matrimônio e a busca pela mulher idealizada.

Deste modo a imagem idealizada da boa mãe, na dedicação, na responsabilidade da criação dos filhos, é percebida como condição de ser feminina.

Na obra o personagem relata a situação em que o enteado da mãe verbaliza “[...] Mãe, estou com saudade da comida da senhora. E a mãe quase chora ali porque é a primeira vez que ele chama a mãe de mãe” (SANCHES NETO, 2014, p. 85).

Evidenciamos, ao interpretar o momento emotivo de Nelsa, a satisfação pelo reconhecimento de sua função maternal, quando o filho de Sebastião lhe faz um pedido que indica o envolvimento afetivo, como se neste momento a família se completasse novamente. Para Beauvoir (2016, p. 315), a mãe se deleita ao sentir-se necessária, ao atender as exigências dos filhos, não esperando necessariamente a reciprocidade destes, mas pela justificativa do consentimento masculino e pela religião que consentem que “toda mãe é exemplar”.

O matrimônio e sua estreita relação com a maternidade se mantêm após décadas, a esposa ideal responsabilizada pela harmonia do lar, pela felicidade com o conjugue, a paz na família, desdobramentos femininos para a satisfação do macho, contemplam, para Lane (1989), a afirmação de que o indivíduo é determinado e determinante no contexto social, assim reproduz a condição de vida do que é certo e do que é errado. Comparamos as mulheres nos desdobramentos da obra *Chove sobre minha infância*, que vivenciam com naturalidade o papel principal de toda a trajetória na família, vislumbrados na alienação da realidade subjetiva da responsabilidade materna.

Neste momento a teoria de Lane, precursora da psicologia social no Brasil corrobora com Bourdieu quando ele discorre sobre a violência simbólica, quando as cobranças para com a mulher sobre a maternidade e o matrimônio provocam a adesão às manifestações de poder do masculino, sendo que tal violência não está inscrita nos corpos, mas na sociedade como reprodutora “[...] cuja lei fundamental é que as mulheres nela sejam tratadas como objetos que circulam de baixo para cima” (BOURDIEU, 2014, p.65).

Para Bourdieu (2014), esses são princípios da inferioridade feminina que contribuem para reforçar e aumentar o poder do homem. Sendo assim, com estas reflexões queremos mostrar que as relações sociais também se constituem de formas diferentes, classes, grupos e tempo histórico, mas que essas dialogam a partir do patriarcado, modelo solidificado na formação da sociedade brasileira, analisado nesta pesquisa.

Os jogos sociais que simbolizam o capital e o poder são situações que exprimem a violência contra a mulher. Na obra verificamos as diferenças quanto aos trabalhos, determinados por funções que cabem à mulher e ao homem. Quando refletimos a partir da realidade, sobre as práticas sociais e culturais compreendemos que elas ainda revelam que o espaço ocupado pelo masculino é mais valorizado, como consta nas considerações de Lane (1989). Desse modo compreendemos que é por meio do uso da linguagem, do pensamento e das ações que acontecem as inclinações fundamentais para a consciência de si e do outro.

Refletir com base em Lane (1989) para esta construção analítica sobre o ser que é social nos instiga a pensar na mulher, numa participação na sociedade que está estritamente ligada as suas funções e ao seu corpo. Essa relação limita a própria visão de si, ao que se espera dela, caracterizando-se em violência simbólica, que não advém apenas do homem, mas da sociedade que mantém a estrutura machista e autoritária em vigor.

A violência simbólica se apresenta e decorre das relações de poder, nos comportamentos do homem com a mulher, e muitas vezes ela não compreende tal conjuntura que a violenta. Verificamos, em sua maioria, situações de aceitação, onde as imposições e ações advindas do homem ecoam com ares e tons de veracidade sob os corpos femininos.

Conforme reflexões a partir de Freyre (2013), as significativas influências dessa estrutura advêm do poder patriarcal, dos parâmetros que diferenciam ambos os sexos, sendo a mulher objeto patriarcal, representada e vinculada ao trabalho doméstico não remunerado, e as situações de violências física e psicológica como formas de controle social feminino. Essa estrutura pode ser percebida desde as relações da infância, pois dentro de uma mesma cultura há diferenças no modo de vida sobre ser menino e ser menina.

Tais distinções, sinalizam a violência, simbólica e invisível que passa pela estrutura do modelo patriarcal, na sociedade e nas relações familiares, estando o feminino a representar seu papel social correspondendo as expectativas, sob formas de ser comum e ideal que elas assim se comportem, produzindo e reproduzindo a violência que se distancia de marcas físicas, mas com força e vigor de violentar emocionalmente a construção do feminino na sociedade.

Como umas das imposições sociais, indiscutivelmente associada ao patriarcalismo, o casamento e conseqüentemente a maternidade, configuram violência simbólica, construída por toda a sociedade e trazida para a contemporaneidade como os acontecimentos transcritos da obra *Chove sobre minha Infância*, que reverberam a representação feminina essencialmente associada ao marido, ao casamento, aos filhos e a família.

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa analisou situações de violência simbólica voltadas às mulheres e vivenciadas no cotidiano em relações familiares, questões interpretadas em *Chove sobre minha infância*, de Miguel Sanches Neto, obra da literatura contemporânea. A narrativa nos deu subsídios para visualizar acontecimentos de vivências comuns na família brasileira, que repercutem o modelo patriarcal na transmissão de ensinamentos que são reproduzidos para manutenção da ordem que se instaurou pelo domínio masculino.

As reflexões desse estudo estabeleceram diálogos interdisciplinares, nas interfaces das diferentes áreas do conhecimento como da literatura, da sociologia, da psicologia e da história. Nas fronteiras culturais foi possível pensar sobre a identidade feminina e a obra contemporânea apresenta modelos marcantes de estruturas tradicionais e patriarcalistas, resquícios de construções históricas enraizadas na cultura nacional. Desse modo a narrativa contribuiu para compreendermos as representações femininas e masculinas, aspectos sobre o poder simbólico e práticas de violência simbólica que atingem as mulheres no seio familiar.

Com base nas compreensões sobre o sistema do patriarcado foi possível analisar comportamentos reproduzidos nas relações que a obra literária espelha, os quais demonstram que o patriarcalismo permanece consolidado *sob* suas formas violentas, algo que ainda não foi superado em nossa cultura e que se revela latente em meio aos costumes e na naturalização dos papéis sociais atribuídos ao homem e às mulheres na sociedade, principalmente na família.

As análises dos fatos literários permitiram perceber as simbologias que representaram a violência simbólica, nos relatos trazidos pelo personagem narrador Miguel Sanches e explorar pelo olhar crítico o que parece comum e aceito socialmente. Por meio de seus discursos, foi possível analisar a percepção sobre as mulheres, historicamente pensadas em suas diferenças em relação ao homem na questão biológica, assim como a reprodução desses estereótipos da divisão dos sexos no núcleo familiar da narrativa.

Problematizar as condições das mulheres casadas, mulheres trabalhadoras que residem no interior do Paraná, bem como das “mulheres pintadas”, prostitutas

do vilarejo, personagens que também são retratadas na obra, aludiu para padrões atribuídos e reproduzidos por uma sociedade estabelecida por padrões culturais que privilegiam o domínio masculino e reproduz a violência simbólica no cotidiano das relações. As mulheres casadas vivenciam essa violência na família, espaço onde a conservação e a reprodução de comportamentos cerceiam a autonomia feminina em prol da manutenção dos padrões sociais para a família patriarcal. As “mulheres pintadas” vivenciam a violência simbólica ainda mais rigorosa, pois além daquela atribuída ao gênero, também vivem a exclusão social, econômica, restrições aos espaços considerados impróprios a elas para manutenção da honra e da tradição das famílias conservadoras e tradicionais.

A violência simbólica na relação entre Nelsa e Sebastião está presente nas representações dos papéis domésticos culturalmente atribuídos à mulher, de zelar pela casa, pelo alimento, cuidados com os filhos e com o marido, na pouca ou nenhuma participação dela nos direcionamentos para os negócios e até mesmo para alguma autonomia em relação aos filhos e a si própria. A família pouco reconhece o trabalho doméstico realizado por Nelsa (ou outras mulheres), a sua função se torna tão domesticada quanto o ambiente em que vive, como se tais serviços obedecessem a uma lógica associada ao sexo feminino, não havendo também nenhuma retribuição em dinheiro pelo trabalho desempenhado.

O domínio do homem sobre a mulher é uma construção histórica, de alienação, exploração, violência e poder. Mesmo que já ocorreram mudanças nesse cenário, em decorrência de movimentos sociais e organizações femininas desde o último século, como por exemplo, as teorias e o movimento feminista, a ressignificação de práticas e concepções acerca do papel da mulher na sociedade contemporânea se fez e se faz lentamente. Sendo assim, ressaltamos a necessidade de construções de novas possibilidades para as identidades femininas e a sua representação social.

O lugar ocupado pela mulher na família analisada, por exemplo, apresenta o envolvimento para a conservação e perpetuação de sentidos e comportamentos que asseguravam a união familiar. A família tradicional representada na obra conserva estereótipos associados aos sexos e o personagem Miguel ao discorrer sobre sua história de vida nos revelou os papéis sociais atribuídos às mulheres naquele contexto, o que nos possibilitou a compreensão das situações que sinalizaram a

violência simbólica sofrida por mulheres silenciadas. Assim, foi possível perceber que certas práticas da contemporaneidade dialogam com o sistema do patriarcado, reatualizam esse sistema continuamente. No entanto, cabe destacar que não nos limitamos a compreensão generalizada de que todas as relações são iguais.

No espaço social da obra caracterizam-se acontecimentos rotineiros de uma família com vivências típicas do interior, onde as relações de poder e domínio não trazem ao leitor suas verdadeiras faces, mas que revelam a violência simbólica na reprodução das condutas autoritárias, de simbologias marcantes com tendências naturalizadas. Neste imbricamento de comportamentos femininos e masculinos as ações rotineiras desvelam a reprodução do sistema da família patriarcalista, da exigência de submissão da mulher a autoridade do patriarca.

Compreender que a sociedade está em constante transformação é fundamental e considerar que ao longo dos tempos modificamos práticas, conceitos, crenças, como evolução social dos corpos e do pensamento faz parte desta construção social. Porém, é importante visualizar que ainda existem significativas evidências de que as práticas do modelo patriarcal continuam vigentes, e permanecem solidificadas com naturalidade nas representações de ser mulher e de ser homem, seus comportamentos e pensamentos.

Na prática profissional com a psicologia, sentimentos de inferioridade são relatados por mulheres, sentimentos de medo, inseguranças, angústias e culpa em momentos que elas não conseguem atender as necessidades do meio familiar. Os ecos dessas violências resultam em efeitos dentro da instituição familiar, espaço onde muitas formas de violência simbólica acontecem. A opressão e a vida familiar mostram-se centradas em uma cultura que a todo o momento quer legitimar o feminino apenas nas vivências domésticas e religiosas. A mulher vista pelo homem como esposa ideal, mãe zelosa e cuidadosa, boa cozinheira, fiel, submissa, com pouco ou nenhuma autonomia e independência, constitui-se em uma visão associada ao homem, crença propagada para a função feminina, objetificada pela cultura patriarcal.

Não podemos generalizar, ao afirmar que tais condições analisadas no texto aqui apresentado se fazem presentes na vida de todas as mulheres, a história nos revela que a mulher também superou aspectos do machismo e a ocupação doméstica. Mas cabe ressaltar que ao sair para o mercado de trabalho encontrou

outras limitações referenciadas pelo patriarcalismo, como diferenças marcadas pelos trabalhos considerados adequados ao feminino e ao masculino, as diferenças salariais por vezes na ocupação de uma mesma função. Observamos que tais valores continuam firmes e fortes, infelizmente.

Ressaltamos a colaboração da psicologia no diálogo com a literatura ao manifestar o olhar cuidadoso às necessidades, às angústias, aos sofrimentos e às lutas femininas para que de fato a mulher ocupe a posição social digna de toda sua força e de sua indiscutível importância para a sociedade. Os olhares precisam estar voltados para os caminhos que lhes pertencem, da igualdade, da liberdade, da autonomia, da satisfação e da felicidade enquanto existência feminina, mesmo que, mudanças de pensamentos e a compreensão sobre a sociedade, em especial sobre a mulher, não acompanhem as condições materiais da existência, cita-se o preconceito, o machismo, dentre outros limites que as mulheres encontram nos papéis sociais que lhes são atribuídos.

Como observado nas premissas de Bourdieu (2014), em *A Dominação Masculina*, a violência simbólica está marcada nos corpos femininos e assim estabelece funções sociais preservando comportamentos. Os papéis sociais feminino/masculino são influenciados pelas expectativas alheias, sejam elas determinações físicas, sociais e psicológicas do corpo da mulher, delimitações sobre o corpo da mulher, bem com o que faz dele no meio social.

A partir do diálogo entre a narrativa literária e a experiência profissional, enquanto psicóloga no atendimento clínico, amplio as reflexões acerca da violência simbólica a partir de fatos relatados em situações de acolhimento psicológico do dia a dia. As vivências da ficção e as experiências da profissão revelam o quanto da soberania masculina ainda se faz presente nas relações de poder e o quanto é difícil para a mulher que vivencia essas situações perceber e reagir a comportamentos que reverberam as ações violentas.

Reitero aqui a importância das reflexões sobre a condição das mulheres na sociedade, a qual precisa ser problematizada nas e pelas instituições sociais, pois elas reproduzem a ordem dominante e patriarcal. Isso se faz necessário para que possamos compreender e ressignificar práticas, relações, processos de socialização e de poder e com isso depositamos expectativas de mudanças futuras para a história das mulheres. As análises, interpretativas e reflexivas acerca das

acentuadas relações de domínio do masculino, também evidenciaram situações que mostram a luta por autoafirmação e conquista de espaço, o que evidencia a força e a resistência das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.L. *Regionalismo paranaense: do esboço de uma sinopse de História Regional do Paraná à História do Paraná (1951-1969)*. Ponta Grossa, 2016.

Dissertação (Mestrado Ciências Sociais Aplicada – Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

AREND, S. F. *Trabalho, escola e lazer*. In: PINSKI, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil - 3º reimpressão*. - São Paulo Contexto, 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, ago 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-actualizada-pl.pdf> Acesso em: 25 mai. 2020.

BAKHTIN, M. *Discurso na Vida e Discurso na Arte*. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, 1976.

_____. *O homem ao Espelho*. Apontamentos dos anos de 1940. São Carlos: Pedro & Joao Editores, 2019.

BEAUVOIR, S. *O segundo Sexo fatos e mitos*; tradução Sergio Milliet, 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENBENASTE, Narciso. DELFINO Gisela I, VITALE Nora B. La Contribucion de la psicologia al concepto de poder. Universidade de Buenos Aires. Univ. Psychol. vol.5 no.2 Bogotá Jan./May 2006. nvitale@psi.uba.ar. Disponível em www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S165792672006000200011&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 23/05/20.

BIANCHETTI, Lucido (org) *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 9º ed. atualizada e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helene Kunher. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2ºed.rev. 4.reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

_____. *Coisas ditas*. Tradução Cassia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Razões Práticas Sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Correa – Campinas – SP: Papirus, 1996.

CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. 9 ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro: 2006.

CASTELLS, M. *O poder da Identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, R. 1988 e Cornell University Press, 1982; Editions du Centre Georges Ompidou, 1987. Editions Flammarion, 1985; Instituto de Cultura Portuguesa, 1987; Editions Garnier et Freres, 1986, Promodis, 1984; Pergamon Press, 1986; Ecole Française de Rome, 1985.

CIAMPA, A. C. *Identidade*. (1984). In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

COSTA, M.N. *Transformando o patriarcado? O papel da luta feminista na reconfiguração das teorias marxistas*. vol.41 no.3 Marília July/Sept. 2018 Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2018.v41n3.07.p125>. Acesso em 16/08/2020.

DEL PRIORI, M. *A mulher na história do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ENGLES, F. A família (cap. II). In ENGLES, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 9ª ed. Ed. civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1984.

ESLABÃO, D.R. *O conceito de dominação em Max Weber: um estudo sobre a legitimidade do poder*. II Congresso internacional de filosofia moral e política, ação, justificativa legitimidade. 2011. Disponível em cifmp.ufpel.edu.br/anais/2/cdrom/mesas/mesa5/04.pdf. Acesso 23/05/20.

FAZENDA, I. C. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 2 ed. Campinas, Papirus, 1995.

FAEDRICH, A. *O conceito de autoficção: demarcações a partir da literatura brasileira contemporânea*. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ – Brasil. Itinerários Araraquara, n.40, p.45-60, jan./jun.2015.

FAEDRICH, A. *Autoficção: um percurso teórico*. *Criação e Crítica*, n.17, p.30-46, dez.2016. Disponível em : www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/download/120842/12. Acesso em 11/08/2020.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1ª edição digital. São Paulo. 2013. Editora Global.

GEERTZ, G. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARAES, M.C & PEDROZA, R.L.S. *Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas*. Universidade de Brasília. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>. Acesso em 25/05/20.

HERNÁNDEZ, B. J. TRESSERRAS, J.J. *Gestión del patrimonio cultural*. Editora Ariel, S.A. Barcelona, 2001, 238 pp. ISBN: 84-344-6643-0.

PINSKI, Carla Bassanezi. *A era dos modelos rígidos*. Nova história das mulheres no Brasil - 3º reimpressão. - São Paulo Contexto,2018.

LACAN, J. *A família*. ASSIRIO & ALVIN, Sociedade Editorial e Distribuidora Ltda. Lisboa. 2º edição, 1981.

LAGE, L. NADER, M.B. *Da legitimação à condenação social*. In: PINSKI, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil - 3º reimpressão. - São Paulo Contexto,2018.

LANE, S. T.M.& Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.8º edição, 1989.

LANE, S.T. Maurer. *O que é a psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2006. 6º reimpressão.

LOURO, G. L. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORI, M. (org). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed.,6º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MIRANDA, S. F. *Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria*. Revista de Psicologia, Fortaleza, v.5 – n.2, p. 124-137, jul/dez.2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1481>. Acesso em 27/05/2020.

PERINE, M. *Filosofia e crítica das Ideologias*. Faculdade de Filosofias CES-SJ. Conferencia pronunciada na XI semana de filosofia UNICAP, 1990.Disponível <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1647/1978>.Acesso 25/08/2020.

PRADO, S.L. *Monstros, índios e canibais: ensaios de crítica literária e cultural*. Florianópolis: Insular, 2000.

POMBO, O. *Epistemologia da Interdisciplinaridade*. Revista do Centro de Educação de Letras, Ideação. Unioeste, Campus Foz do Iguaçu, v.10 n.1- p.9-40.1ºsem 2008

PRATS, L. *Política e Sociedade*. Universidad de Barcelona. Madrid, 1998 (pp.63-76).

SAFIOTTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*; prefácio de Antônio Candido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANCHEZ, N. M. *Chove sobre minha infância*. 4 ed.- Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTILLI, J. *O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial*. 2015. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16054>>acesso em 09.02.2020.

SARACENO, C; NALDINI, M. Quem vive com quem: a família como unidade de convivência (cap.) In. _____. *Sociologia da família*. 2º ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

SILVA, M. A. M. *De colona a boia-fria*. In: DEL PRIORI, M. (org). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. 6 reimpressões. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. – Petrópolis, RJ; Vozes, 2000.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKI, Carla Bassanezi e Joana Maria Pedro. *Nova história das mulheres no Brasil* - 3º reimpressão. - São Paulo Contexto, 2018.

SOUZA, M. F. *Gilberto Freyre e a representação feminina na introdução à história da sociedade Patriarcal no Brasil*. *Revista Sociais e Humanas, CCSH/UFMS*.v. 24, n.2 (2011). Disponível em: periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2858/2856. Acesso em 18/08/2020.

TEDESCHI, L. A. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.